



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

001

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Mário Roque - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 001**

### **1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

**Expediente:**

Mensagens .....

Ofícios.....

Comunicados .....

Indicações .....

Requerimentos .....

Projetos de Resolução .....

Projetos de Lei .....

Projetos de Lei Complementar .....

**Pequeno Expediente:**

Dep. Augustinho Zucchi .....

Dep. Mário Roque .....

Dep. Elio Rusch .....

Dep. Plauto Miró .....

Dep. Pastor Edson Praczyk .....

Dep. Tadeu Veneri.....

**Grande Expediente:**

Dep. Valdir Rossoni .....

**Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk .....

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto .....

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno.....

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício.....

Liderança do PT

Dep. Elton Welter .....

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi .....

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró .....

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão/Votação

Redação Final .....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

**Encerramento da Sessão .....**

**Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias.....

Atas de Comissões

Fiscalização da Assembléia e

Assuntos Metropolitanos.....

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação.....

Educação, Cultura, Esporte,

Ciência e Tecnologia.....

**DIÁRIO Nº 001****1ª SESSÃO ORDINÁRIA****2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE FEVEREIRO DE 2008***(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kiesel, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões e Luiz Fernandes Litro (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Mamede (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens**

MENSAGEM Nº 001/08

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos Anexos I e II da Lei nº 14678, de 06 de abril de 2005, ficam alteradas na forma que especifica.

A medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses públicos eis que, diante da preocupante deficiência de pessoal técnico enfrentada pelo Instituto de Criminalística, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, é que vemos necessidade de aumentar, em 85 (oitenta e cinco) vagas de Perito Criminal - POPC e 15 (quinze) vagas de Médico Legista - POML, o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, na forma dos Anexos I e II do anteprojeto de lei em tela.

Vale ainda, mencionar que o custo mensal estimado dessa proposta é de R\$ 430.163,80 (quatrocentos e trinta mil, cento e sessenta e três reais e oitenta centavos).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º As quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos Anexos I e II Lei nº 14678, de 06 de abril de 2005, ficam alteradas na forma dos Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## ANEXO I

## CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL

Cargo: Perito Oficial	Classes	Quantidade de vagas por classe
	I	97
	II	106
	III	135
	IV	190
<b>Total de vagas do cargo</b>		<b>528</b>

## CARREIRA: AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL

Cargo: Agente Auxiliar da Perícia Oficial	Classes	Quantidade de vagas por classe
	I	08
	II	16
	III	24
	IV	32
<b>Total de vagas do cargo</b>		<b>80</b>

## CARREIRA: PERÍCIA POLÍCIA (EM EXTINÇÃO)

Cargo: Perito Policial (em extinção)	Código: POPP	Classes	Quantidade de vagas por classe
		Única	01

## ANEXO II

## CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL - CARGO PERITO OFICIAL

Função	Código	Exigências para ingresso	Classe	Quantidade de vagas
Médico Legista	POML	Graduação em Medicina; habilitação “c”; curso de formação na Escola de Polícia	I	40
			II	35
			III	35
			IV	50
Total de vagas da função				160

Função	Código	Exigências para ingresso	Classe	Quantidade de vagas
Perito Criminal	POPC	Graduação exigida em edital específico de concurso; habilitação “c”; curso de formação na Escola de Polícia	I	45
			II	55
			III	80
			IV	120
Total de vagas da função				300

Função	Código	Exigências para ingresso	Classe	Quantidade de vagas
Químico Legal	POQL	Graduação em Química ou Farmácia Bioquímica; habilitação “c”; curso de formação na Escola de Polícia	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
Total de vagas da função				34

Função	Código	Exigências para ingresso	Classe	Quantidade de vagas
Toxicologista	POTL	Graduação em Química ou Farmácia Bioquímica; habilitação “c”; curso de formação na Escola de Polícia	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
Total de vagas da função				34

## ANEXO III

CARREIRA: AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL - CARGO: AGENTE AUXILIARA DA PERÍCIA OFICIAL

Função	Código	Exigências para ingresso	Classe	Quantidade de vagas
Auxiliar de Anatomia e Necropsia	POAN	2º Grau completo; habilitação “c”; curso de formação na Escola de Polícia	I	08
			II	16
			III	24
			IV	32
Total de vagas da função				80

## MENSAGEM Nº 002/07

Curitiba, 23 de janeiro de 2008.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 6º, da Lei nº 15329, de 15 de dezembro de 2006, conforme especifica.

Não é novidade para ninguém que a educação é a base para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, reiteradas são as declarações das mais influentes personalidades de que, para garantir seu desenvolvimento, é necessário investir na educação.

A educação é “direito de todos e dever do estado e da família...” segundo as disposições do artigo 205, da Constituição Federal de 1988. A educação e o aprendizado se dão através de troca e experiências, com vistas à soma de conhecimento que torna o homem apto a desenvolver-se física, mental e intelectualmente.

Tendo isso em mente e como meta a plenitude do estado democrático, o Executivo propôs e viu promulgada a Lei nº 14231, de 26 de novembro de 2003, que definiu os critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, dos Diretores e Diretores Auxiliares da rede estadual da educação básica do nosso estado, alterada pela Lei nº 15329, de 15 de dezembro de 2006.

A alteração da Lei nº 14231/03 foi proposta porque esse diploma legal previa que a duração do mandato dos Diretores e Diretores Auxiliares de 2 (dois) anos, na prática, estava se mostrando exíguo para execução, a contento, do plano de ação traçado pelo Diretor e Diretor Auxiliar.

Sancionada a Lei nº 15329/06, foi ampliado o mandato de Diretores e Diretores Auxiliares das escolas da rede pública estadual, designados pelo Secretário da Educação, com base no resultado do processo de escolha delegado à comunidade escolar através da citada legislação, bem como alterada a nomenclatura de cargos em razão da vigência da Lei Complementar nº 103/04, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor de Educação Básica do Estado do Paraná e, ainda, a extinção do vínculo celetista de professores e assistentes administrativos da rede estadual.

A alteração de duração do mandato, prevista no artigo 3º, da Lei nº 14231/03, de 2 (dois) para 3 (três) anos, justificou-se, pois ao assumir a direção de um estabelecimento, o eleito precisa de tempo para tomar conhecimento de toda parte burocrática e administrativa da escola, para entrosamento com a equipe de trabalho e para o conhecimento dos docentes, discentes, funcionários e comunidade escolar como um todo. Somente assim, estará em condições de colocar em prática seu plano de ação.

Nesse sentido, o artigo 1º, do presente anteprojeto de lei, pretende a alteração do artigo 6º, da Lei nº 15329/06, para incluir os Diretores eleitos em 2005 sob a égide da Lei nº 14231/03, para que tenham o mandato de 3 (três) anos, pelos motivos acima apresentados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 6º, da Lei nº 15329, de 15 de dezembro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se os seus efeitos em relação aos mandatos em curso.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 003/08

Curitiba, 23 de janeiro de 2008.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social/PR, de imóvel situado na Rua Doutor Muricy, 950, conforme Transcrição sob nº 51903, da 1ª Circunscrição da Comarca da capital.

A medida ora proposta consulta aos elevados interesses públicos, eis que o PROVOPAR já vem utilizando o referido imóvel como sua sede, no desenvolvimento de suas importantes ações sociais junto à comunidade e, tal medida, se faz necessária para que o mesmo possa renovar o alvará de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Vale, ainda, mencionar, que no texto do anteprojeto de lei em referência, consta dispositivos expressos de que a vigência da cessão será até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e de a cessão encerrar-se, automaticamente, caso se comprove uso distinto do estabelecido.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social/PR, de imóvel situado na rua Dr. Muricy, 950, conforme Transcrição sob o nº 51903, da 1ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente pelo PROVOPAR, encerrando-se automaticamente a presente cessão, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 004/08

Curitiba, 23 de janeiro de 2008.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, da área de terras nº 06, quadra nº 70, com 641,80m2, contendo área edificada de 205,00m2, naquele município, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 7237, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

A medida ora proposta consulta aos elevados interesses públicos, eis que a referida área será utilizada para instalação da Biblioteca Municipal, dando, assim, maior comodidade aos estudantes e pesquisadores.

Vale, ainda, mencionar, que no texto do anteprojeto de lei em referência, consta dispositivos expressos de que a vigência da cessão será até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e de que o imóvel retornará ao patrimônio do estado, caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, da área de terras nº 06, quadra nº 70, com 641,80m2, contendo área edificada de 205,00m2, naquele município, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 7237, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de serviços da Administração Pública Municipal, retornando ao patrimônio do estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofícios**

Sob o nº CEE/G 004/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando que estará afastado do país no período de 26/01/08 a 01/02/08, em viagem a Cuba, para tratar de assuntos de cunho técnico de interesse público. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 490, 495, 496, 500, 501, 507, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 520 e 521/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS os Projetos de Lei nºs: **Anote-se - Arquivo-se.**

203/07: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que, dispõe que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos, o qual convertido em lei tomou o nº 15742. **Anote-se - Arquivo-se.**

647/07: Do Poder Executivo que, dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fica acrescido em 200 Policiais Militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações conforme específica e adota providências, o qual convertido em lei tomou o nº 15745. **Anote-se - Arquivo-se.**

646/07: Do Poder Executivo que, dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fica acrescido em 95 Policiais Militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações conforme específica e adota providências, o qual convertido em lei tomou o nº 15746. **Anote-se - Arquivo-se.**

811/07: Do Poder Executivo que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, de 22 de dezembro de 2003 (Lei do IPVA) e aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2008, o qual convertido em lei tomou o nº 15747. **Anote-se - Arquivo-se.**

858/07: De autoria da Mesa Executiva que reajusta, em 3,14%, a partir de 01/09/07, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e dos proventos de aposentadorias dos quadros efetivos da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 15748. **Anote-se - Arquivo-se.**

681/07: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, isenta do pagamento da taxa para travessia do ferry-boat de Guaratuba, todos os veículos emplacados e pertencentes a proprietários residentes no município, o qual convertido em lei tomou o nº 15.749. **Anote-se - Arquivo-se.**

350/07: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à sua Santidade Papa Bento XVI, o qual convertido em lei tomou o nº 15751. **Anote-se - Arquivo-se.**

468/07: De autoria do Deputado Ney Leprevost que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ruben Formigueri, o qual convertido em lei tomou o nº 15752. **Anote-se - Arquivo-se.**

781/07: Do Poder Executivo que, altera dispositivos da Lei 14233/03, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15753. **Anote-se - Arquivo-se.**

676/07: Do Poder Executivo que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 14698/05, que autorizou doação de imóveis à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o qual convertido em lei tomou o nº 15754. **Anote-se - Arquivo-se.**

810/07: De autoria do Deputado Durval Amaral que, altera os dispositivos que especifica, das Leis nºs 253/1954 e 9389/1990, o qual convertido em lei tomou o nº 15755. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/07: De autoria do Deputado Dr. Batista que, concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. João Preis, o qual convertido em lei tomou o nº 15756. **Anote-se - Arquivo-se.**

716/07: De autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que, dispõe que os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15758. **Anote-se - Arquivo-se.**

624/07: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, autoriza o Poder Executivo a regulamentar a concessão de bolsa-auxílio aos estudantes indígenas que tiverem seu ingresso nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 15759. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 477/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 334/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 491/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver

VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 708/07, de autoria do Poder Executivo, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 492/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 667/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 493/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 608/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 494/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 697/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 502/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 518/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 503/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 504/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 612/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 505/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 566/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 506/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 616/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**



Sob o nº CTL/CC 509/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 698/07, de autoria do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e, também, contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 510/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 651/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 511/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 492/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 518/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 699/07, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 519/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 522/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 748/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 523/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 004/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 488/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 5327/07/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 435/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 026/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 013/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 533. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 001/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício nº 3105/07/SESA, acerca da Indicação Legislativa nº 524/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 497/07, 508/07, 002/08 e 003/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 432, 736, 745, 749, 424, 700, 774, 787, 794, 694 e 746/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 025/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, acusando o recebimento dos Ofícios nºs 396, 381, 388, 379, 397, 391, 390, 389, 385, 383, 382, 378, 377, 372, 368, 344, 342 e 337/07 desta presidência, comunica que as Indicações Legislativas, por eles submetidos, foram encaminhadas aos órgãos competentes do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises dos assuntos versados. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2485/07/GAB do Sr. Valério Vanhoni, Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita documentos e informações sobre o Relatório de Auditoria nº 012/07 da cidade de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2206/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Fábio Camargo, que solicita informações sobre as empresas que atuam no Paraná no desembarço das mercadorias que entram e saem dos nossos portos (portos secos). **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2217/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita informações sobre o Sr. Joaquim Portes. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3103/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Fábio Camargo, que solicita informações sobre as prefeituras do estado do Paraná que repassam verbas para ONGs, OSCIPs e demais instituições privadas sem fins lucrativos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 44/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 271041/05-TC, referente à Impugnação de Despesas da CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S/A. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício/INCRA/SR(09)G nº 4725/07 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo - Superintendente Regional Substituto do INCRA/PR, comunicando que foram transferidos recursos financeiros necessários à execução dos Serviços de ATES/Capacitação de que trata o convênio celebrado entre o INCRA/PR e EMATER/PR, com interveniência da SEAB, no valor de R\$ 2.841.718,75 (dois milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício/SR(09)G nº 008/08 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo - Superintendente Regional Substituto do INCRA/PR, comunicando que foram transferidos à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, recursos financeiros no valor de R\$ 2.124.775,38 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos), necessários à execução dos serviços objeto do Convênio CRT/PR nº 31000/07, objetivando a abertura, adequação e melhorias de 149,95 Km de estradas rurais no Projeto de Assentamento Oito de Abril, no município de Jardim Alegre, neste estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício/SR(09)G nº 009/08 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo - Superintendente Regional Substituto do INCRA/PR, comunicando que foram transferidos à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, recursos financeiros no valor de R\$ 2.990.371,10 (dois milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e setenta e um reais e dez centavos), necessários à execução dos serviços objeto do Convênio CRT/PR nº 30000/07, objetivando a abertura, adequação e melhorias de 214,63 km de estradas rurais no projeto de Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu, neste estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 149/07/GOV ESTADO DO PR do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná, da Caixa Econômica Federal, informando a Celebração do Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União nº 0229152/75/07 que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da união para execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT - Infra-Estrutura e Serviços. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5847/07/REDUR/LD do Sr. Olides Mil-lezi Júnior, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros em 27/12/07, no valor de R\$ 90.979,48 (noventa mil, novecentos e setenta e nove reais, quarenta e oito centavos), referente à parcela do Contrato de Repasse OGU nº 0171580-12/04/MDA/CAIXA, Programa PRONAF, do IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 778/07 - Agência Carlos Gomes, do Sr. Ricardo Rodrigues - Gerente Geral da Agência Carlos Gomes da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio, em 27/12/07, no valor de R\$ 10.480.000,00 (dez milhões e quatrocentos e oitenta mil reais), destinados a este estado, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 207.805-01/06/MJ/CAIXA, no âmbito do Programa Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais, sob a gestão do Ministério da Justiça, que tem por objeto construção da unidade penal em Cruzeiro do Oeste - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 152/07/Agência Governo Estado do Paraná do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União nº 224.993-34/07 entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 153/07/Agência Governo Estado do Paraná do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União nº 224.994-48/07 entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº GF/GEFIN/GTES-00837/07, do Sr. Paulo Roberto Teixeira Guerra - Gerente da GTES/GEFIN/GF do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, comunicando liberação de recursos financeiros no dia 27/12/07 para o estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 2222441, no valor de R\$ 7.671.551,75 (sete milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº C.CAFÉ 02/08 do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo - Gerente Geral da EMBRAPA Café, comunicando a celebração de convênio com o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 132/CGOF/SENASP do Sr. Antônio Carlos Biscaia - Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, comunicando relação de convênios celebrados em 2007 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da referida Secretaria e o estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

## OFÍCIO S/N

Curitiba, 11 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e que com base no artigo 10 e parágrafo 1º do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, formam o Bloco Parlamentar integrado pelas bancadas do Partido Popular Socialista - PPS e Partido da Mobilização Nacional - PMN, informam a partir deste mês de fevereiro a Liderança do Bloco será exercida pelo Deputado Douglas Fabrício (PPS).

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos, de elevada estima e consideração.

(aa) DR. BATISTA, MARCELO RANGEL,  
FELIPE LUCAS e DOUGLAS FABRÍCIO

## Comunicados

Sob o nº AL000928/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas de FNDE junto à Secretaria de Estado da Educação através do Programa PNAI - PNAE INDIGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000974/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas de FNDE junto à Secretaria de Estado da Educação através do Programa BRALF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001001/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas de FNDE junto à Secretaria de Estado da Educação através do Programa Compromisso sob o Convênio nº 80602. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicação

INDICAÇÃO Nº 001/08

SÚMULA:

Sugere que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação da rodovia PR-491.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a priorização por parte do Governo Estadual, através das Secretarias de Estado competentes, e dentro daquilo que dispõe a Lei Orçamentária para tais fins, da recuperação imediata da Rodovia PR-491.

A rodovia em questão tem início no município de Marechal Cândido Rondon, na BR-163, passando pelo município de Nova Santa Rosa, e findando-se no entroncamento com a PR-182, no município de Maripá.

É de mister importância a recuperação substancial desta rodovia na medida em que esta suporta um intenso tráfego de automóvel na região, pois, além da grande quantidade de caminhões destinados ao escoamento dos diversos tipos de mercadorias produzidas na região, também é rota de automóveis e ônibus destinados à condução de estudantes de estabelecimentos educacionais ali localizadas.

Portanto, consigne-se através desta indicação a priorização da reforma de tal rodovia, pois necessita de recuperação em caráter emergencial para que, dessa forma, haja uma redução do número de acidentes automobilísticos causados pela má conservação da via, além de facilitar o acesso aos municípios citados.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ELIO RUSCH

## Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 772/07, item 04 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado moção de apoio ao Desembargador Edgar Lippmann Júnior.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero cumprimentar Exmo. Desembargador Edgar Lippmann Júnior pelo brilhante modo pelo qual vem desenvolvendo e conduzindo o seu trabalho e, especialmente, como julgou, de forma majestosa, o comportamento do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, durante o Programa Escola de Governo.

Sabidamente, racionalmente e constitucionalmente apreciou a forma indevida de como o Governador utiliza-se e apropria-se da TV Educativa para fins de promoção pessoal e profanação de injúrias e difamação aos seus desafetos pessoais políticos e institucionais, principalmente ao Ministério Público do Paraná e à imprensa paranaense.

Repudio e desqualifico a desmoralização pública que o Governador faz pela pessoa do Desembargador diariamente nos veículos de comunicação e classifico tal manifestação como atitude despota e condenável. O Governador deve reconhecer a autonomia e os princípios morais éticos do Poder Judiciário, assim, respeitando a supremacia da Instituição e fazendo valer a harmonia entre os três poderes que constituem a democracia.

Entendo que desrespeitar e desqualificar as determinações judiciais põe em questionamento a capacidade de decisão profissional dos nossos magistrados. Acredito que a decisão do Desembargador foi muito bem fundamentada, seguindo os preceitos constitucionais e jurídicos da legislação brasileira. É público e notório o comportamento polêmico, autoritário e contraditório do Governador Roberto Requião não admitindo ou acatando qualquer decisão judicial que venha ao desencontro dos seus interesses.

A TV Educativa é um patrimônio público usado de maneira indevida, de forma parcial e tendenciosa pelo Governador, atendo aos seus próprios interesses. O programa Escola de Governo representa um instrumento de promoção pessoal do Governador aonde são expostos gratuitamente e unilateralmente pontos de vista, além dos manifestos indutivos e contundentes contra os seus desafetos políticos e institucionais, sem direito de resposta e defesa dos mesmo na grade de programação da rede. O Governador extrapola os limites legais que fundamentam uma TV estatal, deturpando a sua real finalidade que é difundir o conhecimento e a cultura que a concessão da emissora exige.

Sei que a decisão do Desembargador Edgar Lippmann Júnior não tem o mérito de censura prévia, mas, de impor limites que pressupõe a legislação brasileira, sem ferir a liberdade de expressão. Considero os argumentos do Governador insustentáveis e apelativos quando compara a advertência recebida aos tempos de ditadura militar. O que se vê em todas as terças-feiras, na Escola de Governo, são insanidades, insultos e promoção pessoal, um discurso longínquo de uma escola real de educação.

#### REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Gilio, Prefeito Municipal de Atalaia, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2008.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 54 anos de idade faleceu o Sr. Antonio Carlos Gilio, Prefeito Municipal de Atalaia. Deixou viúva a Sra. Maria Neves Souza Gilio, deixou ainda 03 filhos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e correligionários. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, dileto amigo Antonio Carlos Gilio, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gilio, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito de General Carneiro, Sr. Thomaz Daldin Gaiovis, ocorrido no dia 11 de fevereiro de 2008.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade faleceu o Sr. Thomaz Daldin Gaiovis, ex-Prefeito Municipal de General Carneiro.

Deixou viúva a Sra. Maria Rosa Gaiovis, deixou ainda 03 filhos e 5 netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e correligionários. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Thomaz Daldin Gaiovis, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gaiovis, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Silvio Renato de Pauli, ocorrido dia 02 de janeiro de 2008.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 40 anos de idade faleceu no dia 02 de janeiro de 2008 o Sr. Silvio Renato de Pauli, era filho de Jacob Ovídio de Pauli e Dona Olinda Schafausr.

Deixou viúva a Sra. Roberta Toppel de Pauli, deixando ainda 02 filhos, Júlia e Eduardo.

O passamento de Silvio Renato de Paulo veio entristecer profundamente não apenas os familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

Silvio além de funcionário trabalhador e dedicado, era amigo leal.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Aceite, pois, dileto amigo Silvio Renato de Pauli, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pauli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Judite Salles Jacob, ocorrido dia 07 de fevereiro de 2008.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 93 anos de idade faleceu a Sra. Judite Salles Jacob. Era filha de Salomão Salles e Isaura Eurica Salles. Deixou viúvo o Sr. Nemesio Jacob, deixou ainda 11 filhos, netos e bisnetos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Judite Salles Jacob.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares da Sra. Judite Salles Jacob, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Salles Jacob, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Almir Barbosa Mendes, de família tradicional do município de Mandirituba, deixa viúva a Sra. Isair Cordeiro da Rocha Mendes e os filhos Luciano Almir Mendes e Luciana Mendes.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através do Vereador José Luiz, seu amigo na Câmara Municipal de Madirituba-PR.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Tereza Heusckelt de Barros, ocorrido no último dia 07 na cidade de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Schemin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

# REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Julio Cesar Spertalis, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

# REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do professor Sittilo Voltolini, pelo seu falecimento ocorrido na data de 30 de janeiro, na cidade de Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada externando nossas sinceras condolências, no endereço: rua Pedro Ramires de Mello, 364 - Centro - CEP 85501-250 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do amigo professor Sittilo Voltolini aos 72 anos, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2008, na cidade de Pato Branco.

Sittilo Voltolini nasceu na cidade de Timbó - Santa Catarina, em 2 de setembro de 1935. Chegou em Pato Branco em 1960 com um grande propósito: ser professor. Lecionou nas escolas Ginásio Nossa Senhora das Graças, Escola Normal Dr. Xavier da Silva, Ginásio Estadual Agostinho Pereira e Ginásio Estadual La Salle.

Casado com a Sra. Nora Sguarizi teve duas filhas, Heloísa e Larissa, nascidas em Pato Branco.

Professor de Ensino Fundamental e Médio formou-se em Letras-Português-Francês e se especializou em Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

De 1983 e 1992 foi chefe do Departamento de Educação, Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Pato Branco. Trabalhou na reformulação das Escolas Miltiseriadas iniciando o processo de transformá-las em núcleos.

Em 1993 prestou concurso para professor no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, hoje UTFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná designado professor na unidade de Pato Branco, assumindo no mesmo ano a chefia de gabinete, e em 2000 passou a responder pela ouvidoria da Instituição.

Membro da Comissão de Resgate Histórico de Pato Branco promovido pelo CEFET - PR, professor Sittilo publicou a série de livros "Retorno - Origens de Pato Branco". Foi autor também da parte histórica do livro "Histórias e Estórias do Colégio Nossa Senhora

das Graças", publicado em comemoração ao cinquentenário da escola.

Membro da Academia Palmense de Letras, ocupava a cadeira 27. Foi fundador da Academia de Letras e Artes de Pato Branco - ALAP e ocupava a cadeira número cinco.

Cidadão Honorário de Pato Branco, professor aposentado do antigo CEFET-PR foi autor de vários projetos na área de educação e cultura entre eles o projeto Conhecer para Amar.

Homem trabalhador, pai de família responsável e de conduta ilibada, pessoa muito querida e de grande entrosamento com alunos e comunidade, deixa o exemplo de amor à família e o legado de ensinar.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lembrança do mestre e amigo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

# REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à Vereadora Marli Paulino e familiares pelo falecimento de seu esposo Sr. Arivonil Fagundes, ocorrido no dia 4 de fevereiro de 2008, na cidade de Garuva/SC.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada no endereço: Câmara Municipal de Pinhais, rua Camilo de Lellis, 393 - CEP 83323-000-Pinhais/PR.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. Arivonil Fagundes, empresário, esposo da Vereadora Marli Paulino do município de Pinhais/PR.

Faleceu aos 46 anos, na cidade de Garuva/SC, vítima de acidente. Filho de Pedro Fagundes e Tereza Leite Fagundes, deixa viúva a Vereadora Marli Paulino e dois filhos.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lembrança de homem honesto, pai exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

## REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Angelo Gai e Aglacir Pilato Gai, que completou 50 anos de união conjugal em 25 de janeiro, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Adão Luciano Frankiewicz e Leonor Leonir Frankiewicz, que completou 50 anos de união conjugal em 25 de janeiro, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações ao Hospital Nossa Senhora da Salete, na pessoa de seu Diretor Alan G. Brame Pinho, extensivas a todos os seus funcionários e colaboradores, pela celebração de seus 50 anos de existência.

“Fundado em julho de 1958 - quando Cascavel era apenas um pequeno município recém emancipado - o Hospital Nossa Senhora da Salete teve como característica marcante o pioneirismo de suas ações. Assim, suas instalações físicas foram se expandindo, acompanhando o ritmo de crescimento da cidade e da região”.

Este pequeno trecho do histórico deste hospital, cuja íntegra segue abaixo, mostra como o alcance e a importância de suas ações foram se expandindo em Cascavel e no oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) EDGAR BUENO

## JUSTIFICATIVA:

“Hospital Nossa Senhora da Salete

Fundado em julho de 1958 - quando Cascavel era apenas um pequeno município recém emancipado - o Hospital Nossa Senhora da Salete teve como característica marcante o pioneirismo de suas ações. Assim, suas instalações físicas foram se expandindo, acompanhando o ritmo de crescimento da cidade e da região.

No início da década de 80 implantou os primeiros serviços de UTI e de hemodiálise da região. Em 1985 realizou o primeiro transplante renal do oeste do Paraná. O hospital Salete tem orgulho de ser o maior centro do interior do Paraná especialista em cirurgias videolaparoscópicas, contando com uma equipe médica qualificada pela <sup>a</sup>T.L.S., e altamente capacitada e preparada para receber pacientes em estado grave ou não.

O centro cirúrgico conta com cinco salas de cirurgia, apoio de uma central de esterilização e os mais variados instrumentos, equipamentos cirúrgicos e acessórios. Na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) o paciente é monitorizado e assistido por médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e nutricionista. O hospital também oferece serviços de quimioterapia e hemodiálise, atendendo a pacientes internos e externos.

Com o corpo clínico constituído por mais de 100 profissionais, o Hospital Nossa Senhora da Salete dispõe de 80 leitos para atendimento às mais diversas especialidades.

<http://www.hospitalsalete.com.br/site/in.php?i=0>

Diretor do Hospital: Alan G. Brame Pinho”

## REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações à TV Tarobá,

nas pessoas de seus Diretores Éderson Muffato e Everton Muffato, extensivas aos demais Diretores e todos os seus funcionários, pelo transcurso de seu 29º aniversário.

Ao longo dessas últimas décadas a TV Tarobá em muito tem contribuído com o processo de desenvolvimento do município de Cascavel e de toda a região oeste. Trata-se de veículo de comunicação que possui afinidades e se identifica em sua formação histórica com a pujança do povo cascavelense, paranista por excelência e orgulho da nossa gente.

Segue anexo a este requerimento um resumo histórico da TV Tarobá, que mostra com ênfase o quanto isto é presente.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

##### Nossa História

A lenda de nosso nome: Os índios caingangues, que habitavam as margens do rio Iguaçu, acreditavam que o mundo era governado por Mboi - um Deus com forma de serpente e filho de Tupã.

Igobi, o cacique da tribo, tinha uma filha, Naipi. Tão bonita que as águas dos rios paravam quando a jovem índia nelas se mirava. Devido a sua beleza, Naipi seria consagrada ao Deus Mboi, passando a viver somente para seu culto.

Havia, porém, entre os caingangues, um jovem guerreiro chamado Tarobá, que se apaixonou ao ver Naipi. No dia da festa de consagração da jovem índia, enquanto o pajé e os caciques bebiam cauim (bebida feita de milho fermentado) e os guerreiros dançavam, Tarobá fugiu com a linda Naipi numa canoa que seguiu rio abaixo, arrastada pela correnteza.

Ao saber da fuga de Naipi e Tarobá, Mboi ficou furioso. Penetrou nas entranhas da terra, retorcendo o seu corpo e produzindo uma enorme fenda que formou a catarata gigantesca. Envolvidos pelas águas dessa imensa cachoeira, a piroga e os fugitivos caíram de uma grande altura desaparecendo para sempre.

Naipi foi transformada em uma das rochas centrais das cataratas, perpetuamente fustigada pelas águas revoltas. Tarobá foi convertido em uma palmeira situada à beira de um abismo, inclinada sobre a garganta do rio. Debaixo dessa palmeira acha-se a entrada de uma gruta onde o mostro vingativo vigia eternamente as duas vítimas.

A TV da nossa gente. A imagem da nossa terra: A história de um veículo de comunicação não pode e nem deve deixar de ser o espelho da história de seu país, de sua cidade e de sua gente. Nascida em Cascavel, em 1979, por obra do jornalista João Milanez que, em 1982, associou-se aos empresários Pedro Muffato (Grupo Muffatão), Tito Muffato e Hermínio Vieira (Grupo Super Muffato), a TV Tarobá sempre foi a porta-bandeira, a linha de frente, a porta-voz do coração, pensamento e alma do povo do Paraná.

Desde sua criação, a TV Tarobá é uma afiliada da Rede Bandeirantes de Televisão, caracterizando-se, principalmente, por sua atuação regional, com produção própria de alta qualidade, tornando-se líder em quase todas as faixas horárias em que mantém programação local.

Em um momento especial para a assinatura da renovação do contrato com a Rede Bandeirantes, se fizeram presentes o Sr. Salazar Barreiros, Sr. Pedro Muffato, Sr. João Saad (Rede Bandeirantes) e o jornalista Sr. João Milanez.

#### REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações à CATVE de Cascavel, nas pessoas de seus diretores, extensivas aos colaboradores, pelo transcurso de seu 4º aniversário.

Inaugurada oficialmente com a 1ª edição do Jornal da CATVE, no dia 09/02/04, transmitindo ao vivo o Show Rural COOPAVEL, a emissora tem sua base ancorada no dinamismo, conhecimento, criatividade e responsabilidade de Jorge Luiz Fernandes Guirado, profissional com 30 anos de prática em televisão.

Segue anexo a este requerimento um resumo histórico da CATVE, que mostra a importância de suas ações na comunidade.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

##### Quatro anos de CATVE

A CATVE comemora 4 anos. Filiada a TV Cultura, a televisão foi inaugurada em 9/02/04. E mesmo com pouco tempo de existência, se identificou com a comunidade, oferecendo cada vez mais espaço à população. No início, a emissora tinha apenas 3 programas locais: Jornal da CATVE Esportes e Bate-Papo de Esportes. A programação foi ampliada, e novos profissionais e programas passaram a fazer parte da grade de entretenimento e informação.

Hoje são mais de 10 programas. A emissora se firmou com os noticiários diários, levando informações da região oeste e também no esporte, carro chefe da CATVE, que ao longo destes 4 anos mostrou o Campeonato Gaúcho para os fanáticos do Rio Grande do Sul, Taça Brasil de Futsal ao vivo de Natal - RN, 80 horas de Jogos Abertos do Paraná em Toledo, e todos os jogos do Cascavel Futsal no Campeonato Paranaense da Chave Ouro, além de jogos do Marechal Rondon e Toledo; Jogos da Liga Futsal, inclusive as finais da Masculina e Feminina. Liga de Handebol, Voleibol, Mundial de Canoagem, Copa CATVE de Futebol Sub 13 e Sub 15 entre tantos outros.



Ao longo dos dias, a emissora busca atender os interesses da população, disponibilizando espaço para a reivindicação e reclamação. É o caso do Espaço Livre, um dos mais novos programas da emissora. Exibido todos os dias, às 11h da manhã, a população é o principal “motor”, podendo participar ao vivo, reclamar e reivindicar.

E mesmo com pouca idade, a CATVE é pioneira. Foi a primeira emissora do interior do Paraná, a transmitir uma telenovela. Curtição foi o primeiro trabalho do gênero desenvolvido na região oeste. E as novidades não pararam por aí. Em 2007 a televisão inaugurou na página eletrônica ([www.catve.com.br](http://www.catve.com.br)) a CATVE Rádio Web, para o internauta ter acesso à música brasileira e a notícias. A principal meta da emissora é colaborar para o progresso e crescimento das entidades beneficentes da cidade, que muitas vezes sofrem dificuldade com a escassez de recursos.

É por meio de campanhas, divulgação do trabalho desenvolvido por essas entidades e abraçando causas sociais, que a CATVE procura contribuir com a comunidade e cumprir com a sua responsabilidade social.

A CATVE é sintonizada em canal aberto, no 20 UHF, na GTV no canal 9 e na BIG TV no canal 11. Com a programação diária, a emissora que é filiada a TV Cultura, todos os dias traz desenhos animados que foram premiados por trazer conteúdos altamente educativos, como Castelo Ra-Tim-Bum, Cocoricó e Zubumafu, tele-ursos, saúde, vários programas culturais e educativos, além do noticiário local, regional e nacional.

#### REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Exmo. Sr. General-de-Brigada, Araken de Albuquerque, que em 25 de janeiro próximo passado foi empossado no cargo de Comandante da 5ª Região Militar / 5ª Divisão do Exército.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à avenida General Carlos Cavalcanti, 2179, bairro Uvaranas, CEP 84025-902, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Dr. Roberval Belinati, que foi promovido merecidamente a Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, deixando orgulhosos não só sua família, Deputado Estadual Antonio Belinati e o ex-Deputado Federal Valdimir Belinati atualmente exercendo a função de médico, como também todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) GERALDO CATÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Elpídio Marques Vieira.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Elpídio Marques Vieira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área da odontologia, com especialização em endodontia.

#### REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ygor Kruchowsky de Siqueira.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ygor Kruchowsky de Siqueira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense, atuando como presidente da Sociedade Civil Boca Maldita.

Em especial nesta ocasião a comemoração do 51º aniversário de fundação desta entidade.

#### REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Rogério Tizzot, solicitando a instalação de um redutor de velocidade na PR-438, na entrada da cidade de Teixeira Soares, sentido Ponta Grossa - Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras, solicitando informações sobre a licitação para a reforma do Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez, em Ponta Grossa. Porque motivo a licitação foi suspensa? Quando será lançado outro edital? Qual o valor estimado para a obra?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado

da Segurança Pública, solicitando informações sobre o resultado da Operação Foz Segura, detalhando o número de homicídios, de apreensão de drogas, prisão realizadas, roubos de veículos e outras ocorrências. Requer, também, informações sobre o número de policiais na Operação Foz Segura, mês-a-mês, desde o início dos trabalhos até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social, informando que em relação a resposta enviada através do ofício MKTG/SECS/032/07, quando solicitava-se xerocópias de PADVs dos investimentos em propaganda oficial nas 06 maiores cidades do estado do Paraná, informo que refere-se o requerimento a publicidade legal e propaganda institucional.

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Eviton Henrique Machado, Diretor da Imprensa Oficial do Estado, solicitando uma xerocópia do Regimento Interno do estatuto ou lei que rege o referido órgão do DIOE-PR

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Airton Pissetti solicitando seja informado a este Parlamentar quanto gastou o Governo do Estado com publicidade na Rádio Antena Sul, do município de Castro, ano-a-ano, de 1994 a 2007.

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Airton Pissetti, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à gastos do Governo do Estado com publicidade no município de Ponta Grossa, ano-a-ano, desde 1994:

- Quais os veículos de comunicação (TVs, rádios, jornais, revistas) contemplados com verbas de publicidade do Governo do Estado no município de Ponta Grossa do ano de 1994 até a última prestação de contas apresentada?

- Quanto recebeu cada um dos veículos de comunicação ano-a-ano?

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à gastos do Governo do Estado com publicidade no município de Ponta Grossa, ano-a-ano, desde 1994:

- Quais os veículos de comunicação (TVs, rádios, jornais, revistas) contemplados com verbas de publicidade do Governo do Estado no município de Ponta Grossa do ano de 1994 até a última prestação de contas apresentada?

- Quanto recebeu cada um dos veículos de comunicação ano-a-ano?

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. Quantas foram as viagens do Secretário de Estado da Comunicação Social Airton Pissetti ao Paraguai para participar da campanha presidencial daquele país?

2. Quais as datas de ida e de volta em cada uma dessas viagens?

3. Em caso de tais viagens terem ocorrido em dias úteis, houve desconto na remuneração paga pelo Governo do Estado do Paraná ao Secretário?

4. O Secretário solicitou autorização para tais viagens? Quem autorizou?

Sala das Sessões, em 12.02.08.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando as seguintes informações:

1. Procede a informação divulgada pela imprensa de que o policial rodoviário Elias Telles de Lima, que multou o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Luiz Claudio Romanelli, por ter passado três praças de pedágio sem pagar no dia 27 de janeiro último, foi afastado de suas funções;

2. Em caso afirmativo, qual a justificativa apresentada para tal afastamento?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Airton Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação Social, e após ouvido o douto Plenário, prestar as seguintes informações:

- O Sr. Secretário de Estado da Comunicação fez alguma viagem ao Paraguai em 2007 e neste ano, em caráter oficial ou extra-oficial?

- A saída do estado foi precedida de expressa autorização do Governador?

- Qual o ato que formalizou a autorização? Foi publicado em jornal destinado à publicidade dos atos oficiais do estado? Quando?

- Houve pagamento de diárias (hospedagem e alimentação), de passagens ou de locomoção?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(aa) OSMAR BERTOLDI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, PLAUTO MIRÓ e GERALDO CARTÁRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, e após ouvido o douto Plenário, prestar as seguintes informações:

- O Sr. Airton Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação fez alguma viagem ao Paraguai em 2007 e neste ano, em caráter oficial ou extra-oficial?

- A saída do estado foi precedida de expressa autorização do Governador?

- Qual o ato que formalizou a autorização? Foi publicado em jornal destinado à publicidade dos atos oficiais do estado? Quando?

- Houve pagamento de diárias (hospedagem e alimentação), de passagens ou de locomoção?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, OSMAR BERTOLDI, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, GERALDO CARTÁRIO, PLAUTO MIRÓ e ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO Nº 044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, para informar a seguinte questão abaixo:

1. Em relação a pavimentação asfáltica para o Distrito Industrial dos municípios de Londrina e Maringá, solicito informações se foram utilizados recursos do Departamento de Estradas e Rodagem-DER/PR ou recursos próprios dos referidos municípios?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro - Secretário Chefe da Casa Civil, para informar a seguinte questão abaixo:

1. Em relação aos gastos com Cartão Corporativo do Secretário de Estado da Comunicação Social, enviar relatório dos referidos gastos e nominar os estabelecimentos em que foram efetuadas as despesas, nos últimos 180 dias.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro - Secretário Chefe da Casa Civil, para informar a seguinte questão abaixo:

1. Em relação aos funcionários comissionados e efetivos lotados na Secretaria de Estado da Comunicação Social, existe vínculo empregatício ou societário em algum órgão de comunicação no Estado do Paraná?

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Nestor Baptista, solicitando seja informado a este Parlamentar quanto gastou o Governo do Estado com publicidade na Rádio Antena Sul, do município de Castro, ano-a-ano de 1994 a 2007.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

## Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído o Diploma de Jornalismo Político “Francisco Cunha Pereira Filho”, a ser conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 05 de dezembro de 2008, a 15 (quinze) jornalistas, no âmbito do estado, e que tenham oferecido contribuição relevante à área jornalística Impressa, On-line, TV, Rádio e Fotografia dentro da Editoria Política.

Art. 2º A concessão da homenagem a que se refere o artigo 1º poderá ser proposta pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, o qual poderá indicar anualmente, até o dia 1º de outubro, o nome dos 15 (quinze) candidatos, ou candidatas ao diploma.

§ 1º A indicação deverá ser instruída com justificativa da concessão da homenagem, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* dos homenageados a serem agraciados com a honraria, até o dia 1º de novembro de cada ano.

Art. 3º O diploma de que trata esta resolução será entregue anualmente, antes da finalização dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Por deliberação do Plenário, a solenidade poderá ser realizada em outro local.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, fica instituído o Conselho do Diploma de Jornalismo Político - Francisco Cunha Pereira Filho, composto por um representante de cada partido político com assento na Assembléia Legislativa.

§ 1º O Conselho escolherá anualmente, dentre seus integrantes, seu Presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

§ 2º O Conselho enviará à Mesa Executiva, em tempo hábil para os preparativos da solenidade de que trata o artigo anterior, os nomes dos 15 (quinze) agraciados.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) FÁBIO CAMARGO

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa instituir o Diploma de Jornalismo Político “Francisco Cunha Pereira Filho”, com o propósito de homenagear aos jornalistas que trabalham na cobertura da editoria de Política, em todos os veículos de comunicação do Estado do Paraná.

O nome do empresário e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho foi escolhido para denominar o diploma em reconhecimento ao seu inestimável trabalho frente ao Jornal Gazeta do Povo e da TV Paranaense - Canal 12.

Francisco Cunha Pereira Filho, nasceu em Curitiba, Paraná, em 07/12/26. bacharel em Direito, é formado pela Universidade Federal do Paraná. Casado com Teresinha D. Cunha Pereira, pai de quatro filhos, Francisco, Guilherme, Ana Amélia e Cristina Maria e avô de sete netos.

Entre as atividades profissionais, na área jurídica é ex-Presidente e membro do Instituto dos Advogados do Paraná e ex-Conselheiro do Conselho Estadual da OAB e membro do Conselho Federal da OAB; professor da Cadeira de Ciências das Finanças e Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Paraná, da Cadeira de Prática Jurídica e Comercial do Colégio São José e de Legislação Sindical de cursos no Ministério do Trabalho; Jornalista, com registro na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho do Paraná e membro do Conselho Superior da Associação Nacional de Jornais (ANJ); vice-Presidente da Associação Paranaense de Jornais e Revistas e do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná.

Na área empresarial, Francisco Cunha Pereira Filho é Diretor dos jornais Gazeta do Povo, Diário da Tarde, Jornal de Londrina; Diretor de oito emissoras de televisão: TV Paranaense, de Curitiba; TV Coroados, de Londrina; TV Cultura, de Maringá; TV Cataratas, de Foz do Iguaçu; TV Esplanada, de Ponta Grossa; TV Imagem, de Paranavaí; TV Oeste, de Cascavel e TV Guairacá, de Guarapuava; Diretor das rádios: FM 98 e Globo FM 93,9; Diretor do Portal [www.rpc.com.br](http://www.rpc.com.br); Diretor do Instituto RPC.

Como Diretor de jornal e televisão, promoveu várias campanhas do maior interesse para o estado e a nação, entre elas as campanhas contra a divisão territorial do Paraná, campanha contra o analfabetismo, campanha de conservação do solo, campanha pioneira de emergência contra a fome e a miséria, campanha para que o Paraná fosse compensado pelas inundações provocadas para a produção de energia elétrica (royalties), campanha pela duplicação da ferrovia Curitiba-Paranaguá, campanha pela instalação do equipamento ILS-3 no Aeroporto Internacional Afonso Pena, campanha pela construção do ramal do gasoduto Bolívia-Brasil, entre outras reconhecidas como da maior importância para o estado.

Entre os títulos e condecorações, Francisco Cunha Pereira Filho recebeu diploma de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná; título de Cidadão Benemérito, maior condecoração do estado, aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo e referendado pelo Poder Executivo e Poder Judiciário; Prêmio Brigadeiro Franco como melhor aluno de Direito Civil durante todo o curso da Universidade Federal do Paraná e portador das maiores notas em todas as disciplinas acadêmicas do último ano da faculdade de Direito; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau de Comendador; comenda do Congresso Nacional recebida em Brasília; Medalha de Mérito Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica; diploma de

Amigo da Marinha, do Ministério da Marinha; Medalha Duque de Caxias, do Ministério do Exército e título de Cidadão Honorário dos municípios lindeiros ao Lago da Itaipu, concedido por unanimidade pelos 16 municípios.

Entre as atividades culturais e comunitárias, Francisco Cunha Pereira Filho foi líder estudantil, eleito 1º Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, como fundador e seu 1º Presidente; membro do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná - 1º aluno a ter voz e voto neste conselho.

Foi um dos fundadores da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e do 1º ginásio gratuito para operários; eleito membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e por mais de 20 anos consecutivos exercendo mandatos de Diretor da OAB-PR; foi Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná; participou do Conselho de Administração do Centro de Integração Tecnológica do Paraná (CEFET); ex-Presidente do Centro de Integração Tecnológica do Paraná (CITPAR); participou do Conselho do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade; ex-membro do Conselho da SUCEsu/PR; membro da Diretoria da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

Assim, a instituição do Diploma de Jornalismo Político Francisco Cunha Pereira Filho é uma homenagem a esse valoroso homem, que dedicou sua vida profissional as causas sociais e políticas do Paraná e principalmente a evolução e valorização da imprensa paranaense.

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 006/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o Fundo de Manutenção e Restauração dos Imóveis de valor Histórico e Cultural do litoral do Estado do Paraná.

Art. 2º O Fundo tem por objetivos: a restauração e a manutenção dos imóveis considerados de interesse cultural e histórico, através dos recursos arrecadados.

Art. 3º O Fundo será constituído de:

I - 5% (cinco por cento) do valor de todas as multas tributárias e não tributárias recolhidas pelo estado do Paraná;

II - receitas financeiras decorrentes da aplicação de seus recursos;

III - dotações orçamentárias e quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 4º O Fundo fica sujeito a fiscalização do tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MÁRIO ROQUE

### **JUSTIFICATIVA:**

O litoral do estado do Paraná abriga diversos imóveis que representam a história e a cultura de nosso povo. Ocorre que, ultimamente, tais imóveis têm passado por dificuldades, mais especificamente no que tange à conservação desses verdadeiros monumentos. Frente à tal situação, é que se faz cogente a atuação do Poder Legislativo, buscando a melhoria na conservação e recuperação das citadas construções.

Em referência à legalidade e constitucionalidade da propositura, cabe dizer que a Constituição Federal autoriza os entes federados a legislar sobre o tema. Senão vejamos o artigo 23 da Carta Magna:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Cumprindo ainda arrolar o artigo 53 da Constituição Estadual, que traz a seguinte redação:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal.

Sendo assim, essa iniciativa tende a defender, de modo constitucional, as obras e edificações que se encontram em situação emergencial em nosso litoral.

PROJETO DE LEI Nº 007/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1º de agosto em todo estado do Paraná.

Art. 2º A data estipulada pelo artigo anterior deverá fazer parte do calendário oficial estadual de eventos e comemorações.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MÁRIO ROQUE

**JUSTIFICATIVA:**

O sindicato das empresas no ramo de pinturas residenciais, comerciais, industriais, prediais metais, madeiras, letras, decorações, ornatos e estuques no estado do Paraná, realizou em agosto sua Assembléia Geral Extraordinária para tratar entre outros assuntos sobre a instituição do dia da pintura.

Por se tratar de um anseio do setor há muito tempo, se resolveu durante a referida reunião comemorar o dia 1º de agosto de cada ano como o Dia da Pintura dentro da base territorial da entidade. Para tanto, o sindicato baixou uma Portaria Interna nº 01/07, formalizando dentro do sindicato a comemoração do Dia da Pintura como 1º de agosto.

Agora se tenciona com este projeto que esta data seja instituída como data comemorativa dentro de todo estado do Paraná e não somente uma comemoração interna dos sindicatos e empresas do setor.

PROJETO DE LEI Nº 008/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 81, de 17/06/88, que foi alterada pelas Leis nºs 86/00 e 91/02, que institui a região metropolitana de Londrina:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a região metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Alvorada do Sul, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis e Tamarana.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Alvorada do Sul, desde a sua instalação oficial em 14 de dezembro de 1952, está ligado geograficamente e historicamente ao município de Londrina e com outros municípios da região, sendo assim, nada mais justo que o referido município passe a pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 010/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho da rodovia que liga o município de São Mateus do Sul ao município de Rio Azul, passando pelos distritos de Rio das Pedras, Turvo do Baixo e Faxinal dos Elias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de São Mateus do Sul ao município de Rio Azul, passando pelos distritos de Rio das Pedras, Turvo do Baixo e Faxinal dos Elias.

A estadualização irá trazer enormes benefícios para as comunidades de São Mateus do Sul e de Rio Azul, tendo em vista que o trecho da referida rodovia é de vital importância para a vida econômica da região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 011/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O aluno portador de deficiência locomotora terá matrícula assegurada na escola pública mas próxima de sua residência, independente da existência de vaga.

Art. 2º No ato da matrícula, deverá o aluno portador de deficiência locomotora apresentar comprovante de residência, bem como atestado médico comprobatório, se solicitado pela direção da escola.

Art. 3º Os alunos com deficiência locomotora farão parte de turmas cujas salas estejam localizadas em espaços físicos de fácil acesso.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo, as escolas farão as adaptações que se fizerem necessárias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) DR. BATISTA

**JUSTIFICATIVA:**

É de fundamental importância que o estado dispense uma atenção especial para os alunos que apresentem algum tipo de deficiência. Não basta garantir-lhes matrícula assegurada nas escolas públicas. É preciso criar condições favoráveis para que esses alunos frequentem uma escola.

No caso dos portadores de deficiência locomotora, é importante que se garanta a matrícula na escola mais próxima de sua residência, visando facilitar-lhes o deslocamento. Um aluno de família carente, que não dispõe de carro próprio, e que por sua deficiência não pode andar de ônibus, dificilmente terá acesso à escola.

A solução será matriculá-lo na escola mais próxima de sua casa. Além desse aspecto, as barreiras arquitetônicas existentes nas escolas dificultam o deslocamento desses alunos. Cabe ao Poder Público remover esses obstáculos, promovendo a adaptação das escolas públicas às condições desses alunos.

PROJETO DE LEI N° 012/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - As empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefonia, o chamado telemarketing, obedecerão às normas estabelecidas nesta lei para o atendimento ao cliente.

Art. 2° - Os serviços referidos nesta lei deverão ser prestados com a devida agilidade, ficando proibida a veiculação de propaganda, evitando-se a espera excessiva do cliente na linha e, no caso de necessitar de transferência para outro setor.

Art. 3° - Os operadores de telemarketing deverão se identificar, no ato do atendimento, pelo nome, sobrenome ou outra identificação necessária para o serviço.

Art. 4° - Quando o operador de telemarketing não puder dar resposta imediata à informação ou serviço solicitado, anotará o número de telefone do consumidor, se este assim concordar, e retornará com a resposta 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes à chamada.

Art. 5° - Os operadores de telemarketing deverão fornecer, a pedido do consumidor, endereço para o qual poderão ser encaminhadas correspondências solicitando informações, reclamações e cancelamento de serviços.

Parágrafo Único. O aviso de recebimento da correspondência - AR, devidamente assinado, é documento válido para qualquer reclamação posterior.

Art. 6° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

As reclamações envolvendo os serviços prestados através de telefone, o chamado telemarketing, são cada vez mais abundantes. Para as vendas de produto, o atendimento costuma ser célere e o operador simpático. Quando, porém, trata-se de reclamação ou cancelamento de serviço, as operações costumam ser demoradas, a linha cai, o sistema de informática cai, além do que são feitas diversas transferências de atendimento que sempre são acompanhadas de gravações de propaganda da empresa.

A função primordial do Legislativo é detectar as dificuldades e os abusos sofridos pela sociedade e, a partir daí, transformar esses problemas em leis que regulam a convivência justa na sociedade. Assim, tendo detectado diversos casos de mau atendimento pelas empresas que se utilizam dos serviços de telefonia e telemarketing, achamos por bem apresentar este projeto de lei.

Quando o consumidor faz uma chamada para cancelar um serviço ou uma compra, muitas vezes ele é colocado numa "viagem" através do setor de telemarketing, transferindo-se a ligação para outros departamentos encarregados de convencê-lo a não se desfazer do produto ou serviço. Assim, colocamos no projeto um artigo que dá a opção de se fazer o cancelamento por carta, o que evitaria este transtorno.

Acreditando na necessidade de normalizar este serviço que está em plena expansão, apresentamos este projeto de lei, na esperança da melhor análise por parte das comissões e dos Deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 013/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jogador brasileiro de futebol Alexandre Rodrigues da Silva - Alexandre Pato.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Alexandre Rodrigues da Silva, conhecido como Alexandre Pato nasceu em Pato Branco no dia 02 de setembro de 1989, é filho de Geraldo Rodrigues da Silva e Roseli Rodrigues da Silva, tem dois irmãos Alexsandro e Gisele. Com apenas 18 anos Alexandre Pato já conquistou seu lugar no futebol internacional de maneira excepcional.

Começou a exhibir seu talento no time de futsal, categoria mamadeira do Grêmio Industrial patobranquense, com uma série de conquistas e principalmente gols em competições como: Copa integração, Luigi Patriarca, Copa Parati, primeira e segunda Copa Mercosul em Uruguiana - RS, Taça Paraná, Piá Bom de Bola, Brasileirinho, entre outras.

Seu primeiro técnico Joel tinha a certeza que Ale, como era carinhosamente chamado pela família teria um futuro promissor. Joel acertou em cheio, do Colégio Mater Dei em Pato Branco para o mundo!

Em dezembro de 2001 começou sua maior jornada. O Internacional de Porto Alegre. Das incertezas da viagem, acompanhado de seu pai até a alegria de ser aceito em um dos maiores clubes do país.

Em março de 2002 dois fortes sentimentos: a dor de deixar a família na rodoviária e a alegria da chegada ao clube tão sonhado! A distância, o sofrimento, as noites em claro, incertezas, orações e lágrimas fizeram parte do cotidiano da família que ficava. A alegria estampada no primeiro jogo com a camisa do Inter e as lágrimas de emoção no primeiro gol. As conquistas chegavam. Alexandre Pato ganhava destaque nas categorias de base, belas jogadas, gols e títulos. Vieram as primeiras convocações para a seleção de base, em todas conquistas para o Brasil. Campeão Sub-18 com a seleção brasileira no Japão. Pato foi artilheiro com 06 gols! Campeão sul-americano na seleção Sub-20 no Paraguai e artilheiro da seleção com 05 gols.

Campeão brasileiro Sub-20 com o Internacional. Jogador mais jovem da competição e artilheiro com 7 gols.

A promessa se tornava realidade. O Brasil conheceria seu mais novo ídolo: Alexandre Pato.

O dia da estréia se aproximava. Quando estreou dia 26 de novembro no Parque Antártica contra o Palmeiras pelo Campeonato Brasileiro de 2006, Alexandre Pato confirmou com sobras o que dele se esperava. Com menos de dois minutos o passe, a frieza, a classe e o gol. No restante da partida deu dribles desconcertantes nos marcadores, e assistência para mais dois gols, cabeceou uma bola na trave e comandou a goleada do Internacional por 4 x 1 e tudo isso no estádio adversário! As lágrimas tomavam conta da família em Pato Branco, o craque vestia a camisa colorada. Eleito o melhor em campo pela imprensa nacional o Pato batia as asas e o melhor ainda estava por vir: Mundial Interclubes no Japão, o mundo esperava The Duck.

Pato chegou ao Japão com 17 anos tendo jogado apenas uma única partida como profissional. Primeiro jogo pelo mundial de clubes FIFA, 23 minutos, chuteiras amarelas. Bola na rede é gol do Inter é gol de Pato. O mundo aplaudia a mais nova sensação. O mais novo jogador a disputar um mundial. Pato quebrou um recorde que era de Pelé há quase 50 anos. Ao abrir o placar de Internacional 2 a 1 Al-Ahly, Pato tornou-se o mais jovem jogador a marcar gols numa competição oficial (e sem restrições de idade) da FIFA em todos os tempos. Naquele momento, Pato estava com 17 anos e 102 dias. O recorde anterior era de Pelé, que no dia 19 de junho de 1958, ao anotar o único gol de Brasil 1 x 0 País de Gales, tinha 17 anos e 239 dias.

Chegava a grande final. O Internacional desafiava o poderoso Barcelona com Ronaldinho e equipe de ouro. No final o Barcelona foi derrotado e o Inter se internacionalizava com a maior conquista de um clube - o título de Campeão Mundial Interclubes FIFA. Entre todos os jogadores do Inter um em especial para nós. O mais jovem campeão do mundo Alexandre Pato.

Alexandre Pato fez sua estréia no Milan no dia 13 de janeiro de 2008 contra a equipe do Napoli. Marcou o quinto gol da goleada de 5 x 2. Pato teve uma bela atuação e a torcida cantou seu nome durante quase toda a partida. Sua transferência para o Milan é a terceira maior da história do futebol brasileiro, sendo superada

somente pela ida de Denílson para o Real Betis em 1998 e de Robinho para o Real Madrid em 2005.

Nosso craque no dia 22 de janeiro deste ano de 2008 foi convocado pelo técnico Dunga para a Seleção do Brasil.

Com muita satisfação e orgulho solicito aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, aprovação do presente projeto de lei que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jovem Alexandre Pato.

PROJETO DE LEI Nº 014/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel.

Esta associação é uma entidade sem fins, lucrativos, com o propósito de informar e conscientizar todos os seus associados, por meio de processos educativos, sobre o exercício dos direitos e liberdades como cidadão nos limites da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. Além disso, tem como escopo organizar torneios e campeonatos de modalidades esportivas amadoras, buscando sempre a qualificação dos profissionais do esporte através de cursos, palestras e outras formas de informações.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 015/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibido fumar, em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) NEY LEPREVOST



## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa preservar as crianças dos malefícios causados pelo tabagismo, pois um fumante passivo é exposto ao contato com mais de 4 mil e 700 substâncias tóxicas e a nicotina que causa dependência física e/ou psíquica, não existindo níveis seguros para o consumo direto ou indireto destas substâncias.

PROJETO DE LEI Nº 016/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido fumar, em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a crianças.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa preservar as crianças dos malefícios causados pelo tabagismo, pois um fumante passivo é exposto ao contato com mais de 4 mil e 700 substâncias tóxicas e a nicotina que causa dependência física e/ou psíquica, não existindo níveis seguros para o consumo direto ou indireto destas substâncias.

PROJETO DE LEI Nº 017/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Minao Okawa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) DR. BATISTA

## JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Minao Okawa.

Minao Okawa que em 1963 ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, graduando-se em 1968, em 1969 ingressou na Residência Médica em Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Em dezembro de 1970 pós-graduou-se em Cirurgia Geral em cumprimento ao Programa de Residência Médica daquela faculdade e em janeiro de 1971 iniciou sua atividade médica na

cidade de Maringá, no Hospital Modelo da propriedade do Dr. Galilleu Paquinelli Filho. Após três anos transferiu sua atividade ao Hospital São Francisco, então proprietário do Dr. Jorge Sato, conforme o *Curriculum Vitae*.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei, que irá fazer justiça ao Sr. Minao Okawa, um cidadão que muito fez pelo nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 018/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a destinação de verbas da Secretaria de Estado da Comunicação Social, para programa de rádio e televisão cujos responsáveis, apresentadores ou repórteres, estejam em pleno gozo de mandato eletivo ou ocupem cargos de Secretário de Estado ou de município.

Parágrafo Único. Fica excluído da proibição, de que trata o *caput* deste artigo, os recursos provenientes do convênio COPEL - AERP.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa eliminar a destinação de verbas oficiais às emissoras de rádio, TV, cujos proprietários, apresentadores, repórteres ou Diretores sejam Prefeitos, Vereadores, Deputados e Secretários de Estado ou dos municípios.

A Comunicação Social é item da ordem social fixada na Constituição, consubstanciando-se como direito público essencial e fundado seu exercício, pelos programas de rádio e televisão, dentre outros, nos princípios da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e no respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, através de campanhas direcionadas.

O uso do dinheiro público para divulgar as ações do Governo não pode ser utilizado como marketing político, contrariando os princípios da transparência e da ética.

A proposta apresentada busca extinguir a cooptação de políticos, e enfatizar a transparência, que deve existir, na propaganda oficial do Governo do Estado. Já que este, mediante agrados e benefícios aos determinados programas influenciam diretamente na opinião dos políticos, repórteres, proprietários, apresentadores e afins com os programas beneficiados.

Diante do exposto, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

## Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º A publicação anual da relação completa de servidores públicos estaduais do Paraná, efetivos e comissionados, a que se refere o artigo 234 da Constituição Estadual, se dará na forma desta lei complementar, e conterá no mínimo as seguintes informações:

- I - Nome do funcionário;
- II - Cargo ocupado e enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos;
- III - Valor da remuneração recebida;
- IV - Poder, gabinete, órgão ou departamento onde está lotado;
- V - Ano em que realizou concurso público e data da investidura no cargo, se efetivo;
- VI - Data da nomeação e para exercer qual função pública se comissionado.

§ 1º As informações a que se referem o *caput* e os incisos deste artigo serão mantidas diariamente no site dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Paraná e divulgados em jornal de circulação estadual no dia 1º de março de cada ano.

Art. 2º A presente lei em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) TADEU VENERI

### JUSTIFICATIVA:

Recentes notícias veiculadas na imprensa local trouxeram inúmeros questionamentos sobre o efetivo controle do quadro de pessoal nos diferentes poderes estaduais.

As mesmas matérias chegam a dizer que pessoas seriam nomeadas para ocupar cargos comissionados e sequer sabiam de suas nomeações.

E mais, servidores estariam sendo remunerados pela Assembléia Legislativa do Paraná sem prestar os correspondentes serviços.

A proposição encontra amparo no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, bem como parágrafo 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Todos os dispositivos mencionados tornam obrigatória a transparência e publicidade dos atos da Administração Pública.

O parágrafo 6º do artigo 33 da Constituição Estadual obriga os Três Poderes a divulgarem o subsídio e remuneração dos servidores e empregados públicos.

O dispositivo constitucional que esta sendo regularizado reza:

*Art. 234. O estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade, da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, em cada um de seus Poderes,*

*indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.*

Ao cumprir o dispositivo regulamentado, bem como a lei regulamentadora, dar-se-á cumprimento ao princípio constitucional da publicidade.

## Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, o painel está contra nós. Existem vários Deputados presentes e o painel está acusando somente dois Deputados presentes.

Sr. Presidente, a Folha de Londrina todo mês publica o relatório de presença ou de ausência dos Parlamentares desta Casa.

Eu tive a felicidade, junto com o Jocelito Canto, de ter comparecido 100% nas Sessões desta Casa. Não tivemos nenhuma falta.

A Folha de Londrina tem dois jovens estudantes da UFPR contratados para esse trabalho de verificar presença ou ausência de Deputado. E, no mês de março, de maneira indevida, eles me colocaram uma falta. Depois mostrei para eles, através do Diário da Assembléia, pois discurssei da tribuna e estava presente. Fiquei oito meses pedindo para que fosse feito o reparo, porque no fim do ano sai o relatório e vai se repetir o mesmo erro. Não sei porquê o erro não foi corrigido e apareceu que eu tive uma falta. Não tive! Compareci a todas as Sessões. Cumpri com a minha obrigação de Deputado.

Então, Sr. Presidente, faço esse reparo, porque jornais de Curitiba publicaram que eu tive 100% de presença. Recebi cumprimentos de muita gente que leu esses jornais. Mas, exatamente no jornal da minha terra fiquei como faltoso em uma Sessão.

Isso não tira a dignidade dos dois jovens que fazem esse trabalho, são honrados. Mas faço o reparo em respeito aos eleitores que me conferiram o mandato de Deputado, ou seja, tive 100% de presença no ano de 2007.

Muito obrigado!

## Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo fato de iniciarmos o nosso período legislativo com a condição que estamos vivendo aqui. Com a possibilidade da transmissão pela TV SINAL e, especialmente, pelo painel eletrônico, que nos dá a possibilidade de nos organizarmos melhor e ter mais eficiência o nosso trabalho aqui.

Subo à tribuna para falar de um assunto que interessa à população do sudoeste do Paraná e da região de União da Vitória.

Dizer que a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, há algum tempo vem fazendo um estudo e uma reorganização, segundo eles dizem, administrativa.

E agora a última medida tomada é a extinção da Delegacia Regional de Pato Branco e da Delegacia Regional de União da Vitória.

Deputado Traiano, V. Exa. representa o sudoeste nesta Casa, como eu faço, e conhecemos bem nosso estado. Obviamente que conhecemos mais a região sudoeste do que o restante do Paraná e sabemos que a Delegacia da Receita Estadual cumpre um trabalho de arrecadação, de organização no setor fazendário na nossa região. Não temos absolutamente nada contra Cascavel e Guarapuava, que deverão centralizar as demais regiões, mas vejamos o seguinte: Guarapuava tem na sua circunscrição 28 municípios; Pato Branco tem 42. O número de agências ativas da Receita Estadual em cada delegacia: cinco em Pato Branco; quatro em Guarapuava. Número aproximado de contribuintes inscritos na circunscrição de cada delegacia: 13 mil em Pato Branco; 8 mil e 500 em Guarapuava. E, agora, o dado mais importante: Pato Branco arrecada 27% a mais do que Guarapuava. Então, acho que tirar a delegacia do sudoeste para colocar em qualquer outro lugar, na minha opinião, é um desrespeito para com a região sudoeste do Paraná.

O sudoeste é uma região homogênea, que faz fronteira com a Argentina, que faz fronteira com outros estados, como é o caso de Santa Catarina, e é importante que tivéssemos a permanência da Secretaria da Fazenda. No que a Secretaria da Fazenda vai economizar tomando essa decisão? Um cargo que, aliás, já foi transferido, não terminou um cargo, não extinguiu, já foi transferido para Maringá. Então, esse argumento não consegue se sobressair com relação aos dados técnicos que temos.

As lideranças da região sudoeste do Paraná, por meio dos Prefeitos, das entidades, do SindiComércio, das associações comerciais, hoje à tarde, estarão em Audiência na Secretaria da Fazenda, às 17h, para que possamos discutir com o Secretário da Fazenda, com o Dr. Heron Arzua, com o Dr. Vieira, quais são as motivações que levam a Receita a tomar essa decisão. Se for pelo número de contribuintes, então tem que mudar para Pato Branco, centralizar em Pato Branco, no sudoeste do Paraná, ou em Francisco Beltrão. Se for pelo valor arrecadado, da mesma forma. Então, o que queremos questionar é de que foi uma decisão tomada sem uma discussão com os técnicos. Uma decisão, na minha opinião, unilateral, não respeitando as características próprias do sudoeste do Paraná, razão pela qual venho à tribuna para pedir ao Secretário da Fazenda que reveja essa posição.

Acho que o Governador não está sabendo disso, porque com certeza não iria deixar essa decisão que não leva em consideração os critérios técnicos para reestruturação administrativa da Receita Estadual.

Agradeço a tolerância de V. Exa., Sr. Presidente. Agradeço aos Srs. Deputados e convido os Deputados do sudoeste para participar dessa reunião, às 17h, na Secretaria da Fazenda.

Obrigado!

O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)

Pela Ordem Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, é mais para um esclarecimento no sentido de que os Deputados estão hoje fazendo as suas senhas, de maneira que ao digitar nas maquininhas instaladas nas bancadas, apareça o nome no nosso grande evento da Casa que é o painel eletrônico.

Quero parabenizar V. Exa. pela modernização da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Aliás, quero aproveitar esta oportunidade para convidar os Srs. Deputados, para que logo ao término da Sessão nos demoremos aqui mais uns 15 minutos, para que possamos receber algumas informações dos técnicos do painel eletrônico, para que possamos saber definitivamente como operá-lo, para que amanhã tenhamos a nossa Sessão utilizando as votações com o painel. Naturalmente que todos irão registrar as suas senhas e o painel passará a funcionar normalmente. Ainda hoje as votações serão à antiga.

Concedo a palavra ao Deputado Mário Roque, no Pequeno Expediente, por cinco minutos.

### ***Deputado Mário Roque (PSB)***

O SR. MÁRIO ROQUE

Presidente Nelson Justus, componentes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

É com imensa satisfação que uso esta tribuna, uma vez que como suplente assumi por algum tempo uma cadeira aqui na Assembléia. Dizer da satisfação de ter sido recebido com muita galhardia e educação, ontem, por todos os Deputados. Agradecer o trabalho - quando fui convocado em dezembro - do nosso Presidente Nelson Justus e do nosso Secretário Alexandre Curi, que me atendeu com muita educação.

Dizer da satisfação de estar aqui, porque tenho uma estrada política muito longa na área sindical, onde fui Presidente por muitos anos na faixa portuária, sendo Presidente de um dos maiores sindicatos, passando depois à política partidária, como Vereador e Presidente da Câmara de Paranaguá, Prefeito e depois Prefeito reeleito. Não fui feliz nessa última eleição, porque o Partido PSB, infelizmente, não coligou em nível estadual. Eu, com 37 mil 747, fui alijado dessa corrida. Estou dando satisfação, nem que seja por alguns dias, aos nossos eleitores de Paranaguá e também de todo o litoral.

Dizer da satisfação que vivemos no litoral nesse final de 2007 e 2008, quando tivemos os nossos balneários repletos de turistas nacionais e internacionais. O trabalho e a estrutura do Governo do Estado foi muito grande à segurança da população, através da Polícia Militar, a Secretaria do Meio Ambiente, o Rasca com um trabalho profícuo, a Secretária da Cultura também com um trabalho digno, durante os festejos de final de ano. Enfim, tivemos um trabalho digno da população do nosso estado.

Vivemos um trabalho belo em Paranaguá e no litoral, quanto às obras que estão sendo realizadas através do Governo do Estado. Muitas vezes por falta de um Deputado nato de lá, não venha a público nesta Casa a pari passu tudo o que é feito e realizado no nosso litoral. Mas se fizermos um pequeno apanhado, o que é feito em Guaraqueçaba, o hospital, a praça, postos de saúde pequenos, escolas, passando a Antonina, temos o porto reativado com importações na área de frigoríficos. Temos a revitalização do mercado, praças, o hospital. Passamos a Morretes, que tem uma estrutura na área da agricultura, fábrica de balas, complexos esportivos, asfaltos. Indo a Pontal do Paraná que com essas chuvas torrenciais demonstrou um tanto de descaso do Prefeito, mas o Governo do Estado ali construiu avenidas, biblioteca pública, escolas. Passamos a Matinhos, tivemos a reforma do mercado, desassoreamento dos canais, um atendimento do nosso Prefeito Chiquinho. Em Guaratuba tivemos um trabalho bonito do Governo quando ali foi entregue um novo equipamento para os bombeiros e, logicamente, mais escolas, reforma de escolas.

Em Paranaguá, não tivemos, assim, um trabalho tanto quanto elogiável, porque infelizmente o nosso Prefeito, ao fim do seu mandato, não conseguiu ainda uma certidão negativa do Tribunal de Contas que o faça, que o habilite aos programas do SEDU, do Paraná Urbano.

Gostaria de dizer também do trabalho no nosso porto que é, a nível nacional, exemplo pelo trabalho feito pelo Eduardo Requião e pelo Governador Roberto Requião. Um porto que se ajustou à Lei nº 8630, se modernizou, bateu recorde e hoje em dia é grande exportador de grãos e também de veículos.

Então, estamos vivendo em um litoral realmente com obras, com o trabalho do Governo do Estado, um momento que realmente enaltece o povo do litoral.

Quero agradecer a todos, mais uma vez, ao Presidente da Casa: aos componentes da Mesa: aos Deputados, por este momento. Estarei aqui por pouco tempo, mas digo, de coração, que fui bem recebido e creio que chegando a Paranaguá a receptividade vai ser a mesma.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre dois anteprojeto de lei. Um é o projeto de lei que comemora o Dia da Pintura, que é um pedido do Sindicato dos Pintores. E o outro, Sr. Presidente, é a situação que está em ruínas o nosso patrimônio histórico de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Morretes. Vemos ruínas, vemos ali o que identifica o nosso litoral se acabar. Então, através das multas, e está bem exemplificado aqui no anteprojeto,

gostaríamos que a cultura pudesse, através de um fundo, dar uma atenção, não só neste Governo, mas em todos os governos, dar uma atenção especial a todo o patrimônio que identifica não só o nosso litoral, mas também o estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o Presidente Nelson Justus pelo trabalho que está realizando na Assembléia Legislativa como Presidente deste Poder, modernizando o Parlamento do estado do Paraná. E aquilo que foi um sonho, um desejo dos Parlamentares de também ver o painel instalado, hoje temos o nosso painel, e como V. Exa. já disse, a partir de amanhã ele será usado nas votações. Por essa razão quero cumprimentar V. Exa., junto com o Deputado Alexandre Curi, junto com a Deputada Luciana Rafagnin, enfim, toda a Executiva da Assembléia Legislativa pelo trabalho que estão desenvolvendo em favor da modernidade do Poder Legislativo.

Mas, o motivo que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, no dia de hoje é discorrer sobre o pronunciamento de S. Exa. o Governador do Estado no dia de ontem. Ora, Deputado Osmar Bertoldi, este ano o Paraná vai completar 155 anos de emancipação político-administrativa. Cento e cinquenta e cinco anos! Para quem ouviu o Governador ontem, desta tribuna, e para quem assistiu o Governador em casa, através da TV SINAL, parece que o Paraná foi instalado em 2003. E aí poderíamos dizer que o mundo foi criado por Deus em sete dias e o Paraná parece que foi desenvolvido e tudo foi feito no período do RR, o Governador das cinco vogais, em cinco anos.

Quer dizer que isto tem que ser dito. Ora, para quem ouviu o Governador no dia de ontem, Srs. Deputados - não quero falar só pelo fato de ser Oposição - ora sabemos e todos os Parlamentares sabem que aquilo que ele falou, grande parte, uma boa parte, não grande parte, boa parte com fundamentos e temos que reconhecer isto, mas a grande parte do que ele disse ontem é fantasia. Falar que não tem problemas na educação? Crianças, alunos, para se matricular, as mães passam 24 horas na fila, uma noite inteira esperando para conseguirem matricular seu filho? Aí dizer que é um Paraná sem problemas?

E ele disse que o Paraná está sanado - o saneamento, que eu sei, o saneamento foi instalado pelo ParanaSan aí temos o saneamento do ParanaSan - e aliás, por falar em ParanaSan, quando o Governador disse que as praias estavam maravilhosas - eu não quero usar, Srs. Deputados, as palavras que foram usadas pelo Secretário

do Meio Ambiente, Sr. Rasca Rodrigues, numa entrevista num dos canais de televisão do nosso estado, quando disse que as praias não podem ser usadas no Paraná, porque na praia tinha “m...” - não quero pronunciar a palavra toda, mas ele disse isto com todas as letras. Não é possível ouvirmos o Governador falar isto. Por isto eu digo: o administrador tem que olhar para frente e não pode olhar para trás. Como disse o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, não se administra olhando pelo retrovisor. Se administra olhando para frente. E aí eu poderia dizer: o Paraná, pelas palavras do Governador, são dois estados. Um o estado virtual do Governador e o outro o estado real que a sociedade convive no dia-a-dia, com seus problemas na área da Saúde, na área da Segurança, na área das rodovias, na área da infra-estrutura, na área da Segurança Pública, na área da Educação, na área social, na área da agricultura.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu não poderia deixar passar em branco e não fazer as minhas considerações em relação ao pronunciamento feito pelo Governador do Estado do Paraná no dia de ontem na abertura dos trabalhos legislativos deste ano.

Esta é a nossa manifestação. Não posso conceber e eu acredito que todos os paranaenses, toda a sociedade e todos os Parlamentares que prestaram atenção no pronunciamento do Governador, acho até que ele foi muito feliz e foi indelicado com o Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, quando ele fez considerações sobre o porto de Paranaguá - quem foi o último Secretário dos Transportes do Paraná foi o Deputado Nelson Justus e ele se referiu às rodovias do Estado do Paraná que estavam precárias quando ele assumiu e que agora todas estavam lisinhas. Lisinhas porque o pedágio as recuperou. E as rodovias estaduais, o tapa buraco que ele fizeram, continuam com os mesmos buracos e, pelo contrário, aumentando mais.

Seria isto, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Uma correção, em tempo, Deputado Elio Rusch. Não fui o derradeiro Secretário dos Transportes, antes do Governo Requião. Foi, com muito orgulho, um parente meu, Wilson Justus, que foi o derradeiro.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)**

Até para corrigir, V. Exa. foi Secretário, V. Exa. só não foi nos últimos oito meses porque tinha que se desincompatibilizar para disputar a Assembleia Legislativa, senão o senhor seria o Secretário até o dia 31 de dezembro, mas o senhor foi, efetivamente, o último Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sim, e com muito orgulho.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria apenas justificar a ausência do Deputado Mamede que se encontra adoentado na sua

cidade, Cambará. Ele será removido, de avião, quarta-feira, amanhã, para que venha se submeter a novos exames. Sua saúde está muito debilitada e eu queria justificar a ausência de ontem e a de hoje. Provavelmente ele entrará com um pedido de licença porque não está em condições de exercer seu mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Com a palavra no Pequeno Expediente o Deputado Plauto Miró.

**Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)**

**O SR. PLAUTO MIRÓ**

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Só quero comentar, rapidamente, sobre aquilo que eu vi do Governador do Paraná, que deveria estar aqui na Assembleia Legislativa para prestar contas do que fez e também do plano de Governo, as propostas dele para o ano de 2008, mas nada disso vimos na sua presença aqui no dia de ontem.

Quero dizer mais, aquele estado que ele comentou não é o estado do Paraná, não sei qual o estado da federação pode estar numa condição tão expressiva e tão importante quanto ele falou. E mais, se o estado está tão bem, se ele está governando como falou no dia de ontem, com certeza ele teria ganho a eleição do Senador Osmar Dias com uma larga diferença e não só por 10 mil votos, sendo que quase perdeu as eleições em outubro do ano de 2006.

O que me traz a esta tribuna é uma denúncia feita pela revista Isto É que traz a sua matéria: “Requião fora do eixo!” O Governador do Paraná é acusado de aliar-se a Hugo Chávez para apoiar o candidato anti-Itaipú no Paraguai e constranger, diretamente, o Governo brasileiro. A verdade é uma: o Requião, Srs. Deputados, deu o sinal verde para que o Secretário da Comunicação, o Sr. Airton Pissetti, assumisse o marketing da campanha do candidato à presidência do Paraguai o Bispo Fernando Lugo. Dentro dessa situação, o Lugo, candidato à Presidência, esteve aqui no estado do Paraná em outubro de 2007.

Nessa estadia ele veio se submeter a uma pequena cirurgia e, ao mesmo tempo, quando aqui esteve, firmou a contratação do Secretário da Comunicação, Airton Pissetti. Até aí, o Sr. Presidente, Srs. Deputados, um procedimento acredito legal, mas os problemas aí começaram: nessa vinda do Lugo, pré-candidato a Presidente do Paraguai, ele veio com o avião do Governo do Estado do Paraná, com o jatinho que é exclusivamente usado pelo Governador Roberto Requião. Essa é a primeira irregularidade, se tudo isso que aqui está se confirmar, porque ele usando o avião do Governo do Estado está usando dinheiro público para a sua campanha, então a primeira irregularidade.

Uma outra situação diz que o Secretário Airtton Pissetti anda junto com o Coronel do Exército venezuelano que é chamado de Comandante e tem ido com o Bispo Lugo buscar recursos do Governo do Paraná e de empresas da região. Mas uma situação que aponta irregularidade, o Governo do Estado do Paraná, pelo que traz a matéria, estaria direcionando recursos, pelo jeito que aqui fala, até recursos públicos para ajudar o Lugo, candidato do Paraguai.

Tudo isso foi feito, Srs. Deputados, através de uma denúncia do Senador paraguaio, Hermínio Chena. Ele fez essa denúncia e o Partido Colorado, que é adversário do Lugo, está fazendo uma denúncia que vai ser apresentada também pelo Senador Nelson Arganã, que acusa o Chávez de esta sendo repassador de recursos por intermédio de Requião para chegar às mãos de Lugo.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, traz a revista Isto É numa das suas últimas edições. E em cima de tudo isso conversávamos com o Líder da Oposição, Deputado Rossoni, de que nós Deputados devemos ir até o Paraguai, conversar com esses Senadores que estão fazendo essa denúncia de que recursos estão sendo direcionados para aquele país.

Vamos entrar aqui, Sr. Presidente, em nome da Oposição, em nome do Deputado Valdir Rossoni e dos membros da Oposição, com um pedido da formação de uma Comissão, para que possamos nos deslocar até o Paraguai, para que lá possamos ouvir os Senadores que estão denunciando o envolvimento do Governador Roberto Requião, o envolvimento do Governo do Estado do Paraná e da estrutura do Governo para a candidatura do Lugo, candidato a Presidente daquele país.

Também estamos encaminhando um requerimento no qual fazemos algumas perguntas ao Governo do Estado do Paraná pedindo esclarecimento com relação a quantas vezes o Secretário da Comunicação Social saiu do país, se ele pediu autorização e onde está publicada essa autorização. Tantas outras questões com relação às diárias no momento em que esteve no Paraguai, se foi pago pelo Governo do Estado do Paraná, alimentação, as passagens. Enfim, tudo aquilo que diz respeito ao apoio e a assessoria de marketing que o Secretário da Comunicação do Paraná está dando para o candidato do Paraguai a Presidente da República, Fernando Lugo.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Na data de hoje ocupa esta tribuna para falar sobre uma decisão federal, se não me engano um projeto de resolução ou uma medida provisória que restringe a

venda de bebidas nos comércios à margem das BRs. Decisão esta muito criticada por alguns e louvada por outros. Porque falo deste assunto? Particularmente, penso que esta medida provisória ou esta decisão do Governo Federal é louvável. Não teria o tempo que tenho para explicar as “n” razões, mas basta apenas enfatizar que os benefícios trazidos por esta decisão, por esta lei, por esta norma, tende a ser muito benéfico se comparado aos danos que a bebida, associada ao volante, causa. A história prova isso. É óbvio que aqueles que defendem que tal decisão não mudará o comportamento de alguns infratores, de algumas pessoas que sem responsabilidade costumam beber ao dirigir, porque as mesmas vão se munir da bebida que vão trazer de casa, do supermercado, etc e tal, até concordo, porém penso, defendo, concordo que é um mecanismo que vai coibir, que vai dificultar, é um agente dificultador e, conseqüentemente, vai reduzir sim, os números de acidentes ocasionados pela associação bebida e volante. Mas, por que falo dessa decisão ou dessa medida provisória do Governo?

Porque essa idéia é originária de um Senador do meu partido. O Senador Marcelo Crivela, ele teve essa idéia a princípio, lamentavelmente essa proposta de lei não prosperou, até por deter vício de inconstitucionalidade, vício de origem, mas foi na sua totalidade absorvida pelo Governo Federal e o mesmo, então por medida provisória, assim instalou esta medida. Então, faço essa menção da existência dessa lei hoje, em função da idéia de um Parlamentar do PRB, do meu partido, Senador Marcelo Crivela.

Aproveito o ensejo e também faço a deferência de que há uma lei no estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni, oriunda da brilhante cabeça do Deputado Antonio Anibelli, do ano de 1995, a Lei nº 11223 que proíbe a comercialização de bebidas ao longo das estradas estaduais. Foi alardeada pela imprensa essa lei federal e não se mencionou em momento nenhum, não se deu o conhecimento à sociedade, os devidos méritos ao Deputado Antonio Anibelli.

Então faço questão de fazer esse registro, uma vez que muito antes de qualquer outro Parlamentar, ou o próprio Presidente da República, alguém mais sensível à causa, mais sensível à situação, pensou num projeto de lei, projeto esse que tramitou por esta Casa e tornou-se lei. Se ela tem sido praticada ou não são outros quinhentos, que nós, enquanto Parlamentares, devemos cobrar a aplicação dessa lei. E por que eu falo isso? Sim, para fazer a devida homenagem ao Deputado Antonio Anibelli obviamente, mas para ilustrar que essa prática, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, ter brilhantes idéias, excelentes proposições que acabam originando leis que levam o Governo do Estado a economizar, a progredir, ou a ter avanços significativos economicamente, socialmente e etc, e que muitas vezes não são alardeados com a mesma intensidade, nem pela imprensa, nem pelo próprio Governo.

Por exemplo: o Governador Roberto Requião aqui esteve na data de ontem, e das muitas coisas que falou, enfatizou sobre a situação digital do estado do Paraná. Em momento algum, Deputado Jocelito Canto, embora ele tenha, em verso e prosa, dito que foram economizados milhões com a doação do software livre, ele não mencionou que a Lei do Software Livre também é oriunda da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Então, faltou da parte do Governador ter feito essa ressalva, independente dessa proposição ser da autoria deste Parlamentar que vos fala. Mas seria uma forma de prestigiar esse Poder Legislativo, meu Deus do céu, e não apenas o projeto da adoção do software livre como um segundo projeto e um terceiro projeto também oriundos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, oriundos deste Parlamentar que vos fala. Foram três projetos, projetos esses que não apenas desencadearam uma economia significativa aos cofres públicos do estado do Paraná, como continuam corroborando, continuam gerando uma economia fantástica.

### ***Passa a usar o horário do Bloco PSB/PR/PRB/PV***

Então, fica aqui o meu registro em tom de indignação, porque assim como muito se falou das ações do Governo, do que foi economizado, do que foi investido, faltou então dar honra a quem tem honra, a quem merece honra. E não me refiro a este Parlamentar, refiro-me ao corpo de Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Inclusive aproveito o ensejo para agradecer aos nobres Pares todas essas leis que tramitaram na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que contou com o apoio e a ajuda de cada um dos senhores e das senhoras. E só para fazer um registro ainda, a Lei do Software Livre, de 2003, de minha autoria, sobre o número 14058; a segunda lei também que trata sobre esse assunto, 14195 de 2003. E agora, recentemente da padronização sob o nº 15742 do ano de 2007.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Gostaria de cumprimentar V. Exa., sempre muito zeloso com seus projetos nesta Casa.

Tenho uma preocupação com a questão do desemprego. Darei um exemplo: na região de Souza Naves em Ponta Grossa, onde passam os maiores números de veículos do estado do Paraná, as empresas começam a querer mandar embora funcionários. Em função de não poder vender bebidas em rodovia as empresas estão desmarcando eventos que eram feitos ao longo dessa rodovia. Estou preocupado com o desemprego.

Outro dado, nesse final de semana, só na região dos campos gerais morreram nove pessoas em acidentes, sem bebida. Um número elevadíssimo. Sem bebida morreram nove.

Entendo que deveria ser permitido no perímetro urbano das cidades, porque está se perdendo muito emprego.

Não sou a favor da bebedeira, mas estou preocupado com a geração de emprego.

Por fim, V. Exa. falou do Governador Roberto Requião. O Governador Roberto Requião absolveu V. Exa. ontem, aqui, quando falou dos caluniadores. V. Exa. lembra quando ele falou das penas? Não foi o Governador que caluniou V. Exa.? E V. Exa. pede autorização a esta Casa, que não concede, para processar o Governador que lhe atacou de forma até covarde, porque não lhe dá oportunidade de defesa.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

O Deputado Jocelito Canto foge da matéria. O aparte não pode ser utilizado para esse tipo de colocação.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perdoe-me, Deputado Romanelli, quem tem que questionar o aparte é o Deputado Praczyk, que foi quem concedeu o aparte ao Deputado.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Quero dizer que ontem, naquele memorável pronunciamento já ligado ao Lugo lá no Paraguai, o Governador absolveu V. Exa. quando disse que quem joga penas para cima depois não busca nunca mais. Porque ele jogou as penas em V. Exa. e não teve a coragem de buscar as penas.

Parabéns, V. Exa. está absolvido pelo povo!

Muito obrigado!

#### **O Sr. Antonio Anibelli (Aparte)**

Quero agradecer V. Exa. a lembrança pela lei que fizemos há duas legislaturas atrás. Inclusive foi o Governador Jaime Lerner que sancionou o nosso projeto que proibia a venda de bebidas alcoólicas nas margens das rodovias estaduais.

Quero parabenizar o Presidente Lula pela ação de salvar vidas. É preferível perder empregos, mas salvar vidas, porque o dia que alguém matar uma família, não adianta criar 100, 200 empregos, se vai deixar filhos, esposa.

Ontem ainda vimos cinco moças, num desastre em São Paulo ou Minas Gerais, que perderam a vida saindo de uma festa, sendo que estava cheio de garrafas de bebidas dentro do carro. Isso é um crime! Você está com a sua família viajando de férias ou trabalhando e vem um bêbado causar um acidente desses. Nos bares oferecem milhares de garrafas de bebidas e, mesmo que a pessoa não queira, ao ver tanta garrafa de graça para beber, acaba bebendo.

São ações como esta, da nossa Casa, não deste Parlamentar, mas da sua atuação, porque V. Exa. é um expert em software livre e problemas de computação, V. Exa. é

reconhecido. Então, esta Casa vem dando aos governos, não só ao Governador Requião, tantas leis que fizemos contra o pedágio, Deputado Mauro Moraes, minha lei contra o pedágio que a Justiça, às vezes, atrapalha. O estacionamento gratuito, meu e do Deputado Zucchi, são coisas que fazemos para a sociedade, não para o momento ou para a televisão. Os estados têm ligado procurando a minha lei para levar aos outros estados. Então, estamos contribuindo com a vida nacional e V. Exa. presta um homenagem a este Deputado lembrando coisas que ninguém teve a competência e a inteligência de fazer durante a Operação Carnaval.

Eu dizia, hoje, ao Governador e ao Secretário da Segurança, que perdemos a grande oportunidade de dizer que o Paraná saiu à frente do Governo Lula, porque aqui já tinha uma lei, pena que ninguém cumpre, mas a lei existe e é para ser respeitada.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por gentileza, conclua, Deputado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Vou utilizar este minuto final que o senhor me concede para conceder um aparte à Deputada Rosane.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, V. Exa. já ultrapassou os 12 minutos.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Está bem. Bom, senhores e senhoras, peço desculpas à nobre Deputada, é o que eu queria deixar registrado. Agradeço e espero que essa falha do Governador, e tantos outros governos que vierem posteriormente, não se repita. Quero lembrar, também, o trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário do Pequeno Expediente para fazer uma solicitação à Casa e, ao mesmo tempo, um comunicado. Conforme já no ano passado havíamos discutido com alguns Deputados, inclusive com os Deputados do Partido dos Trabalhadores e com algumas outras Deputadas, tivemos um questionamento, tanto na Casa como de forma geral na sociedade, do porquê não regulamentarmos o artigo 234 da Constituição Estadual.

O artigo 234 é aquele que determina que todos os anos, no mês de março, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público

farão, a título de recenseamento, uma relação de todos os seus servidores, comissionados ou não, de livre provimento ou aqueles celetistas ou estatutários. Então, em princípio, estamos apresentando este projeto para regulamentarmos esse artigo. Acho que é importante, embora entenda que a Constituição é auto-aplicável, mas regulamentar esse artigo, até para que não tenhamos repetição de situações que tivemos aqui, recentemente.

Eu conversava, há pouco, com o Deputado Péricles. Não sei se V. Exa. chegou a ver os jornais, mas os jornais de hoje trazem uma notícia que diz respeito à Prefeitura de Curitiba, mas envolve o Poder Público estadual. Obviamente, feita também por conta desta falta de recenseamento e controle dos servidores públicos no estado do Paraná, que é referente ao servidor Ezequias que será, segundo o Presidente da Câmara Municipal, o elo entre os Vereadores e a Prefeitura. Para quem não lembra, o Ezequias foi aquele servidor da SANEPAR que estava liberado para o gabinete do Prefeito Beto Richa e que teve sua sogra, por quatro anos, de alguma forma nomeada aqui na Assembleia Legislativa, por algum equívoco que aconteceu nesse período. Nós não sabíamos e, hoje, obviamente, cria um grande embaraço tanto para a Prefeitura, quanto para outras pessoas que estão envolvidas, até o episódio de um outro servidor desta Casa.

Para evitar situações como essa, acredito que nada melhor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigatoriamente, todos os anos a publicação - o Deputado Stephanes Júnior que já foi Secretário de Estado sabe que é possível fazermos isso - temos todos os anos a publicação de todos os servidores que de alguma forma recebem recursos oriundos do Tesouro, seja ele servidor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Ministério Público ou do Executivo.

Acredito que dessa forma estaremos dando um passo a mais em um processo que vem acontecendo em nível nacional e estadual também. Aqui na Assembleia Legislativa também estamos caminhando nessa direção, Sr. Presidente, ao instalarmos, como V. Exa. ontem fez referência ao painel, à TV, à informatização. São passos que estamos dando. Acho que hoje o Congresso Nacional faz um debate a respeito da sua situação e da necessária transparência dos seus atos. Entendo que esse é um projeto para que possamos fazer um debate sobre quem são, quantos são, onde estão e como recebem os servidores públicos do estado do Paraná. Certamente que o contribuinte tem não só o direito, mas tem também, de nossa parte, enquanto legisladores, a obrigação de fazer com que esse direito possa ser acessado.

Estamos protocolando. Falei com os Deputados do Partido dos Trabalhadores, estou solicitando o apoio de todos os Srs. Deputados. Obviamente que é um projeto que terá todo o tempo para fazer a sua tramitação. Acredito que demos um passo importante, Deputada Rosane, a senhora que é de uma cidade importante da região metropolitana sabe, já comentamos muitas vezes da dificuldade que é termos acesso à relação de todos os servidores públicos que estão prestando serviço naquele momento.



Dessa forma não só estamos buscando fazer com que haja um instrumento legal, para que possamos fazer da nossa Constituição Estadual, de fato, um instrumento a favor da transparência, como também entendo que ao apresentar esse projeto, daremos um passo a mais para que a Assembléia venha ao encontro das aspirações da nossa sociedade, que hoje certamente está bastante atenta a todos os fatos que acontecem. Haja vista o que está acontecendo com os cartões corporativos, com outras situações, e com essa não será diferente. Teremos um bom debate durante esse período. Logo teremos o nosso novo Regimento. Sem dúvida nenhuma são passos necessários e, certamente, passos corretos na direção da transparência que tanto nós todos esperamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deputado Nelson Justus, eu que às vezes sou crítico com V. Exa., pela grande amizade que temos, quero cumprimentá-lo pelos avanços: painel, televisão funcionando. Neste momento, milhares de paranaenses estão assistindo este trabalho que estamos realizando aqui nesta Casa.

Cumprimento V. Exa. e a Mesa Executiva. Reconhecemos que estes avanços são importantíssimos para a política do Paraná. Estávamos com desigualdade. Agora, o Poder Legislativo começa a dar demonstrações de que dá, sim, para fazer aqui um bom trabalho.

Meu caro Deputado Marcelo Rangel, de Ponta Grossa, ontem tivemos a presença aqui do Governador do Estado. O Governador do Estado, em vários momentos, citou, criticou, mas se referiu, em especial, à Oposição. E eu, calado, até porque regimentalmente não cabia aparte, mas eu estava ali inquieto, e o Governador começou a sua fala dizendo que estava ali sob o regime da censura, como é de costume do Governador distorcer a realidade dos fatos. E eu perguntava para mim mesmo: qual é a maior censura, Deputado Elio Rusch? A decisão do Lippmann, que simplesmente não censurou, determinou que o Governador respeite a lei, a legislação, e não faça da TV Educativa um bem particular, mas enxergue, olhe, observe e respeite a TV Educativa como a tevê pública de todos os paranaenses. Ali, ele fez aquela chorradeira que a nós não convence.

Agora eu pergunto, Deputado Elio, talvez os Parlamentares não tenham se apercebido, até pelo período de férias: qual é a maior censura? o Governador do Estado

deu uma entrevista no final do ano à repórter Luciana Pombo, se não me falha a memória, da Folha de Londrina, e disse - primeiro cometeu uma injustiça monstruosa - disse que aqui ele não tinha Oposição, que ele erguia o telefone e resolvia os problemas por telefone. Não é verdade. Demos aqui demonstrações, todos os Deputados de Oposição deram demonstrações de que o Governador tem que respeitar esta Casa. Foi o caso do tarifaço, pela primeira vez na história do Paraná um governante teve que voltar atrás. E aguarde, Deputado Douglas, sexta-feira teremos a decisão, dia 15, da ADIN, da farra dos cargos públicos. Vai ser decidido.

Entendemos que é inconstitucional, porque estão transformando e remanejando a maioria dos cargos daqueles órgãos que foram extintos para a Casa Civil. Não sei onde estão colocando tanta gente! E também temos uma ADIN no Supremo, no qual eu me fiz valer do PSDB, do Presidente Nacional do PSDB, o Sérgio Guerra, pedi a ele a confiança do PSDB, aos Deputados e aos Parlamentares de Oposição para que assinasse a ADIN alegando a inconstitucionalidade da diminuição do desconto para o pagamento à vista do IPVA. Sabe o que significa isso para os paranaenses? Significa mais de 60 milhões, se conseguirmos a liminar que está para ser decidida pelo Supremo nas próximas horas. Se conseguirmos isso é mais um avanço.

Agora, não dá para confundir, e o Governador procurou na sua entrevista confundir dizendo que não tem Oposição. Respeito ao Governador e ao nosso posicionamento aqui. Eu, se encontrar o Governador em um restaurante, em um determinado lugar, em um lugar público, ele terá o meu respeito como sempre teve. Agora, aqui não muda nada. Aqui eu não entro no canto da sereia. Aqui eu interpreto, no meu entendimento, e gostaria que os Parlamentares refletissem sobre isso, a decisão do Lippmann era aguardada por todos os paranaenses porque o abuso na TV Educativa já estava demais.

Agora eu pergunto: qual é a maior censura? o dia em que o Governador deu a entrevista à Folha de Londrina ele disse: "Não tenho Oposição. Resolvo os problemas, por telefone, ligando para os Parlamentares da Oposição". Não é verdade. Faltou com a verdade." Segundo, só tem um que faz Oposição, o Deputado Rossoni. E esse eu vou dar uns petelecos."

Deputado Douglas, em nenhum momento eu me preocupei com os petelecos, porque certamente foi numa hora de desequilíbrio do Governador, porque ele sabe que com o poder que ele tem, com o poder de polícia, um homem que está Governador deste estado, ao agredir o Líder da Oposição, ele não agrediu o cidadão, ele não agrediu o Parlamentar Rossoni, ele agrediu às instituições. Ele quer, na verdade, que esta Casa se submeta à sua vontade e não vamos jamais nos submeter à sua vontade. Vamos nos submeter à vontade do povo paranaense.

Quando a lei é para ser aprovada, terá aqui o apoio dos Deputados da Oposição. Quando não, não é ele pode ficar nervoso, irritado, ir para a "escolinha" homenagear a

Oposição, porque para nós a irritação do Governador com a Oposição é uma homenagem, porque se ele viesse naquela tribuna no dia de ontem e elogiasse a Oposição, eu ficaria muito preocupado, porque aí não estaríamos, Deputado Elio, Deputado Durval, demais Parlamentares da Oposição, não estaríamos aqui exercendo a nossa função.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Rossoni, gostaria de parabeniza-lo pelo seu pronunciamento e também não posso ficar alheio ao pronunciamento feito pelo Exmo. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, mas para quem admirava a retórica quase perfeita do Governador, nos tempos áureos da política no Paraná, se decepcionaram muito com o pronunciamento que ele fez aqui na Casa do Povo. Aliás, aqui é o melhor local para se fazer um pronunciamento do Chefe do Executivo. Aqui se estabelece o debate. Aqui existe a Oposição, daqui a pouco vamos ouvir a Situação, mas o fato é que foi muito chato. Em linguagem popular, o Governador se estendeu demais, por mais de duas horas, não conseguiu explicar muita coisa, e talvez, devido às viagens que o Governo do Estado está fazendo para Cuba, para a Venezuela, está pegando alguns trejeitos que não são bons, porque lá em Cuba o Fidel discursava duas, três, quatro horas na Venezuela a mesma coisa. E no final o Sr. Governador acabou esquecendo até mesmo seus fiéis companheiros, os seus fiéis auxiliares, porque eu não vi em momento algum, Deputado Rossoni, ele citar os Deputados da base governista que exerceram um trabalho muito bom no ano passado, defendendo, às vezes, o indefensável, os escândalos que aconteceram.

E quando o Governador também citou alguns fatos apontados pela Oposição em 2007, ele esqueceu do escândalo da publicidade, ele esqueceu das TVs laranjas, ele esqueceu do caso PAVIBRÁS, quer dizer, os principais casos não foram citados ontem.

É claro, crítica, debate, é muito importante para a democracia, mas só para exemplificar, Deputado Rossoni, quando o Governador sobe naquela tribuna e fala que ele é muito amigo, é muito companheiro do Lino Oviedo, mas vai apoiar outro, quer dizer, ele abandonou até mesmo o próprio companheiro - é o que faz com os seus Secretários, quando não os valoriza, porque humildade é divino e reconhecimento, valorização é abençoada.

Então, infelizmente, o Governador deixou a desejar para todo o estado do Paraná.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

O Governador, na verdade, veio com uma ânsia tão grande de fazer críticas aqui que ele esqueceu que tinha que respeitar os princípios da Constituição. Ele tinha que ter vindo ontem aqui e é costume isto, não é costume, é lei, dizer aos paranaenses o que ele faria em 2008. Alguém lembra de algo que ele falou para o futuro do estado? O que ele fez aqui? Ele fez um pronunciamento voltado para trás. Por 20 vezes ele disse:

“Olhando para trás.” Quero aqui fazer o meu pronunciamento baseado em dois assuntos que o Governador cai no ridículo quando ele diz que olhando para trás ele faz críticas ao Governo anterior: primeiro, ele esquece que o Governo anterior é dele mesmo, porque ele está no 5º ano de mandato! Mas ele tem algo com o Governador anterior, não sei o que é que acontece que ele se preocupa tanto com o Governador Jaime Lerner que ele esquece e ofende os amigos do Governador Jaime Lerner que fazem parte do Governo dele!

Ontem ele dizia: “Olhando para trás, eu quero dizer aqui: olhando para frente e ao mesmo tempo olhando para trás.” Vejam o que o Governador faz com a história e com seus companheiros. Vejam aqui, só para citar alguns, porque são pessoas que o servem hoje e que devem se sentir ofendidos. Eu não me senti ofendido porque discordo dele. Vejo aqui o seguinte: ele poderia marcar uma reunião: “Olhando para trás.” O primeiro convidado poderia ser o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo Jaime Lerner, que foi acusado pelo Governador de estuprador, corre processo na Justiça. Lembro o dia que encontrei o Deputado Algaci Túlio, nervoso, irritado, chocado, com a atitude do Governador!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Consulto o Deputado Rossoni. V. Exa. vai utilizar os 30 minutos?

**(Assentimento)**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, desculpe, não quero fazer V. Exa. perder o seu raciocínio, mas havíamos combinado que repartiríamos o Grande Expediente entre Oposição e Governo, até porque eu havia combinado com o Presidente Nelson Justus, até pela oportunidade de termos o contraditório.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Deputado Romanelli, eu também achei que poderia, até porque fui o primeiro inscrito, ceder a metade do meu tempo para que estabelecêssemos o contraditório. Mas se o Presidente permitir, tenho o horário da Liderança da Oposição, com muita honra eu lhe cedo, mas preciso concluir o meu pronunciamento. Então, olhando para trás, Deputado Traiano, o Governador poderia fazer um convite ao Líder do Governo Jaime Lerner, Algaci Túlio. Segundo convidado estava na sua frente, mas ele estava olhando para trás, Deputado Rafael Greca, Secretário da Comunicação, Chefe da Casa Civil. Poderia convidá-lo para a mesma reunião para fazer uma reflexão. Poderia convidar também, com todo respeito à competência que tem, a esposa do Deputado Rafael, a Margarita, que também faz parte do seu Governo. Outro convidado poderia ser um homem que votei nele aqui para Conselheiro do Tribunal de Contas, com todas as minhas divergências. Fui o único Parlamentar que subiu

nesta tribuna, Deputado Romanelli, para defender o Deputado Hermas Brandão, homem que foi agredido pelo Senador da República, quando Secretário da Agricultura. Podia convidar o Deputado Hermas Brandão também para essa reunião! Tenho posição clara, defendi, votei no Deputado Hermas Brandão aqui.

Agora, não podem vir ali daquela tribuna achar que somos culpados pelos erros que ele acha que o Governo anterior cometeu.

Outra questão, ele ofende as pessoas e não observa, precisa alertar o Governador e por isso, talvez, esse discurso desagradável que estou fazendo aqui, quem mais foi criticado ontem daquela tribuna foi o Secretário dos Transportes. O pedágio, o porto, as estradas, uma barbaridade, uma vergonha, parece que quem passou pela Secretaria dos Transportes no Governo anterior foram os maiores incompetentes. Quem foram esses incompetentes? Não na minha avaliação, eu os tenho como pessoas competentes, que seriam muito melhores que esses Secretários que ele tem de plantão no seu Governo. Quem foi? Heinz Herwig, que estava aqui, um dos melhores Secretários dos Transportes que este Paraná já teve. Outro Secretário que estava na sua frente, Deputado Nelson Justus, criticado por duas vezes de forma direta, mas um homem elegante como Nelson Justus suporta. Eu já não suportaria. Por quê? A hora que convém ao Governador, ele elogia as indústrias. Daí ele implanta uma indústria lá no interior do Paraná, é um feito fantástico. Agora ele esquece que se no Paraná hoje se está vivendo um bom momento econômico, o Governo, a ação de um Governo não aparece de um mês para outro, aparece de uma década para outra. Hoje, este estado recolhe os frutos desse Secretário da Indústria e Comércio.

Como é que V. Exa., Deputado Nelson Justus, cometeu tantas barbaridades de trazer as indústrias automobilísticas para este estado? Foi ao que o Governador, ontem, aqui se referiu, porque ele acha que o mundo existe só no Governo dele, no Governo dos outros só barbaridades foram cometidas.

Então, quando ele fez críticas ao sistema de transportes do estado, ele esqueceu que duas pessoas competentes exerceram essa função. Quando ele faz crítica à política industrial - quando ele fala em industrial parece que ele olha para mim, não sei se eu que tenho essa impressão - ele esquece que quem implantou essa política industrial foi o nosso Presidente Nelson Justus, que será lembrado como o melhor Secretário da Indústria e Comércio, quer o Governador Requião queira, quer o Governador Requião não queira. Mas, poderia convidar o Nelson Justus para essa mesma reunião onde estarão o Algaci Túlio, o Rafael Greca, a Margarita, o Hermas Brandão, e o Herwig, porque certamente eles dariam lição de boa governança. Mas tem mais gente que pode ser convidada.

Reinhold Stephanes, pai, Ministro da Agricultura, um homem que serve a todos os Governos pela sua competência. Foi Ministro de Fernando Henrique, é Ministro

do Lula, foi Secretário do Lerner, foi Secretário do Requião, um homem imprescindível nessa reunião chamada: "Olhando para trás."

Ele cita em um determinado momento que a situação dos servidores públicos estava uma balbúrdia. Convide o Secretário Reinhold Stephanes Júnior, filho e discuta com ele, que certamente o Stephanes Júnior poderia dar lição de competência ao Secretário que está lá de plantão.

Ora, ele esquece que faz elogios no Paraná inteiro ao Deputado Nelson Garcia. Eu sei de elogios rasgados, é do PSDB, onde ele diz: "O Deputado Nelson Garcia tem se notabilizado como o melhor Secretário meu. "Ele esqueceu ontem, porque ele o criticou aqui da tribuna.

O pior, quero dizer que muitas vezes ia ao Palácio Iguaçu, quando Líder do Governo anterior. Em poucas vezes cheguei ao Palácio Iguaçu e não encontrei o cidadão lá chamado Rafael Iatauro, na sala do Governador, gozando da intimidade do Governador. Esse homem era o conselheiro do Governador Jaime Lerner. Será que esse homem só aconselhava o Lerner para o mal? Agora esse homem estava aqui, ontem, como Chefe da Casa Civil e um dos principais conselheiros do Governador atual.

Então o Governador esquece que temos a história do Paraná. Lembramos da história do Paraná. O Governador, se tivesse vindo aqui ontem e trazido a esta Casa um plano para 2008, 2009, estaríamos discutindo o que faremos para o futuro deste estado. Não, estamos olhando para trás, estamos voltando, estamos lembrando do Governo que já passou. Ora, o Governo anterior, quando entrou o atual Governo teve aqui não sei quantas CPIs, quantas podiam, e se não fiscalizaram mais não foi culpa nossa, nós éramos Governo. Fiscalizem! Agora, o que não pode é estar justificando a incompetência de um Governo em cima de um Governo que já passou e ninguém lembra mais.

E veja o que o Governador, eu não sei quantos anos tem o Governador, mas ele deve ter uns 68, para mim ele tem 50 porque ele é jovem, elegante, cabeça branca, um óculos elegante, deve ter comprado nessa última viagem de Miami, o Governador, ontem, se tivesse lido o que o Juiz disse, ele diz o seguinte, veja como é que a vida é, conta-se, Deputado Durval, atente para o que eu vou ler aqui, o Requião disse ontem: "Conta-se que o Juiz deu uma punição para um caluniador: espalhar uma grande quantidade de penas do alto de uma torre em um dia de muito vento. Sem entender muito a intenção do Juiz, o caluniador fez o determinado e voltou a falar com o Magistrado, que o ordenou novamente". Quer dizer, o Juiz determinou que o homem subisse numa torre alta e espalhasse um grande volume de penas. O caluniador disse que aquilo era impossível, que as penas haviam se espalhado por todo canto. Disse o Juiz: "Assim são as calúnias. Depois de espalhadas não há como desfazê-las". O que eu ouvi do Governador? Ele disse que o Juiz determinou ao caluniador para subir numa torre, espalhar as penas e depois ir catar essas penas, juntar essas penas.

O caluniador disse o seguinte: É impossível, é impossível”.

Eu, no meu 6º sentido, às vezes me pareceu que o réu, que o caluniador, e quem recebeu a determinação do Juiz foi o próprio Governador, porque ninguém mais neste estado espalhou pena e nunca juntou. As maiores provas não precisam ser dadas pela Oposição; as maiores provas podem ser dadas pelos seus companheiros de Governo, em especial o Ministro Rafael Greca. Quem derrubou o Ministro Rafael Greca da Nau não foi o Deputado Rossoni, o Deputado Durval Amaral, o Deputado Traiano; quem derrubou o Deputado Rafael Greca da Nau foi o Senador Requião, foi ele quem denunciou, não fomos nós que registramos em cartórios aqueles absurdos que foram registrados.

Estou citando tudo isso para ver se no ano que vem quando recebermos aqui a ilustre visita do Governador, possamos ter na sua visita o prazer de ver o governante de plantão do Palácio Iguaçu fazer o que é de costume e o que é de lei: trazer aqui um projeto de Governo para os próximos anos, trazer alento para a população do Paraná. E o Governador, às vezes, tem lapsos de memória. Ele é muito inteligente, mas ele tem lapsos de memória. Ele citou tudo, mas esqueceu um grande problema do seu Governo. Ora, 22 mil televisores, cada sala de aula vai receber um televisor. O Governador esqueceu dos televisores. Então, quero recordar os televisores, porque ele esqueceu ontem.

Outra questão que o Governador esqueceu, para não dar aqui a mão à palmatória e dizer que a Oposição estava com a razão, vou citar um outro fato: lembram de um determinado dia que o Governo estava comprando milhares de tratores? Aquela licitação era dirigida. A Oposição subiu a esta tribuna e denunciou.

O Governo, no mesmo momento, tomou as medidas. Ato elogiável do Governador ao saber das denúncias da Oposição, que a concorrência era viciada, ele tomou as medidas, houve uma concorrência. O que ele disse ontem, na tribuna? Que os tratores custaram 35% menos.

Pergunta que faço: se ele tivesse ouvido a Oposição no caso dos televisores, não poderia ter custado 30% menos?

Outra pergunta: qual é a maior censura? Ameaça de bater no Líder da Oposição ou respeitar a lei e não transformar a TV Educativa num patrimônio particular?

Muito obrigado!

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar que no dia de ontem Araucária completou 118 anos.

Faço esse registro não só porque resido naquele município, mas pela importância que ele tem para o

estado do Paraná. Por sediar a REPAR, a CSN, a Gerdau, e pelo povo trabalhador que lá reside. Juntamente com Curitiba e São José dos Pinhais são responsáveis por 33% da riqueza produzida no estado do Paraná.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

No horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há uma preocupação com relação às bebidas nas rodovias e o desemprego. Já falamos isso hoje. É preciso ter muita atenção nesse caso. A pessoa que quer beber leva no carro, entra na cidade e bebe.

Ontem aqui vi o Governador fanfarrão Roberto Requião brincar sobre eleições no Paraguai. Disse aqui que iria apoiar o Lugo. Lembrei que o Roberto Requião não se dá bem com os Padres. Toda vez que se envolve com religioso ele acaba arrumando confusão.

Na campanha do 1º turno, quando o Padre Roque foi candidato contra ele pelo PT, ele dizia que depois da eleição o Padre Roque seria Capelão do Palácio Iguaçu. Errou! Levou o Padre Roque para a Secretaria do Trabalho e está armada uma confusão e um monte de coisa errada.

Então, o Governador errou ao levar o Padre Roque. Deveria ter levado de Capelão. Fica a sugestão para o Governador que já fez reunião com os paraguaios aqui: que depois das eleições do Paraguai que ele traga o Fernando Lugo para ser Capelão do novo Palácio das Araucárias.

Mais uma vez vimos o nosso ilustre Governador abandonar os companheiros e ficar com aqueles que ele acha que podem ganhar e ele pode ganhar junto. Mas tem coisas boas no Governo e eu vou brincar com o Governo, mas vou falar sério.

Quero falar de coisas boas do Governo. Uma das coisas boas que eu gosto de falar está aqui neste jornal que o Governador mandou distribuir. Distribuiu em Londrina, em Cascavel e em Ponta Grossa. Notícias do Paraná, jornal de divulgações das ações do Governo do Estado. Aqui está o nosso hospital regional. Está mais adiantado do que esta foto aqui. Quero ficar com essas coisas boas do Requião. As fanfarrices, as brincadeiras, as gozações e até aquelas coisas que não entendemos, deixemos pra lá. Vamos ficar com as coisas boas.

Se o Requião cuidasse das coisas boas do seu Governo ganharia muito mais e arrumaria menos confusões. Então, que ele apóie o Lugo, que ele traga o Lugo de Capelão depois, mas vamos lembrar dessa obra que está nas notícias do Paraná e que nos alegra ver o hospital

regional de Ponta Grossa, que nunca, nenhum Governador fez. Fica esse registro de uma obra boa. O Requião devia cuidar mais das suas obras e deixar o resto.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado, me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado, com todo respeito a V. Exa., mas o senhor faz um estilo mais bate e assopra, não é verdade? O senhor até falou do pronunciamento do Governador e, agora, está falando do jornal Notícias do Paraná que, na minha opinião, é um jornal completamente irregular, porque foi impresso na Imprensa Oficial, com dinheiro do contribuinte, e no crepúsculo de uma sexta-feira de janeiro, sabendo que os Deputados voltariam à Sessão somente em fevereiro. A Justiça está apurando e, nos próximos dias, teremos novidades a respeito deste assunto, com relação a expediente.

Outra coisa: hoje mesmo estamos apresentando requerimento para obter o Regimento Interno da Imprensa Oficial que, segundo o que consta, não poderia imprimir esse jornal que está nas suas mãos.

Para Ponta Grossa imprimiram 90 mil exemplares, sendo que pelo cadastro da Prefeitura de Ponta Grossa, do IPTU, temos 62 mil residências, ou seja, todas as residências de Ponta Grossa receberam esse jornal. E mais: o Governo do Estado tem R\$ 38 milhões para gastar em propaganda, neste ano, o que daria para fazer seis hospitais desse aí que o senhor está mostrando em seis meses, não em seis anos. O hospital regional já está em fase de construção há quanto tempo? Em seis meses daria para construir seis hospitais como esse com o dinheiro que vai ser gasto em publicidade e propaganda no estado do Paraná.

Agradeço a V. Exa. pelo aparte, Deputado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Só para concluir, Sr. Presidente, respeito a opinião do Deputado Marcelo Rangel, mas acho que não é elegante fazer um jornal para mostrar o que está fazendo e se ele faz num lugar público, que é dele, sai mais barato. V. Exa., sendo um homem da comunicação, sabe que se ele fizesse numa empresa sairia muito mais caro.

Se ele está fazendo dentro de um órgão oficial do estado, que é dele, é uma gráfica que é do estado, é muito mais barato. Qualquer criança sabe que fazer o chocolate caseiro é mais barato que comprar na esquina o chocolate fabricado! É a mesma coisa; Ele faz caseiramente um jornal. É só isso. Agora, que é bonito nosso hospital é, não é? V. Exa. deve ter uma dor de cotovelo porque disse que o hospital não iria sair, mas que pena, não é?

Ele está de pé!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Edgar Bueno.

## ***Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno***

**O SR. EDGAR BUENO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos reiniciando os nossos trabalhos este ano e reinaugurando uma nova fase da Assembléia Legislativa. Mais transparência nas votações, presença dos nossos Deputados. Enfim, a modernidade, a tecnologia chegando para melhorar as nossas condições de trabalho. Por isso, quero parabenizar toda a direção da Casa, através do Deputado Nelson Justus.

Venho a este microfone para falar de um assunto que preocupa o oeste do Paraná, com relação à reitoria. Tivemos uma eleição na UNIOESTE, que é composta por cinco municípios: Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão. Compomos um conjunto de cidades, que fazem parte da UNIOESTE.

Houve as eleições. O Governador Roberto Requião tem poderes para isso. Ele pode através de uma lista tríplice nomear quem ele bem quiser e desejar. Fomos surpreendidos, porque o Governador fala em democracia, em respeito às bases. A comunidade acadêmica votou em uma determinada pessoa o maior número de votos. Veio a pressão política e aqueles que estão com medo de perder cargos começam a fazer pressão ao Governador.

Quem preparou a maior pirotecnia foi a Secretária Lygia Lumina Pupatto. Ela é Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A Lygia Pupatto, que é cargo de confiança do Governador. Ela inventou uma nova fórmula de calcular os votos da UNIOESTE. Através de seu cálculo, convenceu o Governador que houve empate técnico. Mais ou menos parecido com o que aconteceu nas eleições do Governador Requião e Osmar Dias, que também teve um empate técnico. Quem é que foi nomeado Governador? Aquele que fez o maior número de votos.

Lá no oeste do Paraná, o nomeado é o 2º lugar. Não estamos entrando na competência, se tem ou não tem competência. Não estamos querendo entrar na questão pessoal daquele que foi nomeado, que é o Alcebíades Luiz Orlando, que já foi por quatro anos Reitor. Queremos entrar na questão ética. Queremos entrar na questão do respeito, que qualquer entidade deve manter com os seus cidadãos.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que acompanhou isso está vendo uma movimentação muito grande da sociedade. Trinta e três entidades da região assinaram um voto de repúdio à decisão do Governador. Toda a comunidade acadêmica de toda a região dos cinco municípios do oeste e sudoeste está se manifestando contrariamente a essa atitude.

Quero propor a esta Casa, para nos unirmos, Situação e Oposição, para tomarmos uma decisão definitiva, legislativa, que acabe com a lista tríplice. Não se discute mais isso. Que o ganhador seja realmente o nomeado ou então se acabe com as eleições.

Quero reforçar aqui a incompetência da Secretária Lygia Pupatto, porque através dela é que se deu esse mecanismo de decisão do Governador que está trazendo um desgaste muito grande para ele.

Então, veja o que é ter um assessor, um cargo de confiança incompetente, que não tem sensibilidade política, que não entende do mecanismo, do respeito que temos que ter com o cidadão e que leva um “prato pronto” para o Governador assinar a cometer um erro crasso, cometer um abuso de autoridade com a vontade acadêmica do oeste do Paraná, através da eleição da UNIOESTE.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Muito obrigado pelo aparte e pela consideração.

Deputado Edgar, eu diria o seguinte: também acompanhei, à distância, esse fato da nomeação do Reitor da universidade, da UNIOESTE de Cascavel, inclusive conversei com o Governador algumas vezes. Olha, primeiro, não quero entrar no mérito da votação, o primeiro colocado veio ao gabinete uma vez, mas não o conheço. Mas, o que levou o Governador a nomear o atual Reitor, V. Exa. acompanha e sabe muito bem, todos aqui acompanham os episódios da UNIOESTE com outros Reitores, que é o caso da Liana, ex-Reitora e do Wilson Scuciatto, que foi um vexame, segundo o Ministério Público foi uma roubalheira enorme. E hoje temos lá o episódio do CISOP. E o Governo acompanhou isso tudo e mandou para a Justiça. Então, como o Governador conhece esse atual Reitor, não estou aqui defendendo esse Reitor e também não quero dizer que o outro também não seja honesto, não conheço, não posso fazer nenhuma afirmação, mas o que levou o Governador a nomear o Alcebíades foi pela certeza da retidão, da honestidade que ele tem exercido na UNIOESTE, que é uma instituição complicadíssima.

Então, não quero defender, mas foi esse o fator.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Muito obrigado ao Deputado Dobrandino da Silva. Concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Deputado Edgar Bueno, V. Exa. traz à tribuna de hoje um assunto que tem merecido enorme destaque na imprensa e na sociedade de Cascavel e do oeste do Paraná.

Fui falar com o Governador Roberto Requião e pedi a ele a nomeação do professor Altevir como Reitor da UNIOESTE, mas o Governador fez as suas considerações, ele disse: “A lista tríplice já é uma lista tríplice para que o governante escolha na lista tríplice aquele que ele achar que deve escolher. Em nenhum lugar está escrito que o Governador tenha que escolher o que está em primeiro na lista, por isso que já é uma lista tríplice”.

Segundo ponto, Deputado Edgar Bueno, o Governador trouxe como base para a sua decisão o fato de que o atual Reitor da UNIOESTE que, na minha opinião e pelo que observei do processo eleitoral, não apoiou o Governador Requião na eleição, esteve do outro lado da campanha para o Governo do Estado. Ele foi eleito apenas e tão somente amparado em bases técnicas pelo bom desempenho da UNIOESTE, especialmente do hospital universitário que vivia sempre com déficits financeiros extraordinários e que após a nomeação do professor Alcebíades e do professor Pompeo na direção do hospital universitário começou a ter superávit financeiro.

Então, esses foram os argumentos do Governador Requião, infelizmente, contrariando o desejo das lideranças do oeste do Paraná.

Agradeço, Deputado Edgar Bueno, o aparte de V. Exa.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Por várias vezes tentei aqui interferir, mas infelizmente não funciona o microfone.

Deputado Nereu, V. Exa. tem um aparte importante, rico para o que estamos discutindo. O problema é que nosso tempo está se esgotando.

Gostaria de dar meio minuto ao Deputado Chico Noroeste.

#### **O Sr. Chico Noroeste (PR) (Aparte)**

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento, e sua preocupação, Deputado Edgar Bueno, até porque foi feita uma eleição conforme a legislação hoje pertinente que terá que ser feita eleição para os Reitores das universidades do estado do Paraná.

Agora fico pensando: para que mobilizar todos os *campus*, no caso da nossa universidade estadual do Oeste do Paraná, mobilizar todos os professores, mobilizar todos os acadêmicos, todos os alunos, elege-se um professor com conhecimento renomado e depois o resultado da eleição das urnas não se prevalece porque evidentemente quem está sendo nomeado é uma pessoa que tem a preferência do Governo do Estado, do Governador Roberto Requião. Isto é o que é lamentável.

Não tenho nada contra o atual Reitor, conheço, até porque tem feito um grande trabalho, mas justifica também aqui o nosso protesto com relação ao Governador não aceitar o resultado democrático da eleição para Reitor da nossa Universidade do Oeste do Paraná.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Muito obrigado, Deputado Chico Noroeste. Agora, nunca discordei ou nunca duvidei que o Governador não tem poderes para nomear um entre os dois ou um entre os três. Mas, como diz o Deputado Chico Noroeste, você autorizar uma eleição onde mobiliza todo mundo - acadêmicos, professores, são servidores, para nada? O sujeito votou e fica com cara de palhaço? Por que isto?

Então, está na hora de acabar de uma vez por todas com as eleições ou então respeitar o direito do voto, respeitar o resultado da urna. Como é que alguém vai prejudicar o Altevir Castro dos Santos, que politicamente não temos absolutamente nada nessa questão, politicamente, mas como é que vai se prejudicar o cidadão dizendo que ele não tem competência, se ele foi o mais votado?

Gostaria aqui de falar do cartão corporativo - não dá tempo - e do desfile que ontem vi e dos aplausos daqueles que foram executivos importantes no Governo Lerner - e que quando eram do Lerner não prestavam e agora prestam - e os vi aplaudindo, o chicote pegando no seu próprio lombo. Assisti isto hoje. E fico admirado dessa capacidade que as pessoas têm de conseguir fazer isto.

Então, a cada Governo, vocês ficam dois para cá ou para lá, o chicote pega e vocês batem palma.

Então, foi um desfile que assisti ontem que merece este registro aqui nos Anais da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente gostaria de parabenizar à Mesa Diretora pelo painel, pela TV SINAL, que eram compromissos de V. Exas. quando assumiram a Mesa Diretora e que está cumprido este compromisso não só com os Deputados, mas principalmente com a sociedade paranaense. Parabéns, isso é um avanço muito grande levando a transparência aos lares do Paraná que podem acompanhar a postura, a atitude, a forma como atua cada Deputado aqui na Assembléia Legislativa.

Em segundo lugar gostaria de agradecer aqui a confiança dos Deputados Marcelo Rangel, do Deputado Dr. Batista e do Deputado Dr. Felipe Lucas para me permitirem neste semestre exercer a Liderança do Bloco PPS/PMN. Ao mesmo tempo em que agradeço aos três Deputados parabenizo o Deputado Marcelo Rangel que tão bem conduziu a Liderança no 1º semestre do ano passado e o Deputado Dr. Batista que foi nosso Líder no segundo semestre. Espero atender as expectativas de V. Exas. na Liderança deste bloco.

Ontem, ouvindo o Governador Roberto Requião fiquei imaginando o seguinte: como sou Deputado de 1º mandato, Deputado Valdir Rossoni, ele falando ali naquela tribuna e como já foi falado aqui ele dizia: "Olhando para trás". Eu, olhando para trás, não estava aqui na Assembléia Legislativa. Então, como cidadão comum percebi que todos os governos que passaram,

independente de quem era o Governador e que sempre foram assessorados por várias pessoas, cada um faz um estilo de Governo procurando melhorar a posição do estado do Paraná, pelo menos é o meu entendimento.

O que ouvi ontem foi o Governador fazendo muitas críticas e achando que só existiu o Governo Roberto Requião. Nenhum outro mais existiu! Queria lembrar um detalhe aqui do Governo dele, do Governo Requião: fui consultor do SEBRAE, portanto técnico e dava assessoria às pequenas empresas que no processo de geração de emprego são as maiores geradoras de empregos. Como consultor do SEBRAE, na época, no 1º mandato do Governador Requião, no mandato anterior a esse que está sendo executado, que seria o 2º mandato dele, nosso partido, o PPS, fez uma coligação com o Governador Requião. Nessa coligação nós apresentamos seis pontos de propostas. Quero destacar um deles aqui que foi justamente de iniciativa do PPS, discussão que participamos, privilegiar e ajudar as micros e pequenas empresas, como missão, tínhamos isso no nosso plano de Governo dentro do PPS e oferecemos essa condição no apoio ao Roberto Requião no seu segundo Governo. Ele ganhou a eleição e de fato, cumpriu como disse ontem, ajudando as micro e pequenas empresas. Então, não era uma idéia do Governador Roberto Requião, como ele disse aqui, ontem, que foi dele. Era uma idéia do PPS, a qual eu como consultor do SEBRAE tinha elaborado junto com os demais do partido e levamos à campanha do então candidato Rubens Bueno e daí oferecemos essa proposta.

Outra proposta nossa foi o retorno da eleição direta para os Diretores de escolas, mas quem ouviu o Governador falar ontem, a idéia foi só dele, foi ele que fez!

Ele esqueceu de falar outra coisa também que já estava implantada no Governo Jaime Lerner e que tinha uma parceria muito grande do SEBRAE, que é o Banco Social. O Banco Social é uma espécie de banco criado para favorecer as empresas que não estavam inscritas, ou aquele empreendedor que tem um sonho de ter uma pequena empresa e precisa de uma ajuda desde o início. Aí parcerias das prefeituras do Paraná, do Governo do Paraná e do SEBRAE criaram o Banco Social com um capital de R\$ 100 milhões para apreciar, investir, financiar projetos para ajudar na geração de emprego das pequenas empresas, micros e muitas deles na informalidade. O Governador Requião não falou ontem, mas ele cortou o Banco Social no ano passado. O Banco Social ficou quase todo o tempo sem funcionar, sem atender as pessoas que precisavam desse empréstimo.

Ao retornar ao Banco Social retornou com o capital de 40 milhões, portanto, menos do que o Governador anterior tinha investido, e atendendo pouco mais de 120 municípios apenas. Na minha região tinha o Banco Social em 25 municípios. Hoje em apenas 4 ou 5 municípios. É um prejuízo para a região e o Governador não disse isso aqui no seu pronunciamento ontem. Isso para nós paranaenses é uma falta de consideração. Excluir, ele que fala que é Governador dos pobres, excluir aquele que tem um

sonho, em quaisquer das cidades do Paraná ter a iniciativa de começar uma pequena empresa.

Mas, por outro lado, ele deu uma boa notícia, aqui está a cópia do que ele falou ontem: “O dinamismo da nossa economia revelou ainda o aumento da arrecadação no ano passado, 25% maior que em 2006 contra o crescimento médio nacional de 16%”.

Ele disse que tivemos 25% a mais de arrecadação, significa dizer que não dá para atender as Santas Casas do Paraná com as emendas coletivas que fizemos aqui com os Deputados. Ele tem dinheiro! O Governo tem dinheiro! Ele disse aqui ontem que arrecadou mais, portanto, temos a expectativa de que ele atenda os nosso pedidos e as nossas reivindicações de investimentos para as Santas Casas do Paraná, como sempre fizemos. Fizemos o ano passado e vamos continuar fazendo este ano.

Outro assunto que quero chamar a atenção aqui é sobre os cartões corporativos. No Congresso Nacional está se propondo a CPI, a própria imprensa aqui no estado do Paraná já divulgou muitas notícias sobre os cartões corporativos.

No nosso gabinete, logo que começaram essas informações, começamos a providenciar um projeto de lei para ajudar o Governador Requião a normatizar esses cartões corporativos aqui no Paraná. A nossa equipe está fazendo isso. Esperamos que não tenha nenhum erro, como diz o Governo, que não tenha. Esperamos ajudar daqui para frente com o projeto.

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Ontem assisti atentamente o pronunciamento do Governador. Acho que na situação que está o Governador, enfrentando a Promotoria, a Justiça, a Justiça Federal e alguns setores da imprensa, o discurso dele tem que ser forte do jeito que foi ontem, mesmo. Esse tem que ser o estilo do Requião. Apesar dos abusos e dos exageros entendemos e compreendemos que tem que ser assim.

Ontem, de tudo que ouvi, me chamou a atenção quando ele disse que preservou ou está à disposição 40 milhões para o Banco Social.

O Banco Social foi fechado em maio do ano passado, não reabriu ainda. Não reabriu nem nas 129 cidades que ele falou. Cento e vinte e nove cidades onde há um IDH baixo, mas não reabriu absolutamente nada.

Na verdade é um projeto bom, interessantíssimo para aquele cidadão pobre, trabalhador, que não tem acesso ao crédito. Nós apoiamos integralmente este projeto de emprestar de R\$ 300 a R\$ 10 mil, com facilidades de juros, prazo de pagamento, mora, enfim. Só que tem que funcionar - e funcionou até maio do ano passado. Sei que o Requião pediu um reestudo deste que é um bom projeto social. Mas, quero registrar aqui que não tem em lugar nenhum, está parado. Ele já determinou. Eu acredito nisso, até por isso que ele falou, mas a sua assessoria não colocou em prática ainda a nova fórmula do projeto

do Banco Social com 40 milhões, que ele ontem anunciou e que está a disposição da população.

Realmente, o Banco Social, desde o ano passado nós estamos cobrando. Como disse, expliquei a história, uma parceria SEBRAE, os municípios e o Governo do Estado. O Governo cancelou. Ficou um ano quase parado e ainda não está funcionando como as pessoas realmente esperam.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças: Democratas; PP; PT. Com a palavra o Deputado Elton Welter.

### ***Liderança do PT: Deputado Elton Welter***

#### **O SR. ELTON WELTER**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra estar nesta tribuna novamente, agora com a televisão TV SINAL. Realmente dará outro visual aos debates e às proposições que aqui serão debatidas.

**(Lê):**

“Estamos apresentando hoje uma nova proposta de emenda à Constituição do Estado.

Trata-se da proposta de inserir no corpo da Constituição do Estado do Paraná, especificamente no capítulo da educação, os princípios da gestão democrática e da consolidação da autonomia das instituições públicas de ensino superior, com a eleição direta de seus dirigentes.

A matéria pode suscitar controvérsias, tanto no seu aspecto formal, quanto no seu mérito. No entanto, convencemo-nos que a emenda constitucional ora proposta tem total procedência.

Quanto ao seu aspecto formal, estamos propondo que a norma deve ser de natureza constitucional, vez que assegura a efetiva autonomia universitária, um princípio de ordem constitucional. No seu mérito também estamos convencido de sua pertinência.

Ponderamos o fato de um processo totalmente direto para a escolha de Reitores e vices das nossas universidades estaduais, assim como dos Diretores das faculdades isoladas, tem seu risco de ocorrer o aparelhamento da universidade pública e a partidarização da academia com grupos ideológicos, tanto de Esquerda como de Direita, que visem mais questões políticas que o mérito e capacidade administrativa.

No entanto, uma universidade com autonomia deve ser comparada à própria democracia, que também tem seus riscos, mas ainda é a melhor forma de administrar a coisa pública. Entre a ingerência política externa e os riscos de populismos internos, temos que apostar na autonomia das nossas universidades.

A legislação atual, em todos os entes da República, estabelece eleições diretas apenas para confecção de uma lista tríplice. Diversas vezes a escolha por parte do Chefe



do Executivo recaiu sobre o segundo ou terceiro mais votado. Inclusive aqui no Paraná.

O caso mais divulgado ocorreu no final dos anos 90, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando o então Ministro Paulo Renato de Souza nomeou o terceiro colocado com apenas 15% dos votos, o que gerou greves e manifestações até violentas da comunidade universitária. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná o Governo Requião em duas oportunidades nomeou o 2º colocado. Legalmente não está incorreto, mas torna o processo ilegítimo.”

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a emenda, nós a redigimos, nós coletaremos as assinaturas. Em função de existir a lista tríplice admito o que o Governador fez, mas fui contrário, trabalhei intensamente para que fosse nomeado o 1º colocado. E isso não aconteceu. Já o próprio pronunciamento do Deputado Nereu Moura foi nesse sentido, o Deputado Dobrandino também deve ter feito falas nesse sentido com o Governador.

Acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e o Deputado Péricles que encabeça, também, junto comigo, até como Presidente da Comissão de Educação, e já com o aval de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, trabalharemos para que essa proposta seja uma proposta que fique para o estado e que se resgate, de fato, uma norma constitucional, a verdadeira autonomia desejada pelas universidades. Ou sustamos de vez com as eleições diretas.

Parece mais legítimo respeitar a votação da comunidade de estudantes, de professores e de funcionários.

Não se trata de uma batalha contra o Governador Roberto Requião. Trata-se de um Líder de partido que entende que se resgataremos e firmarmos esse princípio constitucional daremos mais autonomia para as universidades e tornaremos mais legítimo o processo de eleições.

Acredito que o estado do Paraná pode ser pioneiro nessa iniciativa. Essa matéria tem que ser muito debatida, para que se tenha uma legislação e que não venhamos a ter no futuro uma situação de intranquilidade como essa que temos neste momento.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Esse é um tema muito caro às forças democráticas brasileiras.

Sou professor da Universidade de Ponta Grossa, vim aqui nesta Casa como professor militante dos movimentos das universidades e assisti grandes debates sobre autonomia universitária. Não tem sentido uma eleição se o Governador tem o poder de escolher até o 3º classificado no processo eleitoral.

A universidade expressa, de uma forma muito bela inclusive, a própria sociedade que ela representa. Ela

deve ter o direito de escolher o seu Reitor numa eleição direta.

Não sei as razões do Governador em escolher o 2º colocado na UNIOESTE. Acho estranho que o Deputado Edgar Bueno atribua à Secretária Lygia, do PT, esta responsabilidade. Vamos conversar pessoalmente com ela que é do nosso partido.

Entendo que precisamos mudar também a legislação, porque os estudantes levam desvantagem. Porque tem maior ausência de estudantes. Há uma abstenção maior dos estudantes. Eles são penalizados com a média ponderada.

Devemos fazer uma eleição mais democrática ponderando igual os três segmentos: acadêmicos, professores e funcionários.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas) (Aparte)**

Gostaria de apoiar V. Exa.

Devemos ter regras definidas. Ou temos eleições diretas ou não existe muita razão para fazer esse jogo de cena.

V. Exa. tem o meu apoio pessoal. Entendo que a forma mais correta é essa mesma. Ganhou, levou e tem que ser empossado.

Muito obrigado!

#### **O SR. ELTON WELTER (PT)**

Quero dizer ao Líder da Oposição que o Governador, no dia de ontem, não foi agressivo com a Oposição.

Aliás, ontem o Governador foi ponderado. Ele fez boas comparações do que está acontecendo no seu Governo de fato e dados, como os dados do CAGED que são inquestionáveis com relação a emprego. O nível e a qualidade dos empregos no Paraná tem melhorado. O Paraná está crescendo. O PIB do país está crescendo e do Paraná um pouquinho mais. O Programa Bom Emprego, o programa que tem incentivado as pequenas empresas tem sido um programa extraordinário.

Tenho falado com empresários de pequenas e médias empresas e eles têm batido no peito dos benefícios que têm proporcionado as suas empresas, a quantidade de empregos gerados em função dessa isenção, de acordo com o faturamento da empresa, do ICMS acerca das suas empresas. Então, isso já vale um Governo. Além dos programas ligados ao leite das crianças, o luz para todos, a tarifa da água e a recuperação da COPEL e da SANEPAR.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças consulto o PSDB.

**(Declina)**

Consulto a Liderança do PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O teatrólogo italiano Luigi Pirandello grafou a seguinte expressão: “Assim é se lhe parece”. Estou citando Pirandello porque as coisas que estamos ouvindo são assim, no caso, se assim parecem à Oposição. Vamos destrinchar um pouquinho algumas coisas.

Quero agradecer a V. Exa., Líder da Oposição Valdir Rossoni, que tem municiado o meu gabinete, e agradeço pela gentileza, com afirmações que V. Exa. faz. Leio aqui uma delas: “Como exemplo de incompetência e fantasia, Rossoni citou os famosos 24 hospitais que o Governo frequentemente menciona, mas que ninguém sabe e ninguém viu.” Deputado Rossoni, na reunião de hoje da CCJ, o Deputado Marcelo Rangel apresentou o Projeto de Lei nº 831/07 dando a seguinte denominação ao hospital regional de Ponta Grossa: “Memorial Regional dos Campos Gerais”. Então, Srs. Deputados, tudo aquilo que se afirma pode ser contestado.

Quero render, mais uma vez, as minhas homenagens à Oposição. O Nelson Rodrigues dizia o seguinte: “Toda unanimidade é burra”. Então, sempre exalto à Oposição porque em todos os cantos deste país, muitas vezes, em determinadas épocas, eu era Oposição e Oposição radical. Logicamente, Sr. Líder das Oposições e demais combatentes antigovernamentais que estão aqui, é preciso que V. Exas. ajam, muitas vezes, com parcimônia, com apego à verdade. Então, vejam bem: nenhum hospital foi construído porque ninguém vê hospital e o Deputado Marcelo Rangel está aqui. Falei isso no ano passado, quando os Deputados de Ponta Grossa, Plauto Miró Guimarães, Jocelito Canto e o próprio Marcelo Rangel apresentaram, aqui, um projeto dando uma denominação, que agora é substituída pelo jovem Deputado ponta-grossense.

Vou falar de coisas esparsas. Mas para embasar a realidade.

### **O Sr. Marcelo Rangel**

Permite-me um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Logo em seguida, Deputado.

O meu pronunciamento: a Constituição manda o Governador - está no artigo 87, inciso XI - prestar contas anualmente à Assembléia Legislativa dentro de 60 dias, após a abertura da Sessão Legislativa, relativamente ao ano anterior. Logicamente que o Governador não fica compartimentado. Ele pode colocar os olhos na frente.

Eu mesmo costumo dizer muitas vezes que tenho saudades do futuro. Mas muitas vezes para colocarmos a nossa consciência e a nossa presença no futuro é preciso que não excluamos da vida aquilo que passou. É o acervo de conhecimento que acumulamos. Por exemplo, eu

poderia dizer que os senhores brilhantes Deputados da Oposição não querem falar muito no passado, porque senão vemos o que eles fizeram, alguns deles. Os outros - como já disse - muitas vezes imberbes e ainda no ofício, na política, ainda teimam em querer apagar aquilo que passou. Mas tudo bem.

Quanto é, Srs. Deputados, que pagaríamos, por exemplo, para ir ao litoral do Paraná, ida e volta? R\$ 11,90 para ir e R\$ 11,90 para voltar. Vamos arredondar para R\$ 24,00, para andarmos o quê? Oitenta, setenta, noventa quilômetros. Agora, o que é que vamos pagar, por exemplo, com as novas tarifas que serão implantadas, através do leilão que o Presidente Lula fez acontecer no país? Quanto é que vamos pagar daqui a Florianópolis? Duzentos e cinquenta para ir e 250 quilômetros de volta, R\$ 5, R\$ 6? Quanto está estipulado na proposta vencedora? Quem é que se lembra disso? Três para ir e três para voltar? Então, o negócio é complicado.

Fui Secretário dos Transportes e quero me referenciar ao meu antecessor, Deputado Nelson Justus, que esteve na Secretaria dos Transportes e também na Secretaria da Indústria e Comércio. Ele fez aquilo que o Governo ao qual ele servia, servindo ao povo do Paraná, o que era possível. As coisas foram modificadas, Presidente Nelson Justus, quando eu cheguei à Secretaria.

Elaborei um programa de restauração das estradas, porque elas precisavam ser reformadas. Os Secretários anteriores não tiveram o apoio do Governador ao qual serviu para executar o trabalho, que me competiu pelo destino - não sendo engenheiro - executar. Mas as estradas estavam ruins. A imprensa dizia todos os dias, sem parar, daquilo que existia lá. Bom, mas fizemos.

Estou vendo aqui o Deputado Cheida, Secretário do Meio Ambiente, não sei bem, mas, inclusive, o que ele fez na Secretaria dele, Secretaria do Meio Ambiente? Plantou árvores pelo Paraná afora em um grande programa de revitalização das matas ciliares, mais, talvez, de 50 milhões de árvores, todas estavam identificadas através daqueles que recebiam com RG e a documentação de quem recebia essas árvores do Governo.

Bom, então fizemos muito, outros fizeram. Estou vendo aqui, Deputado Nelson Justus, quero me referenciar a V. Exa. De novo estou com o jornal Folha de Londrina nas minhas mãos, costumam dizer, a Oposição fala todos os dias como se aqui não houvesse Governo, como se aqui não estivéssemos fazendo nada, mas olhem o que estampa a Folha de Londrina: “Indústrias têm maior desempenho desde 1986.”

Logicamente que tem aqui a mão daqueles que trabalharam para que tivéssemos também industrialização, mas o Governo está firme, forte e atuante, e presente ele está. O Paraná é um estado vivo e forte e eu não posso concordar que a Oposição fique todos os dias dizendo como se estivéssemos em um estado capenga, que estivéssemos morrendo de inanição. Não é assim. É aquilo que eu falei, assim é Pirandello, se lhe parece.

Agora, o Deputado Plauto Miró Guimarães, pelo qual tenho o maior respeito, ele faz, lendo a revista Isto É, referências à posição do Governador que foi aqui explicitada. E o Governador me ligou ontem me perguntando: “O que você achou do pronunciamento que eu fiz?”

Bom, primeiro, Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. tivesse a tolerância que demonstrou ainda hoje com outros oradores para que eu possa embasar finalmente as minhas posições. Então, deixei claramente, mas não tenho tempo para falar. Mas historicamente nós vivemos, sentimos, torcemos e trabalhamos, se assim fosse possível, para quê? Para que o Nelson Mandela saísse da prisão, a solidariedade internacional, um negro se colocando contra aqueles brancos que foram roubados na África. Nós somos Mandela, como fomos os lutadores pela liberdade a favor de Houcheni, quando ele derrotou franceses e ultimamente os americanos, e antes ainda, Deputado Teruo Kato, os japoneses que invadiram o seu país. Um poeta que escrevia Hai-Hai derrotou esses monstros do poderio, a nossa solidariedade. Nós fomos solidários com quem? Com Mandela, quando ele liderava a Frente de Libertação Nacional para livrar a Argélia do jugo do imperialismo francês. Da mesma maneira que choramos quando os belgas assassinaram Patrice Lumumba, que tem o seu nome imortalizado na maior universidade talvez do mundo, que é a Universidade Patrice Lumumba, de Moscou, onde jovens do mundo todo alcançam a formação que eles precisam para serem, nos seus países de origem, batalhadores firmes em favor da libertação nacional que esses países precisam ter, como o nosso próprio que ainda hoje não o considero totalmente livre.

Então, não há nada para se surpreender com a nossa torcida pela vitória do Lugo, ex-Padre, ex-Bispo.

Sr. Presidente, eu mesmo, Deputado Estadual na época, vareei a fronteira do Brasil com o Paraguai, juntamente com mais quatro companheiros e fomos ao Paraguai em defesa do Domingo Laino, que era nosso companheiro que estava na masmorra, na prisão, com a motivação ...

**(ausência de som)**

... torcendo pela libertação e apoiando o Domingo Laino que pretendia ser candidato à presidência da república.

Então, estamos aqui defendendo o Governo Requião, porque ele tem méritos inquestionáveis através da sua atuação. Volto a repetir: respeito muito a Oposição, sem Oposição não teria graça nenhuma, eu mesmo fui Oposição durante muitos e muitos anos em períodos alternados. Mas vamos continuar aqui nesta Casa, Sr. Presidente, este debate político que é necessário, que é fundamental para o estabelecimento do regime democrático. Acho que o Governo quando é colocado em dúvida através de algumas das suas ações, tem toda a obrigação e o dever de deixar as coisas muito claras e bem esclarecidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, por deferência do Líder da Oposição também usarei os 10 minutos que ele destinou por conta daquela intervenção anterior, se for concordância de S. Exa. o Deputado Valdir Rossoni.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje vimos um desfile de discursos nesta Casa que, de certa forma, foi a reedição, eu diria que foi uma edição do ano passado. Por quê? Porque tudo começou ao se tentar responder ao pronunciamento que o Governador Requião fez desta tribuna, quando de forma respeitosa, veio a esta Casa para poder explicar ao conjunto dos Srs. Deputados e à opinião pública o estado, a situação em que se encontra o Paraná e para onde vamos. E eu percebo, Sr. Presidente, que a Oposição fica profundamente irritada quando falamos aqui em olhar para trás. Por que nós aprendemos a olhar para trás? É para não repetir os erros que foram cometidos. Até diz que inteligente é aquele que aprende com os erros dos outros e não com seus próprios erros.

Eu sei que a muitos envergonha ter dado sustentação ao Governo do Jaime Lerner, o tão decantado em verso e prosa Jaime Lerner. O Jaime Lerner fez coisas boas? Claro que fez coisas boas! Claro que teve fatos positivos, nós podemos ver lá o museu, o novo museu que se chama Museu Oscar Niemeyer, que hoje se tornou uma referência nacional, a sua edificação física foi feita pelo Jaime Lerner, mas o conteúdo, toda a mobilização está lá pela Diretora, a Maristela Requião, que é uma grande companheira nossa. Ao mesmo tempo movimentos de industrialização, o Presidente Nelson Justus foi Secretário da Indústria e Comércio, pólo automotivo, estes são os fatos positivos. Diria que os dois grandes fatos positivos do Governo Jaime Lerner foram estes. Do que nós vimos, do que estamos tratando? Que estado nós encontramos? O estado do abandono!

A grande maioria dos Parlamentares aqui é Parlamentar que tem base eleitoral no interior do estado e nós sabemos, Deputado Teruo, o quanto o noroeste estava abandonado, não havia rodovia para transitar mais no noroeste. A mesma coisa no norte pioneiro, ou na nossa região de Foz do Iguaçu, no sudoeste do Deputado Caíto Quintana, ou na região da nossa Londrina, cercada - não é, Deputado Cheida - por pedágios de todos os lados, que foi, claro, o presente que o Jaime Lerner deu para a população paranaense. E os 5 bilhões e 600 milhões recolhidos pelas empresas quando um quilômetro de rodovia, Deputado Chico, custa 1 milhão de reais, 2 mil e 500 quilômetros de rodovias são 2 bilhões e meio, dá para construir duas vezes zero quilômetro as rodovias estaduais!

Quero dizer, claro, não nos envergonhamos do nosso passado, temos orgulho do Governo que realizamos entre 1991 e 1994, como também os integrantes, e aqui o Presidente Nelson Justus que integrou o Governo Jaime Lerner também certamente não tem vergonha dos atos de gestão que praticou no Governo, porque praticou de forma honrada.

Agora, acredito que muitos aqui que têm a sua plataforma Direita, que têm como plataforma a diminuição do estado, e aí trabalham muito fortemente contra o que chamam de inchaço do estado e lutam contra o aumento do salário dos servidores, foi isso que os oito anos de Governo Jaime Lerner fez com o funcionalismo público do estado do Paraná. Estamos fazendo um resgate histórico do servidor público, dando capacidade de compra! E aí o que vem? Vem essa nova Direita com a campanha de denúncias morais para tentar criminalizar o estado. O estado que faz a intervenção para modificar a realidade da sociedade que nós vivemos! Vivemos, minha gente, num estado muito diferente daquele que é pintado aqui, ou seja, temos que reconhecer que alguns pontos que aqui foram levantados, alguns deles, não tenho dúvida, Deputado Plauto, merecem uma expressão que eu não gosto de usar, mas uso na expressão que ela deve merecer, de repudiar a reportagem da revista Isto É. A revista Isto É fez uma reportagem paga, é dessa imprensa comprada pela Direita, e fez por quê? Para atender interesses, interesses que V. Exa. sabe quais são, por isso repercute.

O fato, Sras. e Srs. Deputados, é que é uma Oposição que está descolada das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no nosso estado, que não tem a capacidade de visitar as mais de 1.000 obras e obras importantes que estão em execução neste momento no estado do Paraná! Não estou falando de obras pequenas, mas de grandes obras que estão em execução em todo o estado do Paraná! É dessa Oposição que, na verdade, não reconhece; ao contrário, parece que tem raiva daquilo que dá certo, do estado que revê a capacidade de implementar uma política tributária que isentou 154 mil micro e pequenas empresas, outras 18 mil receberam reduções de impostos.

Ouvi aqui o Deputado Augustinho Zucchi, ainda há pouco, Deputado Rossoni, falando daquela tribuna que a Receita Estadual quer tirar a delegacia lá de Pato Branco. Meu respeito a Pato Branco, Francisco Beltrão, ao sudoeste, vão discutir a localização de algum próprio que possa servir, mas sinceramente não precisamos mais de fiscais, temos hoje um sistema que é eletrônico. O sistema hoje funciona pela internet. Hoje acabou no Paraná a blitz de fiscais batendo comércio. Hoje os nossos comerciantes, industriais, sabem o que têm que pagar de imposto, imposto justo, e sabem que o dinheiro está sendo bem aplicado. Sou do tempo que entendo que nenhum prejuízo terá a região sudoeste, porque pelo computador cada um dos empresários poderá acessar e tomar todas as medidas de ordem fiscal.

Sinceramente, penso que não é necessário ter a estrutura fiscal que se tinha antes, até porque os que gostam de fiscal devem ter as razões para gostar de fiscal. Entendo que fiscal é importante. Basta ver o que aconteceu aqui no Paraná, no ano passado: arrecadamos para o Governo Federal, a Receita Federal do Paraná arrecadou 19 bilhões e 260 milhões, que saiu da economia do estado. Crescemos 25% em relação a 2006, quando a média nacional foi de 16%.

Concedo aparte ao Deputado Péricles de Mello.

### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Deputado Romanelli, queria elogiar inicialmente o pronunciamento do nosso Líder do PMDB, um belo pronunciamento da história política. O pronunciamento do Governador Requião foi um pronunciamento grandioso, ele colocou temas grandiosos para que a Assembléia debatesse. Infelizmente a Oposição pega pontos menores e tenta somar um debate pequeno de um pronunciamento importante que aconteceu ontem.

Primeiro se questiona a Oposição, que o Governador falou muito. Ora, meu Deus do céu, há quando tempo falamos todo o dia na Assembléia. O Governador do Estado que vem uma vez na Assembléia e faz um discurso daquela magnitude, temos que ficar contando o tempo que o Governador fala. Esse é o debate pequeno. O Governador já começa trazendo um debate grande para a Assembléia, que é a TV Educativa, quando mostra a preocupação que falando na TV Assembléia pode ser questionado. Ora, se o Poder Legislativo pode ter uma televisão e todos os lares recebem o sinal do Paraná, o Poder Judiciário pode ter uma televisão, o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara. Será que um Governo legitimamente eleito pelo povo, que representa o Poder Executivo, não pode divulgar o seu programa, debater acusações que lhe são feitas pela imprensa, pela mídia, pelo próprio Poder Legislativo, durante três, quatro horas da terça-feira? Se o Governador se exacerbar em algum ataque, existe o direito constitucional de defesa e pode ser acionada a Justiça. Sobre isso não se fala nada.

O Governador faz um pronunciamento de conteúdo, onde mostra a diferença estruturante de um Governo neoliberal, que é a herança trágica do Paraná, do Brasil e de muitos países do mundo. E o que um Governo firme na sua convicção consegue transformar em cinco anos? Analisou o Paraná sobre todos os segmentos: a economia, a agricultura, a segurança, a educação, a saúde, mostrando os enormes avanços que foram consolidados e nesses avanços está o caminho do futuro do seu Governo.

Então, sinceramente, não posso entender que a Oposição tenha um debate menor, mais chão, pequeno. Talvez seja porque a Oposição não tenha o que falar de grandioso para discutir o Paraná. Então, fica se apegando à personalidade do Governador, às questões pontuais, fazem tantas coisas, mas nenhuma CPI conseguem abrir.

Ora, não é possível, a Oposição tem mais de 18 votos nesta Casa. Por que então não abre uma CPI para investigar denúncias que chegam a esta Casa?

Também sobre o Paraguai, acho que da mesma forma o Deputado Jocelito tem todo o direito de apoiar o seu candidato, sabemos, eu respeito o candidato do Deputado Jocelito, que é um candidato populista lá do Paraguai.

Agora, o Governador Requião tem o direito também de manifestar a sua oposição sobre o seu candidato, que é um candidato de Esquerda. Principalmente no Paraguai, somos um dos países responsáveis pelo genocídio americano na chamada guerra grande, que foi a guerra da tríplice aliança, um povo foi dizimado. Até hoje, no Paraguai, pela matança de homens, se tem o costume de aceitar a poligamia porque é para sobreviver em sociedade, assim como aconteceu na Alemanha depois da 2ª guerra. Então, acho que foi um pronunciamento que coloca uma pauta para esta Assembléia, um pronunciamento que elencou todos os avanços e as rupturas que o Governo fez, que deve ser enaltecido, mesmo que o Governo possa fazer certas críticas, e nós mesmos criticamos certas questões. Mas, por favor, a Assembléia é o lugar do debate grandioso para o nosso povo e não das coisas pequenas, das mesquinhas.

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só gostaria de ressaltar que não vamos abrir mão do Horário da Liderança da Oposição porque meu Pares assim não concordam. Nós fizemos agora uma reunião e eles se acham no direito de contrapor aos posicionamentos do Deputado Romanelli e dos apares.

Obrigado.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, quero dizer que foi feito um acordo, era divisão do horário do Grande Expediente. Mas ouço sempre, embora tenha que reconhecer, Sr. Presidente, que teremos que fazer efetivamente a reforma do Regimento para respeitar a proporcionalidade nesta Casa porque senão efetivamente teremos uma dificuldade de promover um debate aqui, pelo menos igualitário.

Não quero aqui que nós, a Bancada da Situação não precisa ter maioria de horário não, mas precisamos ter um horário igualitário.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, gostaria de ter a compreensão de V. Exa. porque é um direito dos Parlamentares da Oposição. E veja como é difícil entender, V. Exas. estão usando a TV Educativa por vários anos e nós nunca pudemos reclamar. Deixe pelo menos o tempo da Liderança da Oposição para que os Deputados de Oposição possam colocar as suas posições. Estou ouvindo o seu pronunciamento, estou gostando, V. Exa. é muito competente,

admiro a qualidade com que V. Exa. está fazendo a defesa deste Governo, que não é uma coisa fácil, mas V. Exa. nos permita a usar o horário da Liderança da Oposição, coisa que meus Pares têm todo direito.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Estou procurando aqui a citação de Voltaire que o Governador fez ontem, porque mesmo divergindo faço questão de ouvi-lo, nas resumidas palavras de Voltaire.

Sr. Presidente, quero dizer que nós, aqui nesta Casa, eu me sinto aqui como diz a música, a letra da música dos Racionais: “Eu sou um soldado da paz preparado para a guerra”. Entendo que temos nesta Assembléia representada uma parcela da elite, que eu chamaria de os neoconservadores, dos defensores do mercado contra o estado, e creio que o verdadeiro tema de disputa das agressões opositoras, na sua ânsia de recuperar o que consideram seu por definição: o estado do Paraná.

Por isso, meus companheiros que apóiam o Governo Requião nesta Casa, temos um Governo do qual podemos nos orgulhar, podemos andar por este Paraná de cabeça erguida, podemos dizer que as bandeiras que defendemos são para combater as políticas neoliberais, promover a inclusão social, diminuir a desigualdade profunda que temos em nossa sociedade, promover o desenvolvimento econômico, criar condições de vida melhor para os nossos jovens através das políticas públicas na área da educação. Não tenho dúvidas que o estado em 2008 vai alcançar a marca dos 500 mil empregos com carteira assinada nos últimos cinco anos contra as 37 mil do Governo anterior, que não vou falar o nome aqui porque é capaz de ofender de novo alguém. O crescimento do PIB em 2008 será superior a 7% contra uma média nacional que deverá ficar em 5%.

A própria FIEP prevê o crescimento industrial de 8% na agroindústria. No campo a previsão é a safra 12% maior que 2007. O Paraná já colheu 21 milhões de toneladas de grãos e devemos superar a marca de 30 milhões de toneladas.

É importante dizer que isso representa mais rodovias, mais escolas, melhores condições das rodovias, sem pedágio, “xô pedágio!”

O que incomoda a Oposição, e é refletida nas manchetes de campanha na imprensa opositora, presentes em seus colonistas é, justamente, o desempenho positivo que temos tido.

Em 2008, com orçamento de 19 bilhões, será muito importante para o nosso estado. E certamente estaremos aqui.

Como diz a música dos Racionais: “Somos soldados da paz preparados para guerra”.

Muito obrigado!

#### A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) **(Pela Ordem)**

Seria importante, Sr. Presidente, que pudéssemos ativar o cronômetro do painel em relação ao tempo do pronunciamento.

Na falta do Deputado Luiz Claudio Romanelli, queria até lembrá-lo da citação do Voltaire que era: “Eu posso discordar de tudo que você diz, mas morreria pela liberdade de fazer com que você possa dizê-lo.” Mas não o fiz porque não sabia quanto tempo o Deputado ainda tinha no seu pronunciamento e se permitiria um aparte.

Seria importante que soubéssemos o tempo de cada pronunciamento.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro que sim. Não está funcionando hoje, porque não vamos votar com o painel. A partir de amanhã o cronômetro estará funcionando. Com um detalhe, expirou o prazo, o som é cortado imediatamente.

Isso tudo vamos explicitar na reunião de amanhã, em meu gabinete, às 11h, com todos os Líderes dos partidos para definirmos a questão de horário.

Hoje faremos duas votações simuladas após a Sessão.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores da cidade de Colorado, os Srs. Jamil e Norberto.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença da Presidente do PMDB de Pinhais, Sra. Márcia Ferreira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrados e sejam bem-vindos!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para poder registrar uma certa preocupação. Desse jeito não dá. Fazemos acordos entre lideranças. Fiz acordo em relação à questão da divisão do horário do Grande Expediente, mas não foi cumprido, foi trocado pelo Horário da Liderança e, depois, vêm os Deputados e desautorizam o Líder da Oposição em relação ao acordo que havia feito com a Liderança do Governo.

Tenho uma certa preocupação em função, obviamente, do relacionamento que temos tido, sempre extremamente cordial. Duro, às vezes, é verdade. No entanto, temos que cumprir os acordos. Ouço o Deputado Péricles fazendo uma citação perfeita de Voltaire à Deputada Rosane, mas registrando que é necessário que cumpramos, até o final, aquilo que foi de fato acordado no Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli está preocupado com o relacionamento da Oposição. Quero dizer que pode ficar tranquilo, porque a Oposição vai muito bem, obrigado! Por essa razão, com toda legitimidade, o Deputado Plauto fala em nome da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró, por nove minutos.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer ao Líder do Governo que este espaço democrático é o espaço do debate, do contraponto, e aqui venho fazer. Ouvimos uma série de discursos, alguns contra a linha de atuação do Governo do Estado, fazendo seu papel de criticar e, ao mesmo tempo, de fiscalizar. De outro lado, ouvimos os Deputados governistas, lá na tribuna do lado esquerdo do plenário, defendendo a forma de agir, a forma de administrar do atual Governador do Estado do Paraná e de toda sua equipe.

Sinto-me como um Parlamentar de Oposição, Sr. Presidente, pronto para falar sobre alguns pontos que foram levantados por dois Deputados que estiveram naquela tribuna, um deles o Deputado Waldyr Pugliesi que falou sobre uma série de comparações entre o atual Governo e o Governo anterior. Só gosto de sempre frisar que o Governador Requião está no 6º ano de Governo e ele tem que governar. O grupo político de vocês, que hoje governa o Paraná, foi escolhido para dar um novo rumo e um novo caminho, porque o Governo anterior governou por oito anos e, dentro do processo democrático, uma hora uma corrente política vence as eleições, outra hora outra corrente vence e agora é a vez de vocês e têm que mostrar a que vieram, porque o discurso vocês sempre tiveram, um discurso de Oposição, um discurso duro, um discurso forte. Vejo na maioria dos Deputados do Governo, hoje, os radicais de discurso lá no Governo anterior. Isso faz parte, digo de novo, do processo democrático.

Quero falar do pedágio que o Deputado Pugliesi falou. Vocês venceram duas eleições em cima do pedágio: “Ou o pedágio baixa, ou o pedágio acaba”. Assumiram o Governo e não conseguiram resolver. Fizemos uma série de ações contra as concessionárias e não obtivemos sucesso nessas ações contra elas. As concessionárias entraram com dezenas de ações contra o Governo do Estado do Paraná e pior: venceram todas, não perderam nenhuma. Isso está gerando um passivo que, no futuro próximo, o Governo do Estado do Paraná vai ter que pagar a essas concessionárias.

Digo e deixo claro: todos nós paranaenses queremos uma tarifa de pedágio justa. Todos nós que transitamos pelas rodovias queremos que se encontre um preço justo. Agora, precisa o Poder Executivo ter vontade de dialogar, porque até agora já ficou provado que na Justiça o Governo não levou nenhuma vantagem, por sinal só desvantagem. Então, cabe ao Governador dialogar com as concessionárias. Naquela Comissão que fizemos na Assembléia, apresentamos uma série de caminhos para

reduzir o valor da tarifa e os representantes das concessionárias estiveram e falaram que estavam abertos. Agora, é preciso resolver o problema para não ter que ficar furando as praças de pedágio como vimos, neste mês de janeiro, alguns representantes deste Parlamento fazendo. Tem que resolver.

Os paranaenses querem a solução e não o discurso, mas parece-me que o discurso está dando votos e a solução não sei se vai trazer os votos.

Quero falar aqui sobre o pronunciamento do Deputado Péricles, com relação à defesa do candidato Lugo. Ninguém está questionando se o candidato Lugo defende a corrente de Esquerda, com o apoio do Hugo Chávez, do Evo Morales e do Roberto Requião. O que questionamos aqui, a revista Veja questiona, é com relação ao recurso público que está sendo colocado na eleição do Lugo. Isso sim. Quanto custa um vôo do avião do Governo do Estado do Paraná, que levou e buscou o Lugo do Paraguai para Curitiba? Tem um custo. É isso que questionamos. Se o Governador prefere o candidato A ou B, é uma decisão ideológica dele. Agora, com o dinheiro nosso, dos paranaenses? Aí não dá e tem alguma coisa errada. As denúncias foram feitas pelo Senado paraguaio. É isso que queremos. Lá, automaticamente, fiscalizar essas denúncias que foram feitas pelo Senado do Paraguai. É justo e temos que ouvir, para poder avaliar e confirmar ou não as denúncias da revista Veja.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

O que é importante nessa questão, Deputado Plauto - acredito até pelo discurso do Governador, ouvido, aqui, Deputado Péricles, com toda a atenção, por duas, três, quatro horas, ouvimos com atenção e temos o direito de discordar. Está com recaídas castristas? Está. Não foi fácil escutar por duas horas, ontem. Poderia ter economizado no tempo.

O que se discute e que é de interesse do estado, aqui, é o seguinte: o Secretário Pissetti, que denomino de "o fugitivo", porque faz quatro anos que estamos convocando-o para vir a esta Casa e ele não tem coragem de vir, ele é um servidor público e recebe como tal. Se lermos a regulamentação da questão do Estatuto do Servidor Público, ela proíbe essa atividade que foi confessada pelo Pissetti. Só por isso o Pissetti já deveria ter sido demitido pelo Governador. Mas como é que o Governador vai demitir, se ele autorizou, desrespeitando o Estatuto do Servidor Público?

A outra questão é o Triângulo das Bermudas. É o dinheiro da Venezuela que passa pelo Paraná e que chega ao Paraguai, segundo a Isto É, que diz que no Paraná não podemos fazer juízo de valor, sem investigar. É esse o nosso trabalho. O requerimento está em pauta e esperamos contar com o apoio dos Parlamentares do Governo. Vamos a Assunção, no Paraguai. Vamos ouvir os Senadores que estão denunciando. Se não for verdade, traremos a realidade ao povo paranaense. Essa é a nossa obrigação.

Vamos cumpri-la e esperamos ter o apoio dos Parlamentares do Governo nesta viagem.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Plauto, parablenzo também o seu pronunciamento. Está representando muito bem a Oposição neste momento.

Dizer que se no ano passado o Governador Roberto Requião tivesse demitido esse Secretário da Comunicação que está envolvido nas maiores maracutaías, no grande ralo da corrupção no estado do Paraná, o Paraná não estaria passando a maior vergonha nacional, esse vexame que foi a matéria na revista Isto É.

Também estou preparado para participar desta Comissão que irá a Assunção ou a qualquer outra cidade do Paraguai, para avaliar, fiscalizar e para saber se foi utilizado o dinheiro dos contribuintes paranaenses para fazer campanha para um candidato em outro país. O que o Governador poderia ter contado, aqui, ontem, ele falou que os Deputados estavam mortos de curiosidade para saber quem o estaria apoiando. E realmente estávamos curiosos, porque ele mesmo afirmou que é amigo de um e está apoiando outro. Quer dizer, os amigos, primeiro, vamos deixar de lado. E depois ele falou que estaria apoiando o Presidente Lugo, mas na verdade ele poderia falar quem ele estaria apoiando nas principais cidades do Paraná, quais são os candidatos que terão o apoio do Governador Roberto Requião. Aí, sim, ele sanaria todas as nossas curiosidades.

#### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)**

Pode ir até a Assembléia toda para o Paraguai, mas por sua conta própria, não por conta da Assembléia.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Para encerrar, Sr. Presidente, quero aqui falar uma coisa que eu considero real, quando o Deputado Romaneli diz que o estado caminha a passos largos com o crescimento industrial e principalmente o agronegócio, a velha agricultura que o Paraná sempre cultivou. E só para se ter uma idéia, os produtos agrícolas dobraram de preço, 100% de aumento no mercado internacional, o milho, a soja, o trigo, tudo isso dobrou de valor e a produtividade no campo paranaense cresceu significativamente com as novas tecnologias que ano-a-ano são incrementadas na agricultura no nosso estado do Paraná. Então, quando a agricultura vai mal, geralmente o governante, ou o Presidente, ou o Governador, não quer falar dela. Agora, quando vai bem, a usa como instrumento como se fosse o Governo o benfeitor de o clima ajudar, de a produtividade crescer e do preço internacional também subir.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Ofício s/n, subscrito pelos Srs. Deputados Dr. Batista, Marcelo Rangel, Felipe Lucas e Douglas Fabrício, constante do expediente, informando que a partir deste mês de fevereiro a Liderança do Bloco Parlamentar será exercida pelo Sr. Deputado Douglas Fabrício. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 001/08, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação da rodovia PR-491. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Mário Roque, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que cria o Programa Estadual de Estágio Educacional de Trabalho para Educandos das Escolas Especiais do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 581/07

#### P A R E C E R :

Em análise a matéria apresentada pelo Deputado Stephanes Júnior, tendo como escopo criar o Programa Estadual de Estágio Educacional de Trabalho para alunos das Escolas Especiais do Paraná, como forma de proporcionar oportunidades de inclusão laboral em complementação ao processo de formação profissional.

A Constituição Federal em seu artigo 24 vislumbra que é de competência concorrente da união, estados e distrito federal legislar sobre a educação:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrente sobre:*

*(...)*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto;* (grifo nosso).

Desta forma, o estado detém a competência para legislar sobre a matéria em questão caso não haja norma federal que verse sobre o mesmo assunto ou, de forma suplementar, quando exista uma norma federal versando sobre o mesmo assunto, mas com características gerais.

Há de se ressaltar a intenção do autor da proposição, qual seja, incluir educandos das escolas especiais do estado, através de um estímulo para que as mesmas possam desfrutar de uma vida cotidiana social como as demais. O significado fundamental da matéria é denominado de inclusão social.

Entendendo ser atribuição legal do legislador, atendidos os preceitos constitucionais e legais e, em face da relevância social da matéria, somos favoráveis à aprovação do projeto em questão.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator



COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 581/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a criação de programa com fins de inclusão laboral em complementação ao processo de formação profissional.

Tendo em vista que o texto do projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 581/07

P A R E C E R :

**Relatório**

Promover a inclusão social de adolescentes e jovens através da participação no mundo do trabalho amplia os horizontes do indivíduo e da família, gerando bem-estar social, propiciando qualidade de vida aos portadores de necessidades especiais, bem como, melhora à de seu convívio.

**Parecer do Relator**

Estimular a participação social dos portadores de necessidades especiais é tarefa relevante, como instrumento de superação do preconceito estabelecido, da incapacidade de trabalho. Ao estado é fundamental propiciar estas oportunidades, completando assim o ciclo de educação inclusiva proposto na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação).

Considerando este, o parecer deste Relator é favorável e pede pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
BETI PAVIN - Relatora

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Programa Paraná Limpo, para ser desenvolvido em todo o território do estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 721/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado

Luiz Nishimori, tem por objetivo desenvolver o Programa Paraná Limpo em todo o território do estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 721/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Nishimori, que instiui o Programa Paraná Limpo.

Convocada esta Comissão para se manifestar, entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento. O projeto busca despertar na vida dos paranaenses um comportamento voltado à proteção do meio, com atenção às vias públicas, os rios, parques e praças. Pretende que o Poder Executivo desenvolva campanhas publicitárias no sentido de mobilizar a população para preservar o planeta.

Há que se ressaltar o relevante espírito do projeto, que embora via de regra deve ser um comportamento de rotina das pessoas, mas procura enaltecer e incitar a cada um de nós para a necessidade de preservar o meio ambiente, tão sofrido pela própria ação do homem.

Razões que nos motivam a sermos favoráveis ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 757/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER/PR, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **(Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 757/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo doar à Prefeitura de Capanema, uma parcela do imóvel descrito, e que foi objeto de desapropriação em favor do DER, para construção do acesso à ponte do rio Santo Antonio, na divisa do Brasil com a Argentina.

Ocorre que em uma área de 12.100,69m<sup>2</sup>, da área total desapropriada, que é de 46.822m<sup>2</sup>, a prefeitura edificou imóvel para a instalação da alfândega, que ali

deverá operar tão logo seja procedida a doação do imóvel à união.

Pela razão exposta, a área referida deverá ser primeiramente doada à municipalidade para, depois de averbada no Registro de Imóveis da comarca, ser transferida à união.

Consta às fls. 5 e 6 destes autos, a especificação do imóvel e seu memorial descritivo elaborado pelo DER.

Sobre a doação de bem imóvel público, determina o artigo 10 da Constituição Estadual que somente poderá ser efetivado este tipo de doação mediante autorização em lei e, como é o caso em análise, desde que o beneficiário seja pessoa jurídica de direito público interno.

Cumpridas as condições constitucionais, legais e regimentais que norteiam a matéria, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 757/07

P A R E C E R :

O presente projeto em análise, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, trata de doação ao município de Capanema de uma parcela do imóvel descrito no projeto de lei, para fins de que a municipalidade proceda a doação à união.

Analisada a matéria à luz do Regimento Interno e da Constituição Estadual, no que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e em conformidade com o parecer do nobre Deputado Valdir Rossoni, muito bem elaborado e que com clareza especifica a questão da área a ser doada, observadas as condições legais, constitucionais e regimentais, apresentamos parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de pedir aos nossos Parlamentares o voto favorável a este projeto pela seguinte razão: tenho visto inúmeras vezes o veto do Governador em projetos que fazem doação ao município de imóveis do estado. Este, o interesse é do Governo do Estado. Na verdade, o Governo Requião, no primeiro mandato, construiu uma ponte entre Capanema, no Paraná, com Andressito, em Misiones, na Argentina, e sobre esta área de terra foi construída a alfândega, foi construído o posto para a Polícia Federal, e hoje, para se proceder a investimentos da

Receita Federal sobre essa área tem que fazer essa doação. Como a Prefeitura construiu aqui em cima, tem que se fazer, inicialmente, a doação do estado para o município para regularizar a construção que foi feita sobre este terreno e a Prefeitura, na sequência, fará a doação para o Governo Federal para que possa construir a sede definitiva. Por esse pedaço de estrada que está se propondo doação é onde passa o asfalto, onde está com as construções e, portanto, é uma questão que tem que ser solucionada.

Para tranquilizar os companheiros, tanto da Situação quanto da Oposição, este projeto foi medido, foi feito, foi elaborado pelo próprio DER no interesse de normatizar a questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim da consulta, que deverá ser cientificado pelo paciente através de assinatura. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 772/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem como escopo autorizar o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim de consulta.

**Fundamentação**

Da análise do projeto, verifica-se tratar o mesmo de matéria de competência do estado.

Após análise do projeto, constata-se que o mesmo possui natureza autorizatória ao Poder Executivo, o que afasta do mesmo o vício de iniciativa da proposição em tela.

A Constituição Federal, em seu artigo 196 assim dispõe:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Vejamos o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8080/1990, dispõe que:

*Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.*

*§ 1º O dever do estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.*

*§ 2º O dever do estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.*

No que tange à competência, a mesma lei dispõe que:

*Art. 15. A união, os estados, o distrito federal e os municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:*

*I - definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;*

*(...)*

*VI - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;*

Ainda quanto à competência, importante destacar o que dispõe o artigo 2º da Lei Estadual nº 13331/01 - Código da Saúde;

*Art. 2º É dever do estado, através da política estadual de saúde, e dentro de sua competência, prover as condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde, garantido a todo cidadão.*

*Parágrafo Único. O dever do estado de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dos municípios, das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.*

Diante do que se expõe, resta clara a competência do estado para legislar sobre a matéria. Da mesma forma, resta afastada o vício de iniciativa do Poder Legislativo, uma vez que a natureza do projeto em tela é puramente autorizativa, não violando, portanto, o princípio da independência entre os Poderes.

Dentro do contexto onde se destaca o dever do estado em garantir o atendimento igualitário à saúde, para todos os usuários do sistema, é que se sobressai a concomitante responsabilidade do estado pelos atos dos profissionais que prestam o atendimento.

A mérito proposto pelo projeto em análise, chama a atenção da emergente necessidade em manter o controle e fiscalização dos atendimentos prestados aos usuários do sistema de saúde estadual, no afã de contribuir a qualidade dos atendimentos e, conseqüentemente, dos riscos e/ou prejuízo à saúde e a vida dos pacientes.

Nesse diapasão, reconhecida a legalidade e constitucionalidade do projeto em pauta, bem como o elevado interesse público que envolve o mérito, a proposição deve seguir o seu trâmite regimental, para discussão do mérito pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

No que tange à técnica legislativa, o projeto carece de adaptações, necessárias ao cumprimento dos requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

### **Conclusão**

Diante do exposto, verificada a legalidade e constitucionalidade da proposição em análise, o projeto deve seguir o seu trâmite regimental.

Entretanto, no que tange à técnica legislativa, torna-se necessária algumas adaptações à Lei Complementar nº 095/98. Da mesma forma, entendemos que para alcançar o fim almejado, o projeto em pauta merece adequações quanto à forma de execução apresentada pelo autor.

Por fim, sob o aspecto da legalidade e constitucionalidade, o parecer é pela tramitação regimental. Entretanto, diante do não cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, o parecer desta comissão é favorável à tramitação do projeto, condicionado a emenda ora apresentada.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 772/07**

Acrescente-se os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 772/07, renomeado os demais:

“Art... Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre o controle da duração do atendimento médico no Sistema de Saúde Estadual e profissionais por este credenciados, nos termos desta lei.

Art... A receita médica ou formulário de atendimento médico, com espaços para os nomes dos pacientes, sua assinatura, tempo de duração do atendimento, serão fornecidos nos locais de atendimento à saúde, que exercerão o controle das consultas realizadas.”

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 772/07**

### **P A R E C E R :**

#### **Texto**

Em análise a matéria apresentada pelo nobre Deputado Jocelito Canto, com o objetivo de acompanhar o atendimento de cada paciente, com a inserção no receituário médico do horário de início e fim da consulta; temos a mencionar que o referido projeto encontra-se reconhecido da legalidade e constitucionalidade, conforme conclusão e parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Entretanto sugerimos que o projeto em questão seja adequado por emenda, quanto à técnica legislativa dada pela Lei Complementar nº 095/98, pois a ordem dos artigos não segue a sequência normal nem tampouco a legal.

### Conclusão

Entendendo ser a referida matéria extremamente polêmica, penso que deva ser amplamente discutida e analisada pelos nobres Pares, verificando suas futuras consequências perante a população e a classe médica.

Por fim e sendo atribuição legal do legislador, atendido os preceitos constitucionais e legais somos favoráveis ao trâmite regimental do presente projeto de lei, contemplando a análise do mérito e sua conveniência pelas demais comissões nesta douta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
STEPHANES JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 049, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Não entendi, Sr. Presidente, o pedido do Deputado Romanelli. Estamos falando de saúde. Até gostaria que o Deputado Romanelli deixasse votar este projeto, porque na verdade ele tem tudo a ver com o que estamos acabando de colocar aqui, o painel eletrônico. Ele tem tudo a ver com o controle.

Olha aqui que bonito, hoje, 50 Deputados no plenário. Para uma terça-feira é histórico, bonito, maravilhoso! As pessoas que estão nos assistindo em casa, está lá, 50 dos 54 estão presentes, estão faltando dois ou três, um está doente. E a mesma coisa este projeto, Deputado Romanelli.

Este projeto que criamos aqui apenas regula o horário em que cada consulta será efetuada, porque recentemente, Deputado Romanelli, a Rede Globo mostrou lá em Ponta Grossa, mostrou para todo o Paraná uma consulta que eu queria inscrever naquele concurso do Faustão chamado “Se vira nos 30”, mas infelizmente não consegui a cópia da fita e lá em Ponta Grossa não tem aquelas agências que gravam a programação da televisão que eu queria inscrever aquela consulta feita num PA lá em Ponta Grossa nesse concurso da Rede Globo, do Faustão: “Se vira nos 30”, porque uma consulta médica lá em Ponta Grossa levou 20 segundos. A Globo filmou a entrada e a saída e mostrou a realidade na Saúde.

Claro que os médicos não querem. E aqueles que defendem a Saúde devem apoiar esse projeto e a transparência.

Senhores, é bonito ver o controle dos Deputados, está ali, 50 Deputados no Plenário! Que maravilha, aleluia, viva a Assembléia do Paraná! Que bacana, Sr. Presi-

dente, se o médico atender um trabalhador de acordo com as normas da Organização Mundial de Saúde, não em 30 segundos. Em 30 segundos ele não faz nada, nada! O médico bom tem que atender, examinar. Quando o médico não examina ele torna caro para o município. Não examina, manda para o pronto-socorro fazer um raio-x. Pronto, aquela consulta custou 30, R\$ 40. Aí é que está o gargalo da Saúde, Deputado Romanelli, aí está o prejuízo! A Saúde em Ponta Grossa tem defeito, sabem por quê? Porque o médico da família não funciona, não fica oito horas nos postos, tem médico que recebe sem ir aos postos de saúde, daí vai cair na UTI, daí os problemas de UTI, falta UTI porque não começou certo, o médico da família não funcionou!

E a mesma coisa ocorre com o médico credenciado pelo SUS. O que o médico tem que fazer? Tem que atender o paciente, examinar o paciente! Isso vai proteger também os bons médicos. O bom médico é aquele que examina! Esse projeto também é protetor do bom médico, esse projeto vai beneficiar o médico que respeita o ser humano, que faz corretamente, que examina as pessoas.

Sr. Presidente, eu pediria que fosse à votação, porque se há controle de tudo, por que os médicos não querem escrever na receita o tempo da consulta? Por que não querem? Porque querem atender o SUS. Atender a UNIMED, o particular, tudo, mas não largam do SUS, não largam da Saúde, porque mal ou bem dá uns 5, 6 mil por mês e isso dá para pagar o carro da mulher dele, o carro dele, mas o coitadinho continua mal ali! É isso que eu defendo. Já que temos painel, já que o Ministério Público quer nos controlar, todo mundo quer nos controlar, vamos também controlar os médicos! Vai proteger o médico decente, o médico que respeita o que determina a lei.

Por isso peço aos companheiros e peço ao eminente Deputado Romanelli que pediu adiamento - considero que V. Exa. é que está pedindo - também vou começar agora, quando protocolar um projeto vou pedir 10, 15 Sessões. Para quê atrapalhar o que está machucando o nosso povo e está matando? Porque quando não se consulta bem uma criança ela morre lá na frente! O senhor não quer que eu diga que o senhor é responsável por isso!

### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, encaminhei o requerimento de adiamento da discussão desse projeto, em função de uma ponderação que me pareceu muito importante feita por um Deputado que é médico, o Deputado Felipe Lucas, que conhece profundamente o tema, que vai encaminhar tecnicamente o tema e não numa visão populista como se pretendeu fazer aqui, quando na verdade estamos discutindo regime de trabalho, uma discussão que não compete à Assembléia Legislativa, mas o Deputado Felipe Lucas entra na questão da constitucionalidade do projeto.

**O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sei da sua preocupação, mas ela precisa ser melhor analisada ou vista. Não podemos, quando o senhor propõe que num receituário médico alguém que atende um doente coloque no início e na saída um tempo determinado. Jamais isso pode acontecer na nossa Assembléia Legislativa.

Veja bem, pondero, acho que há maus profissionais em qualquer área. Isso há, Jocelito. Mas o senhor não pode generalizar, não pode levar uma pequena questão de Ponta Grossa para que o estado, para que todos os profissionais da área sejam prejudicados.

Quando o senhor apresentou esse projeto e o Relator, que é o Deputado Stephanes Júnior, sei de tantas pessoas aqui que têm uma ligação com a saúde, de todos vocês, do Ney Leprevost, do Kielse, de todos e tem os outros profissionais médicos aqui, mas ele colocou que há uma certa preocupação com o seu projeto.

Por isso que pedi ao Deputado Romanelli que ponderássemos, esperássemos mais um tempo para analisarmos melhor o projeto. Consultei o Conselho Regional de Medicina, a Associação Médica, o Sindicato dos Médicos. Todos, todos são contrários. Já existe hoje resoluções do Conselho Federal de Medicina, que vou ler para que não cometamos algum erro bastante grave, na minha opinião.

**(Lê):**

*“Atendimento Médico*

*Não existe lei que especifique estar o médico sujeito a disponibilizar um tempo pré-determinado ao atendimento dos doentes sob sua responsabilidade, ou seja, submeter-se à cronometragem de suas consultas médicas.*

*Por ser o paciente o alvo de toda a atenção do médico e a este caber submetê-lo a anamnese e exame físico completo, o tempo de consulta sofrerá variações inerentes às queixas e aos sinais físicos apresentados pelo doente.*

*Instituições junto às quais o médico presta serviço não podem subordinar o trabalho destes profissionais à quantidade ou tempo de atendimento em detrimento de qualidade, o que, se ocorrer, certamente acarretarão comprometimento dos resultados almejados pelos doentes e pelos seus médicos.*

*O Código de Ética Médica, em seu artigo 8º, bem caracteriza esta situação ao determinar: O médico não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção do seu trabalho.*

*O Código supracitado explicita igualmente que: É direito de todo médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem para o desempenho de sua atividade, evitando que o acúmulo de encargos ou de consultas prejudique o paciente. (grifo nosso)*

*Afinal, dependendo da patologia que apresente o paciente, o médico poderá resolvê-la ou diagnosticá-la em poucos minutos, como também precisar de muito mais do que 10, 20 minutos, para desempenhar com zelo e diligência seus mister.*

*O Código de Ética Médica, em seu artigo 27, dispõe que: É direito do médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem.*

*Deve-se ressaltar, no entanto, que o médico pode realizar o número de consultas que sua capacidade e experiência permitirem. Naturalmente, sendo responsável por qualquer dano que venha causar ao paciente decorrente de imperícia, imprudência ou negligência.”*

**“PROCESSO CONSULTA Nº 3236/89**

**PC/CFM/Nº 30/90**

**Interessado:** Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

**Assunto:** Número de pacientes de 1Q vez, secundários a serem atendidos nos ambulatórios

**Relator:** Cons. Sérgio Ibiapina Ferreira Costa

**P A R E C E R :**

*O Processo Consulta nº 3236/89 origina-se no CREMERJ, através de questão formulada pelo Diretor do Hospital Estadual Getúlio Vargas, que deseja saber qual a recomendação do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro quanto ao número de consultas ambulatoriais destinadas a cada profissional com carga horária de quatro horas/dia nas diversas especialidades.*

*É consentâneo que o exercício da Medicina tem se modificado em razão das várias modalidades de relacionamentos médico/paciente, considerando-se que a intermediação deste relacionamento no presente, constitui-se o maior óbice a ser eliminado. Por outro lado, observa-se que a inexistência de uma política objetiva de saúde nos vários níveis de Governo, deixa o médico tutelado às ordens de serviços, portarias, regimentos, ceifando dentre outras coisas, a liberdade profissional para o correto julgamento, resultando na automação do atendimento, na dispersonalização do paciente que se sente discriminado quando busca ser ouvido e examinado com interesse.*

*Recorre-se ao cronometro no afã de obter-se um serviço eficiente. Abdica-se por vezes, de parâmetro fundamental para a instituição, qual seja, o acesso do paciente ao sistema.*

*Não deve ser da competência de nenhum órgão ou entidade a determinação do número de atendimentos médicos para qualquer carga horária em qualquer especialidade. Convém lembrar que o artigo 8º do Código de Ética Médica estabelece que: O médico não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que*

quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção do seu trabalho.

O receio de premiar os ociosos, fez com que algumas instituições do nosso país estabelecessem o número de pacientes ambulatoriais a serem atendidos numa determinada carga horária. Tal limitação temporal, via de regra, aleatoriamente imposta, atenta contra a boa prática médica, ignora a impossibilidade de se planificar, aprazar e modelar o atendimento médico e, com frequência, torna-se absurda, relegando fatores determinantes do tempo mínimo ideal para assistência do paciente, tais como as peculiaridades e destinação de cada serviço, e as condições e necessidades do assistido.

Isto posto, é mister que o tempo de que necessita o médico em favor do seu paciente, não pode ser cronometrado. Caso negássemos tal assertiva, logo estaríamos aferindo o tempo para todos os procedimentos médicos, atos cirúrgicos, transfusões, diálises, etc.

O Conselho Federal de Medicina é solidário com as preocupações dos dirigentes das instituições de saúde que procuram pautar as suas condutas dentro dos ditames éticos, consultando os Conselhos Regionais sobre pontos polêmicos ou duvidosos, como nos parece na matéria em apreço. É com este desiderato que recomendamos as direções hospitalares que procurem estabelecer os parâmetros questionados, junto ao seu corpo clínico e em consonância com as respectivas comissões de ética, decidindo em seu íntimo como prioritário, a humanização do atendimento médico, não impondo a cronometragem como critério de eficiência da atenção ao paciente.

Este é o meu parecer s.m.j.

Brasília/DF, 03.05.90.

(a) DR. SÉRGIO IBIAPINA FERREIRA COSTA

Relator

Aprovado em Sessão Plenária

Dia 14/09/90.”

“PARECER CREMEC Nº 24/02

23/09/02

Processo-Consulta CRM nº 2917/02

**Interessado:** UNIMED Fortaleza

**Assunto:** Tempo mínimo para consulta médica

**Relator:** Conselheiro Rafael Dias Marques Nogueira

**EMENTA:**

O tempo necessário para uma consulta médica é o ideal para o médico realizar anamnese, exame físico, diagnóstico e tratamento. Nenhum órgão ou entidade tem competência para definir este tempo.

#### **Parte Expositiva**

A UNIMED Fortaleza solicita parecer deste Conselho sobre as seguintes questões:

a) Existe um tempo mínimo em consultório para definir o que é uma consulta médica correta?

b) Existe um número limite de consultas a serem realizados dentro de um determinado intervalo de tempo?

c) Seria questionável eticamente uma cooperativa de trabalho médico iniciar uma campanha junto aos seus cooperados e usuários em defesa de uma consulta realizada dentro do tempo mínimo exigido?

d) Seria questionável eticamente uma cooperativa de trabalho médico não remunerar consultas que fossem realizadas abaixo do tempo mínimo preconizado?

Os Conselhos Regionais de Medicina em vários pareceres já se manifestaram a respeito deste assunto, senão vejamos:

O Conselheiro Nelson Grizard do CREMESC (Conselho Regional de Santa Catarina) em Parecer Consulta nº 523/98 diz: A limitação temporal de uma consulta, via de regra aleatoriamente imposta, atenta contra a boa prática médica, tornando-se com frequência impedimento mínimo para uma assistência ideal ao paciente, ignorando peculiaridades do próprio paciente, da instituição e das necessidades biopsicossociais do assistido. Já o Conselheiro Ricardo Lacerda Batista do CREMERJ (Conselho Regional do Rio de Janeiro) em Parecer nº 10/91 se pronuncia do seguinte modo: O médico deve utilizar o tempo efetivamente necessário ao bom relacionamento médico-paciente e à perfeita execução do profissional, em todas as modalidades de atendimento.

O CREMEC (Conselho Regional do Ceará), em parecer deste Conselheiro (Parecer CREMEC nº 10/98), se manifesta a respeito da consulta médica como sendo compreendida de três etapas principais:

1 - Exame clínico constando de anamnese e exame físico, que varia de acordo com a especialidade.

2 - Diagnóstico, que para sua confirmação, pode ser precedido de exames laboratoriais, imagens e/ou exames especializados.

3 - A prescrição ou conduta médica, que pode ser: um tratamento clínico, cirúrgico, um encaminhamento a outro profissional ou uma orientação médica.

O CFM (Conselho Federal de Medicina) em Parecer Consulta nº 30/90 conclui que: Não deve ser da competência de nenhum órgão ou entidade a determinação do número de atendimentos médicos para qualquer carga horária em qualquer especialidade e que o tempo de duração de cada consulta não pode ser determinado por instruções, mas pelas circunstâncias que cada caso clínico requer.

Em pesquisa, por este parecerista, na homepage da OMS (Organização Mundial da Saúde), esta organização se pronuncia sobre o assunto assim: Não existe, ainda, orientação sobre a duração ideal das consultas médicas ou um número desejável de pacientes atendidos por hora.

O CEM (Código de Ética Médica) em seus artigos 8º e 27 diz:

Art. 8º O médico não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção do seu trabalho.

Art. 27. É direito de todo médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem.

#### **Parte Conclusiva**

Os pareceres acima citados são respostas a questionamentos de gestores públicos preocupados com a demanda de atendimentos e procuram saber a quantidade de consultas/horas que o médico deve realizar para com isto pressionar o médico a atender um número maior de consultas/hora e assim absorver esta demanda. O questionamento deste parecer refere-se ao tempo mínimo dedicado a uma consulta e é feito por uma cooperativa médica. A preocupação aqui é aumentar o tempo da consulta para beneficiar o paciente, diminuindo o número de consultas/hora. No primeiro caso a preocupação é resolver o problema dos gestores quanto à demanda. No segundo caso, embora o pretexto seja melhorar o atendimento, também contribui para diminuir os custos da cooperativa (ou planos de saúde) aumentando, com isto, a demanda reprimida.

Se refletirmos sobre o que preconiza o parecer do CFM quando conclui que não deve ser da competência de nenhum órgão ou entidade a determinação do número de atendimentos médicos para qualquer carga horária em qualquer especialidade e que o tempo de duração de cada consulta não pode ser determinado por instruções, mas pelas circunstâncias que cada clínico requer (grifo nosso), devemos concluir que determinar um tempo para uma consulta, seja ele máximo ou mínimo, seria interferir incisivamente na autonomia do médico e ir de encontro a uma orientação do CFM.

Portanto, o tempo ideal para uma consulta é aquele que o médico necessitar para realizar a anamnese, exame físico, diagnóstico e prescrever o tratamento. O CFM confere como direito do médico, para este fim, utilizar o tempo que a sua experiência e capacidade profissional recomendarem. Sendo assim, cabe ao paciente discernir se o médico foi criterioso e se o resultado do seu trabalho foi satisfatório, tendo este a autonomia de procurar outro profissional se assim o entender.

Em resposta aos quesitos formulados pela Cooperativa UNIMED, concluímos do seguinte modo:

a) Não.

b) Não; o médico pode realizar o número de consultas que sua capacidade e experiência permitirem. Naturalmente, sendo responsável por qualquer dano que venha causar ao paciente decorrente de imperícia, imprudência ou negligência.

c) Sim, de acordo com o parecer do CFM nenhum órgão ou entidade tem competência para determinar o tempo de uma consulta. No entanto, sugerimos que a cooperativa inicie uma campanha com pacientes e médicos por uma consulta criteriosa e com o máximo de zelo pela relação médico-paciente.

d) A resposta está prejudicada, pois não temos competência para definir este tempo mínimo. Todavia,

esclarecemos que o contrato de trabalho médico é um contrato de meios e não de fins; pagar ao médico pelo tempo de duração da consulta em detrimento da qualidade, da capacidade e dos resultados do seu trabalho é transformar o seu trabalho em contrato de fins.

Este é o parecer s.m.j.

Fortaleza, 23.09.02.

(a) CONSELHEIRO RAFAEL DIAS MARQUES  
NOGUEIRA”

Mas gostaria também de dizer ao Deputado Jocelito que temos outros médicos aqui dentro desta Assembleia, e que com certeza têm um conhecimento muito grande do trabalho e principalmente da parte médica, porque todos os quatro médicos que eu conheço aqui exercem, e todos os outros Deputados aqui também conhecem uma boa parte da saúde. Conheço relativamente o Dr. Cheida que desempenhou e desempenha a sua profissão em Londrina, conheço o Dr. Batista, que é um profissional que exerce a sua profissão até hoje, também continuo exercendo lá na cidade de Irati, e sei das dificuldades.

Também gostaria de perguntar aqui ao Deputado Dr. Accorsi, que é um bom profissional, que tem sido de um comportamento extraordinário e ético como Deputado, também tem uma clínica aqui na região de Curitiba, quanto que pagam alguns procedimentos, de certa forma o senhor colocou aqui de R\$ 50, R\$ 30. Acho que está completamente equivocado quando o senhor fala desse preço.

Então, gostaria de pedir para o senhor e para todos os Deputados e Deputadas - afinal de contas eu duvido na nossa vida se alguém de nós não vai precisar de um médico, ou não precisou de um médico. Mas todas as profissões são importantes. Se limitarmos o professor, se limitarmos o agricultor, o trabalhador, se limitarmos todos aqui vamos incorrer em certos erros.

Vou dizer para vocês agora: às 19h30 tem uma consulta da minha mãe marcada aqui em Curitiba. Eu vou lá com o médico, mas o tempo que ele vai disponibilizar é o tempo que for necessário.

Então acho, Deputado Jocelito, que é uma questão pequena, é uma questão que talvez o senhor tenha carregado isso de um caso lá de um profissional, mas não podemos generalizar isso para o nosso estado, para os nossos municípios. Gostaria de pedir a compreensão do Deputado Jocelito e que o nosso pedido de encaminhamento para a suspensão das 10 Sessões fosse aceito pelos Deputados, e ao mesmo tempo, se possível, que o Deputado Cheida e os Deputados inscritos, são médicos, pudessem colocar as suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Dr. Batista.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o Deputado Felipe Lucas, que foi pesquisar a fundo. Penso assim: experiência e capacidade não precisa perder tempo. Chega um paciente em meu consultório, o Deputado Carli, chega em meu consultório com uma úlcera perfurada. Olho para ele e digo assim: “o senhor está com úlcera perfurada, vamos conversar mais! Vamos bater papo, falar sobre sua saúde!” Não pode, Deputado, não pode! Diagnóstico feito. Até com um olhar se faz um diagnóstico. Não é um caso raro de uma consulta de um minuto e que pode acontecer, também, no meu consultório. O paciente chega: “Dr. Batista, tenho uma patologia a esclarecer, preciso muitos exames.” E o paciente está bem. Por que vou ficar meia hora, uma hora para receber R\$ 2,54 do SUS? Não são R\$ 30,00! Eu trabalho por amor, por carinho, por respeito! Claro que todo médico é responsável por seus atos. Se houver uma complicação, claro que o médico foi negligente.

Agora, quando vejo um projeto de um grande Deputado, que é o 1º lugar das pesquisas de Ponta Grossa, que tem uma chance grande de ganhar as eleições lá, trazendo um projeto desses! Peço desculpas ao Deputado. É um Deputado que respeito muito e um Deputado que me ajudou na hora em que mais precisei e admiro o trabalho dele aqui na Assembléia. Esse projeto, Deputado Cheida, Dr. Accorsi, Dr. Felipe, realmente quando cheguei em Maringá comentando sobre esse projeto, Presidente, todos os colegas médicos disseram: “Batista, tomara que não tenha nenhuma patologia semelhante ao Deputado que precisa de um atendimento de urgência”.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Dr. Cheida. Estamos agora discutindo o requerimento.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Sr. Presidente, realmente minha intenção é encaminhar solicitando aos demais Pares que votemos favoravelmente ao requerimento que retira por 10 Sessões esse projeto do Deputado Jocelito Canto, nº 772/07.

Mas gostaria de acrescentar que o Deputado Jocelito Canto tem toda razão quando mostra, através deste projeto, uma indignação profunda a respeito de determinados profissionais que atendem os doentes de uma maneira extremamente rápida e, muitas vezes, comprometendo a sua saúde e as suas vidas. Sou médico com praticamente 30 anos de formado e exerci a vida inteira a Medicina. Mas isso não quer dizer que por uma questão corporativa devamos incentivar os maus profissionais. Tanto é que quando da discussão que o Deputado Jocelito da tribuna fazia em referência à idéia de entrar com o projeto de lei, eu o aparteava e pedia ao Deputado que ponderasse. Porque a questão não pode ser confundida: o descumprimento da jornada de trabalho de um profissional, com uma celeridade no produto da sua ação que é a consulta médica.

Com relação ao descumprimento da jornada que a grande maioria dos médicos, de fato, descumprem, são contratados por seis horas e fazem duas; são contratados por quatro e fazem uma, tem-se, sem dúvida nenhuma, a possibilidade de corrigir. O cartão-ponto, relógio-ponto, qualquer coisa nesse sentido, a fiscalização, isso é obrigação do responsável pelo serviço público e deve ser feito. Aos clientes, aos doentes, existe o PROCON, existe o CRM, existem outras instituições, outros mecanismos, além, naturalmente, da própria Justiça que as reclamações devem chegar. Como por exemplo, a própria implantação, hoje, de Corregedorias e outras coisas mais.

Nesse sentido, acho que o projeto mostra uma indignação que todos temos com relação a profissionais que não cumprem a jornada de trabalho e acabam comprometendo, muitas vezes, a vida de pessoas. Mas, não é desta forma, com esse tipo de fiscalização e procedimento que vamos conseguir melhorar as questões. Deixo a discussão sobre o mérito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira. Estamos discutindo o requerimento de retirada, não o mérito!

**A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)**

Entendo sua colocação, agora, mas também entendo pelos pronunciamentos dos Srs. Deputados Romanelli e Felipe Lucas, o projeto do Deputado Jocelito Canto está prejudicado porque ambas as colocações já falaram do mérito do projeto. Por isso gostaria de fazer o encaminhamento e falar um pouquinho do mérito do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero explicar aos Srs. Deputados que não estamos votando o projeto, portanto, não temos que discutir mérito. Permite que se discutisse o mérito porque temos Deputados médicos na Casa. Por essa razão quero encaminhar a V. Exas. que possamos votar o requerimento.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)**

Quero colocar que ajudei o Deputado Jocelito Canto a agilizar o trâmite desse projeto, porque tenho uma posição muito pessoal que é de fazer com os projetos andem rápido. Sou contra as comissões barrando e engavetando projetos nesta Casa. Mas, com todo respeito e entendendo a excelente intenção do Deputado Jocelito, quero me posicionar em relação ao requerimento - a favor do adiamento, para que possam ocorrer maiores discussões.

Temos presentes na tribuna desta Casa o Vice-Presidente da Associação Médica Nacional, Dr. Jurandir Marcondes Ribas e também o Presidente do Conselho Regional de Medicina, Dr. Gerson. Conversei com ambos, agora, e eles se prontificaram a sentar com os Deputados, a fazer um amplo debate sobre o assunto,



quem sabe até uma Audiência Pública na Comissão de Saúde, para que na hora em que formos cotar o projeto possamos votar completamente embasados e votar a favor daquilo que seja melhor para a população, porém, sem prejudicar e sem denegrir a classe médica que tantos bons serviços tem prestado à população paranaense.

Obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Quero dizer que vou votar favorável à retirada do projeto porque não me sinto em condições de votar. Até faço um apelo ao Deputado Jocelito que, no mérito, vejo várias razões justificando o projeto. Mas faço um apelo ao Deputado Jocelito que aceite a aprovação do requerimento para a retirada por 10 Sessões e certamente estaremos mais amadurecidos para discutir o projeto.

Obrigado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Só para dizer ao Deputado Felipe Lucas que em momento algum falei - e V. Exa. não me entendeu e olha que sou radialista e acho que falo mais ou menos - que uma consulta recebe R\$ 30. Em momento nenhum. E outra coisa: recebo com carinho o pessoal do Conselho, aqui, que deve ser esse mesmo pessoal que votou contra o curso de Medicina em Ponta Grossa. Não retiro e vamos para a votação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que aprovam a retirada do projeto por 10 Sessões, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 772/07.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 788/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como rodovia Mário Marcondes Lobo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143 de 06/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 788/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 788/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost tem por escopo denominar a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa como rodovia Mário Marcondes Lobo.

**Fundamentação - Legitimidade**

Inicialmente cumpre salientar que foi aprovada a Indicação Legislativa de nº 413, sendo respondida pela

Secretaria de Estado dos Transportes com a sugestão da rodovia a ser nominada.

Observa-se ainda que o presente projeto de lei não afronta a Constituição Federal nem a Estadual, não possuindo nenhuma objeção às legislações vigentes, sendo, portanto, Constitucional.

Por derradeiro, observa-se que a técnica legislativa empregada está em desconformidade como preconizado legalmente, uma vez que a Lei Complementar nº 095/98, que regulamenta a técnica legislativa, veda expressamente a edição de cláusula de revogação genérica, a saber:

*Lei Complementar 095/98*

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou as disposições legais revogadas.*

**Conclusão**

Em razão do exposto, resta clara a constitucionalidade do presente projeto de lei. Nosso parecer é pela aprovação do presente, desde que atendida a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 788/07

A Lei Complementar nº 095/98 veda expressamente a edição de cláusula de revogação genérica, desta forma, para ser aprovado o projeto de lei em tela deverá ter seu artigo 2º modificado, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 788/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 788/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost, objetiva denominar a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa como rodovia Mário Marcondes Lobo.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, tendo em vista que o advogado Mário Marcondes Lobo foi uma importante figura pública na cidade de Paranaguá, tendo sido Procurador do município, onde ocupou a função de Diretor Jurídico,

além de ter exercido o cargo de Secretário da Administração e Negócios Jurídicos, Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina e Presidência da SELOPAR.

Sendo assim esta comissão, emite seu parecer favorável à Proposição ° 788/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reverter mediante doação o imóvel que especifica, ao município de Chopinzinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146 de 12/11/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 796/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Augustinho Zucchi tem por finalidade autorizar a doação do imóvel situado no município de Chopinzinho, com área de 2.004,42 m2, registrado sob matrícula nº 18.774, doado ao estado do Paraná pela Lei nº 1557/98 de 14/10/98 com a finalidade de ser utilizado para construção da sede do 3º Pelotão da Polícia Militar sendo que até a presente data não cumpriu a finalidade prevista na lei adjetiva.

##### Fundamentação

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Com relação ao mérito, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação. A título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O projeto está de acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de propriedade imóvel do estado para fins de assentamento de projetos diversos à geração de emprego e renda à população, que se reveste do caráter eminentemente social.

Já quanto à técnica legislativa, o projeto em seu artigo 3º, *in fine*, fere o dispositivo 9º da Lei Complementar nº 095/98 que determina que a lei editada deve enumerar os dispositivos legais revogados o que não ocorre no caso vertente.

##### Conclusão

Desta forma, entende-se que o projeto deva ser contemplado com a emenda supressiva em anexo que corrige a imperfeição apresentada.

Com essa medida e tendo em vista a sua constitucionalidade sou de parecer pela sua aprovação para que esta Casa de Leis aprecie o seu mérito em Plenário.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 796/07

Em conformidade com o Regimento Interno, artigo 137, parágrafo 1º, desta Casa de Leis, proponho a emenda supressiva ao projeto do autor, passando a ter a seguinte redação:

(...)

“Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 796/07

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi, que tem por finalidade reverter por doação ao município de Chopinzinho, um terreno com 2.004,42 m2, para ser utilizado em favor da implantação de projetos diversos, visando incentivar iniciativas que geram emprego e renda, é merecedor se apoiado pela Assembléia Legislativa, por ser de relevante interesse coletivo, visto os fins a que se destina.

Analisada a matéria à luz do Regimento Interno e da Constituição Estadual, no que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e visto o estado do Paraná não ter demonstrado interesse ao longo dos últimos 10 anos em utilizá-lo para fim especial que o município procedeu a doação, e estando o projeto de lei

em acordo com a técnica legislativa, somos de parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 009 e 010, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 005 a 008, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 011, 012, 014, 015 e 016, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 013, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Esse requerimento tem que ser enviado ao Secretário de Obras e não ao de Educação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Corrijo: que seja encaminhado, então, ao Secretário de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O requerimento do Deputado Plauto Miró será encaminhado ao Secretário de Obras. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 021 e 022, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 023, 024 e 025, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 029, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Esse requerimento é aquele ainda que o Tribunal de Contas não respondeu e tenho que fazer um segundo requerimento. Infelizmente o requerimento aprovado nesta Casa não foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento n° 030, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 031, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Prestando publicamente as informações. O policial não foi afastado de nenhuma das suas atividades. Está na mesma área que estava, no posto de Araucária. Está em férias e deu declarações à Gazeta do Povo, inclusive do apoio que teve da corporação. Manteve comigo um relacionamento cordial, gentil, um policial preparado. Embora eu estou recorrendo a multa.

Sou favorável que o requerimento seja aprovado e esclarecido pelo Secretário da Segurança.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será encaminhado ao Secretário Delazari o requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um comunicado aos Deputados que fazem parte da Comissão de Obras. Amanhã cedo estaremos realizando uma fiscalização no colégio Instituto de Educação da cidade de Ponta Grossa. Infelizmente a licitação, mais uma vez, foi interrompida pelo próprio Governador.

Muito obrigado!

Requerimentos n°s 027, 028, e 032, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 037 e 038, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi, Geraldo Cartário e demais Deputados da Bancada da Oposição, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 043 e 044, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 045, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: este requerimento está indo como um pedido, mas ele deveria ser encaminhado ao Chefe da Casa Civil, a quem o Diretor da Imprensa Oficial é subordinado.

A relação deste Poder, por óbvio, é com os Secretários de Estado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Nós aceitamos, inclusive posso rubricar a rasura. Podemos rasurar, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam que a alteração do requerimento do Diretor da Imprensa Oficial seja transferido para o Chefe da Casa Civil, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 046 e 047, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 050, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 017 e 018, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 020, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 033, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 053 e 054, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 581, 721, 757, 788 e 796/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 551, 639, 659 e 797/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

#### ***Portarias***

PORTARIA Nº 006/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 148/08, datado de 16 de janeiro de 2008, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de NILZA SANTOS AZEVEDO, matrícula nº 40738, portadora do RG nº 1.321.420-PR e do CIC nº 330.756.389-00, funcionária do quadro de pessoal da secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Visão Publicidade Sociedade Civil Ltda., por um (01) ano, dez (10) meses e dois (02) dias, período de 02/01/1981 a 03/11/1982; Positivo Administração e Participações S/A, por quatro (04) meses e três (03) dias, período de 12/03/1984 a 14/07/1984, perfazendo o total de dois (02) anos, dois (02) meses e cinco (05) dias de contribuição, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.01.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 007/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 314, de 23 de janeiro de 2008, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40.579, de trinta (30) dias, a partir de 27 de janeiro de 2008, CID. (10) I 20.9 e Z 95.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.01.08.

(a) ABIB MIGUEL

### ***Atas de Comissões***

#### ***Fiscalização da Assembléia e Assuntos Municipais***

##### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA E ASSUNTOS MUNICIPAIS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala das comissões, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, presidida pelo Sr. Deputado Artagão Júnior, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Reni Pereira, Duílio Genari, Nereu Moura e Jocelito Canto. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Em seguida o Sr. Presidente relatou o recebimento do Ofício nº 020/07, da Câmara Municipal de Itaipulândia o qual solicita averiguações da Comissão Permanente de Fiscalização, referente a gastos públicos com o projeto do Parque Aquático Termal de Itaipulândia a ser construído pela empresa Consórcio York/Sobrosa pelo preço global de R\$ 12.978.031,38 (doze milhões, novecentos e setenta e oito mil, trinta e um reais e trinta e oito centavos), com prazo de execução de 540 dias, através de concorrência pública 010/03, firmada em 29 de dezembro de 2003. Posteriormente foi realizado um aditivo, em 12 de setembro de 2005, no valor de R\$ 2.589.676,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais), estando a obra não concluída até hoje. No mesmo ofício da Câmara Municipal de Itaipulândia, o Sr. Presidente relatou um segundo contrato referente a perfuração de um poço tubular profundo, realizado pela empresa Hidroingá Poços Artesianos Ltda., no valor de R\$ 1.480.777,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e setenta e sete reais), além de um termo aditivo no valor de R\$ 249.999,62 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), totalizando o valor global de R\$ 1.730.776,62. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Jocelito Canto, Reni Pereira, Duílio Genari e Nereu Moura, recomendando envio de ofício ao Tribunal de Contas do Estado, à Prefeitura Municipal de Itaipulândia e às empresas Consórcio York/Sobrosa e Hidroingá Poços Artesianos Ltda., além de uma visita *in*

*loco* pelos membros da Comissão Permanente de Fiscalização, incluindo uma reunião na Câmara de Vereadores de Itaipulândia e uma reunião com o Sr. Prefeito Municipal de Itaipulândia. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente apresentou proposta de envio de requerimento ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia de auditoria realizada pelo Órgão Fiscalizador das Contas Públicas referente a repasse de verbas do estado para organizações não-governamentais, juntamente com o envio de exemplares da revista do Tribunal de Contas, onde as organizações não-governamentais são objeto de reportagem, além de um pronunciamento do Sr. Presidente daquela Corte, Conselheiro Nestor Baptista no que diz respeito a fiscalização e a sugestão de regulamentação do assim chamado Terceiro Setor. Em discussão. Usou da palavra o Sr. Deputado Nereu Moura que apoiou a proposta e acrescentou a expedição de ofício para a Secretaria de Estado do Trabalho para que informe sobre os repasses de recursos para as ONGs, e OSCIPs com seus respectivos nomes, valores e quais municípios foram contemplados, com os nomes das ONGs beneficiadas. Da mesma forma que no ofício endereçado ao Tribunal de Contas, inclua os nomes das ONGs e OSCIPs beneficiadas com recursos, valor e número do convênio e nome do município de origem dessas organizações não-governamentais. O Sr. Deputado Jocelito Canto solicitou a inclusão no ofício ao Tribunal de Contas para que informe quais municípios devolveram recursos das verbas sociais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente anunciou a presença do Secretário-Executivo da Comissão de Fiscalização, Edson Luiz Vieira, e disponibilizou os serviços da secretaria aos demais membros da comissão. Retirada de pauta a proposta que trata do convênio SANEPAR/PAVIBRAS. Em seguida o Sr. Deputado Nereu Moura requereu envio de ofício à Corregedoria-Geral do Estado solicitando cópia da auditoria realizada pelo órgão junto a CEASA. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Deputado Nereu Moura solicitou envio de requerimento à Corregedoria-Geral do Estado solicitando cópia da auditoria realizada pelo órgão junto à Imprensa Oficial do Estado. Em discussão. O Sr. Deputado Reni Pereira solicitou o adiamento de envio desse requerimento para a próxima reunião em função dos assuntos já discutidos. APROVADO o adiamento, por unanimidade. O Sr. Deputado Jocelito Canto propôs o envio de requerimento à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul para que a Paraná Ambiental forneça cópias de auditorias referentes a venda de florestas realizadas durante a gestão do Governo Jaime Lerner, bem como os termos de acordo realizados em cartório para pagamento de tais créditos. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente comunicou ao plenário a disponibilidade de uma sala de apoio destinada ao auxílio dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Fiscalização localizada no terceiro andar do prédio principal da

Assembléia Legislativa. Esta sala é destinada ao auxílio dos trabalhos executivos da Comissão de Fiscalização. O Sr. Deputado Nereu Moura propôs que a Comissão de Fiscalização se reúna às terças-feiras, a partir das 17 horas. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. No último item da pauta, Assuntos Gerais, apresentada a proposta do Sr. Deputado Reni Pereira para que o Sr. Deputado Artagão Júnior, Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização tenha autonomia para expedir ofícios, convocar pessoas para serem ouvidas em audiência e solicitar informações. Em discussão. APROVADO por unanimidade. E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Edson Luiz Vieira, Secretário-Executivo desta Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR - Presidente  
Edson Luiz Vieira - Secretário-Executivo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA  
E ASSUNTOS MUNICIPAIS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e sete, na sala das comissões, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, presidida pelo Sr. Deputado Artagão Júnior, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Reni Pereira, Duílio Genari, Jocelito Canto e Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Por solicitação do Deputado Duílio Genari foi dispensada a leitura da ata anterior. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente informou sobre recebimento de auditoria da Ambiental Paraná Florestas S/A. Solicitaram a íntegra do documento para análise os seguintes Deputados: Plauto Miró, Péricles de Mello e Jocelito Canto. Com relação ao relatório encaminhado pela Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, referente à destinação de recursos para ONGs e OSCIPs o Sr. Presidente informou que o Tribunal de Contas da União irá realizar auditoria inclusive com apoio do Tribunal de Contas do Estado. Propôs suspender a continuidade de auditoria até que se concluam os trabalhos centralizados junto ao TCU. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente informou sobre o recebimento de ofício da Prefeitura Municipal de Itaipulândia em resposta ao Ofício 002/07-CF, o qual informa a esta Comissão Permanente de Fiscalização, os gastos públicos com o projeto do Parque Aquático Termal de Itaipulândia construído pela empresa Consórcio York/Sobrosa pelo preço global de R\$ 12.978.031,38 (doze milhões, novecentos e setenta e oito mil, trinta e um reais e oito centavos), com prazo de execução de 540 dias, através de concorrência pública 010/03, firmada em 29 de dezembro de 2003. A Prefeitura de Itai-

pulândia informa que tal recurso foi repassado com verbas do Governo Federal. Dessa forma o Sr. Presidente concluiu que a Comissão de Fiscalização não tem competência para fiscalizar tal aplicação de recursos. O Sr. Presidente acusou recebimento de cópia de auditoria realizada pela Secretaria Especial de Ouvidoria referente a irregularidades orçamentárias junto à Central de Abastecimento - CEASA. Por solicitação, serão encaminhadas cópias aos Srs. Deputados Reni Pereira, Jocelito Canto e Péricles de Mello. O Sr. Presidente acusou recebimento de denúncia formulada por Inês Bruches, auditora fiscal AFI, de Maringá, sobre gastos com publicação de cartilha Memórias da Gestão 2003/2006, uso de carros oficiais da SEFA, funcionários com desvio de função, condições de trabalho no posto fiscal de Diamante do Norte e outros postos, móveis quebrados, móveis públicos acorrentados, etc.. O Sr. Presidente propôs a criação de uma sub relatoria presidida pelo Sr. Deputado Reni Pereira para análise das documentações e posterior encaminhamento de parecer à Comissão de Fiscalização. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente fez breve relato sobre denúncia recebida pela Comissão de Fiscalização referente a pedido de investigação por parte de professores da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR. As denúncias referem-se a medidas arbitrárias (abuso de poder), projetos não executados; aquisição de bens móveis através de licitação e denunciada junto ao Tribunal de Contas do Paraná em junho de 2005 e compra superfaturada de filmadora; verbas não contabilizadas sem prestação de contas; falta de equipamentos para funcionamento do curso de Mandarin entre outros. Irregularidade no registro de inscrição para prova de vestibular. O Sr. Presidente propôs: acatar a denúncia; solicitar cópia de auditoria realizada na FAFIPAR pelo Tribunal de Contas; solicitar cópias de denúncias e auditorias contra a FAFIPAR, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior; solicitar informações por ofício ao Diretor da FAFIPAR sobre as denúncias recebidas e sobre a existência ou não de "caixa dois"; explicação de como é feito o controle de inscrição ao vestibular e provas de segunda chamada; encaminhar ofício ao Departamento de Patrimônio da FAFIPAR questionando a existência ou não de controle efetivo dos bens da instituição; e, posteriormente, se necessário será formalizada a oitiva das pessoas envolvidas com as denúncias. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Deputado Jocelito Canto propôs envio de ofício à SANEPAR solicitando cópia de auditoria realizada junto ao ParanaSan. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. E, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Edson Luiz Vieira, Secretário-Executivo desta Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR - Presidente  
Edson Luiz Vieira - Secretário-Executivo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA  
E ASSUNTOS MUNICIPAIS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e sete, na sala das comissões, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, presidida pelo Sr. Deputado Artagão Júnior, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Reni Pereira, Duílio Genari, Jocelito Canto e Plauto Miró. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Por solicitação do Sr. Presidente foi dispensada a leitura da ata anterior. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente leu o relatório recebido pelo Tribunal de Contas referentes à auditoria nas contas de ONGs e OSCIPs com relação a recursos destinados pela Secretaria de Estado da Educação para manutenção no âmbito dos municípios do ensino a portadores de necessidades especiais. Ficou deliberado pelo encaminhamento de cópia de relatório recebido anteriormente pelo Tribunal de Contas referente à destinação para ONGs e OSCIPs pela Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social aos Deputados integrantes da Comissão de Fiscalização. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente apresentou relatório sobre auditoria realizada pela Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral referente a irregularidades orçamentárias junto à Central de Abastecimento - CEASA. Ficou deliberado pelo encaminhamento de cópia de defesa prévia apresentada espontaneamente pela Sra. Jane Elisabeth Setenareski a esta Comissão de Fiscalização, ao Deputado Jocelito Canto, para, na próxima reunião, apresentar o rol de pessoas a serem ouvidas pela Comissão de Fiscalização. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira Sub-Relator do processo recebido pela Comissão de Fiscalização referente as denúncias apresentadas pela Sra. Inês Bruches, auditora fiscal AFI - Maringá. O Sr. Deputado Reni Pereira informou que encaminhou ofício à denunciante com uma série de perguntas com objetivo de esclarecer pontos divergentes e apresentar relatório conclusivo sobre os diversos assuntos apresentados à CF. A Comissão de Fiscalização referendou a ação do Sub-Relator, aguardando parecer conclusivo. Em seguida o Sr. Presidente fez breve relato sobre denúncia recebida pela Comissão de Fiscalização referente a pedido de investigação por parte de professores da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR. Informou que recebeu parecer da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, não conclusivo. A Comissão de Fiscalização deliberou pela convocação do Diretor da FAFIPAR - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, professor Antonio Alpendre da Silva para que compareça perante esta Comissão a fim de esclarecer as dúvidas levantadas através de denúncia apresentada por professores daquela instituição de ensino, bem como a con-

vocação para prestar esclarecimentos do Chefe do Departamento de Patrimônio e dos denunciante, professor Walter Guimarães da Silva, professor Dr. Ricardo Alves da Fonseca, Chefe do Departamento de Ciências Biológicas, professora Cláudia Sales de Oliveira, Vice-Chefe do Departamento de Letras e acadêmico Rafael José Ramos Silva. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Deputado Jocelito Canto propôs envio de ofício ao Secretário Especial da Governadoria, convidando o Sr. Luis Mussi, na condição de ex-Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL para que esclareça a esta Comissão de Fiscalização aos procedimentos de negociação para resolver dúvidas referentes ao contrato de venda de áreas de reflorestamento pertencentes a Ambiental Paraná Florestas, bem como o atual Presidente da entidade, Sr. Djalma de Almeida César. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. O Sr. Deputado Reni Pereira foi designado representante da Comissão de Fiscalização para acompanhar a tramitação interna do novo Regimento Interno da Assembléia do Estado, suas discussões até a sua aprovação. E, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Edson Luiz Vieira, Secretário-Executivo desta Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR - Presidente  
Edson Luiz Vieira - Secretário-Executivo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA  
E ASSUNTOS MUNICIPAIS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e sete, na sala do plenário, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, presidida pelo Sr. Deputado Artagão Júnior, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Reni Pereira, Duílio Genari, Jocelito Canto, Plauto Miró, Nereu Moura e Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Por solicitação do Sr. Presidente foi dispensada a leitura da ata anterior. Em discussão. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente informou a todos os membros que a Comissão de Fiscalização recebeu a incumbência de discutir a questão dos contratos de concessão do pedágio em vigência no estado do Paraná, não no sentido de confrontação, mas sim mediar o entendimento sobre a redução das tarifas. A proposta foi aceita e APROVADA por unanimidade. Em seguida o Sr. Deputado Plauto Miró informou que está concluindo o relatório da Comissão Especial de Investigação sobre o valor das tarifas e irá encaminhá-lo à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa. O Sr. Deputado Péricles de Mello disse que tem que haver base de negociação entre o executivo e as concessionárias. O Sr. Deputado Nereu Moura informou

que a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais tem amparo constitucional para receber, discutir e encaminhar o tema em discussão. E, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Edson Luiz Vieira, Secretário-Executivo desta Comissão Permanente de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR - Presidente  
Edson Luiz Vieira - Secretário

### ***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando a Ordem do Dia: Projetos de Lei nºs 192/07, 281/07 e 473/07 (anexados) de autoria do Deputado Dr. Batista, Deputado Mauro Moraes e Ademar Traiano. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 537/07 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da presidência no Plenário, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Com as presenças dos Deputados Elio Rusch, Luiz Nishimori, Elton Welter, Antonio Belinati e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 049/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 197/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Relator: Deputado Luiz

Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 233/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projetos de Lei nºs 168/07 e 169/07 com pedido de vistas ao Deputado Elton Welter. Passando em seguida para a discussão e votação da proposta de convocação do Sr. Secretário Airton Pisseti, Secretário de Comunicação Social, para comparecer a esta Casa de Leis, colocada em votação, a convocação foi aprovada, o Deputado Elton Welter absteve-se de votar. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

### ***Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia***

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 047/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 149/07 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a pre-



sente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 170/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Relatora Deputada Beth Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 290/07 de autoria Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os

trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 384/07 de autoria Deputado Antonio Belinati. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 463/07 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 582/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 612/07 de autoria do Deputado Elio Rusch. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 557/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 526 de autoria do Deputado Nereu Moura. Relatora Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 516/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 594/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e apro-

vada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 682/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 608/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, Projeto de Lei nº 746/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 624/07 de autoria do Deputado Luiz Romanelli. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 581/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Relatora Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 780/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Relator Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário